Dossiê dos IMPACTOS e VIOLAÇÕES da VALE no MUNDO

I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale

I International Meeting of those Affected by Vale
I Encuentro Internacional de los Afectados por Vale

RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 2010

[Versão preliminar sujeita a modificações]

Entidades Participantes do
I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale

Dossiê

dos IMPACTOS e VIOLAÇÕES da VALE no MUNDO

I Encontro Internacional
dos Atingidos pela Vale

I International Meeting of those Affected by Vale
I Encuentro Internacional de los Afectados por Vale

RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 2010

O maior trem do mundo

Leva minha terra
para Alemanha
leva a minha terra
para o Canadá
leva a minha terra
para o Japão.

O maior trem do mundo puxado por cinco locomotivas à óleo diesel
engatadas geminadas desembestadas
leva o meu tempo, minha infância, minha vida
triturada em 163 vagões de minério e destruição.
O maior trem do mundo
transporta a coisa mínima do mundo
meu coração itabirano.

Lá vai o maior trem do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei, não voltará
Pois nem terra, nem coração existem mais.

Carlos Drummond de Andrade (Brasil)

ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO:
Organizações Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale
[Versão preliminar do documento sujeita a modificações]
Rio de Janeiro, abril de 2010.

Grito Negro

Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
e fazes-me tua mina, patrão.
Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão,
para te servir eternamente como força motriz
mas eternamente não, patrão.
Eu sou carvão
e tenho que arder sim;
queimar tudo com a força da minha combustão.
Eu sou carvão;
tenho que arder na exploração
arder até às cinzas da maldição
arder vivo como alcatrão, meu irmão,
até não ser mais a tua mina, patrão.
Eu sou carvão.
Tenho que arder
Queimar tudo com o fogo da minha combustão.
Sim!
Eu sou o teu carvão, patrão.

José Craveirinha (Moçambique)

El Camino del Oro

Entrad, señor, comprad patria y terreno,
habitaciones, bendiciones, ostras,
todo se vende aquí donde llegasteis.
No hay torre que no caiga en vuestra pólvora,
no hay red que no reserve su tesoro.
Como somos tan *"libres"* como el viento,
podéis comprar el viento, la cascada,
y en la desarrollada celulosa
ordenar las impuras opiniones,
o recoger amor sin albedrío,
destronado en el lino mercenario.
El oro se cambió de ropa usando
formas de trapo, de papel raído,
fríos hilos de lámina invisible, cinturones de dedos enroscados.
A la doncella en su nuevo castillo
llevó el padre de abierta dentadura
el plato de billetes
que devoró la bella disputándolo
en el suelo a golpes de sonrisa.
Al obispo subió la investidura
de los siglos del oro, abrió la puerta
de los jueces, mantuvo las alfombras,
hizo temblar la noche en los burdeles,
corrió con los cabellos en el viento.
(Yo he vivido la edad en que reinaba.
He visto consumida la podredumbre,
pirámides de estiércol abrumadas
por el honor: llevados y traídos
césares de la lluvia purulenta,
convencidos del peso que ponían
en las balanzas, rígidos
muñecos de la muerte, calcinados
por su ceniza dura y devorante.

Pablo Neruda (Chile)

SUMÁRIO

Apresentação ... 11
O que é a Vale? ... 15

CASOS NACIONAIS

I - O berço da Vale: Minas Gerais ... **29**
A Mina de Capão Xavier ... 31
O Projeto Apolo na Serra da Gandarela ... 35
A Vale e os Trabalhadores (Metabase) ... 38

II - Carajás (Pará e Maranhão) ... **41**
Canaã dos Carajás, Paraupebas e Marabá, no Pará ... 44
Distrito Industrial de Piquiá no Pólo Guseiro de Açailândia, no Maranhão ... 52
Usina de Pelotização, o Pólo Siderúrgico e o Porto de São Luís ... 57

III - A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) – Baía de Sepetiba/RJ ... **67**

IV - A Produção de Ferro Liga pela Vale em Corumbá – Pantanal/MS ... **79**

V - A Companhia Siderúrgica do Pecém/CE ... **83**

CASOS INTERNACIONAIS

VI - Los Impactos de la Actuación de Vale en Chile ... **91**

VII - Vale en Argentina: Conflicto en el proyecto Potasio Río Colorado ... **95**

VIII - Vale en Cajamarca (Perú) ... **99**

IX - A Ofensiva da Vale no Canadá ... **103**

X - Enfrentando Redes de Poder Corporativas:
comunidade envenenada por refinaria da Vale Inco exige justiça (Canadá) ... **107**

XI - Desenvolvimento, não destruição:
carta aberta aos moradores de Long Harbour, Newfoundland e Labrador (Canadá) ... **115**

XII - Waste not, Want not: a luta de Newfoundlanders e Kanaks contra uma mesma companhia
(Canadá – Nova Caledônia) ... **119**

XIII - Vale em Moçambique ... **125**

XIV - Impactos gerados pela Vale (Moçambique) ... **127**

XV - Reivindicando direitos: as lutas freqüentes da comunidade Sorowako (Indonésia) ... **131**

ANEXOS

Convocatória: I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale 137
Convocatória: Caravana Internacional dos Atingidos pela VALE em Minas Gerais 141
Convocatória: Caravana Internacional no “Sistema Norte” da Vale 147
Termo de Referência para os Casos Nacionais 151
Entidades Participantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale 156

APRESENTAÇÃO

O dossiê que apresentamos é resultado de uma articulação ampla em torno do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Este encontro visa a articular e consolidar uma rede de movimentos sociais, organizações e centrais sindicais de diversos países, incluindo populações, comunidades e trabalhadores(as) atingidos negativamente na suas formas de vidas e nos seus direitos pela forma de atuação da Vale, capaz de implementar estratégias coletivas de enfrentamento a empresa em escala global. Ao longo dos últimos anos, inúmeras experiências mostraram que, para enfrentar os impactos e as violações causadas pela Vale, é necessária articulação global.

Este dossiê é parte fundamental na construção desta articulação. Para nós, parece ser central em nossa estratégia o direcionamento de esforços para a documentação e sistematização de informações que embasem as denúncias apresentadas por grupos e pessoas diretamente atingidas, como forma de fortalecer suas estratégias jurídicas e políticas. O encontro nos permite a troca e acúmulo de conhecimentos e experiências capazes de demonstrar, com fatos concretos e estudos de caso, o que realmente vem acontecendo à população e ao meio ambiente no entorno dos empreendimentos da empresa, assim como aos seus trabalhadores. Além de dar voz àquelas pessoas que sofrem diariamente com a atuação da mineradora - sejam comunidades próximas, desapropriadas por estarem em áreas em que a empresa busca se instalar, sejam seus trabalhadores - procuramos construir e disseminar informações com o objetivo de consolidar e fortalecer estratégias políticas comuns de enfrentamento da empresa.

E é justamente visando este enfrentamento e ao reconhecimento de processos de luta bem sucedidos que construímos conjuntamente este Dossiê de impactos e violações pela Vale no mundo.

Ele pretende ser um documento de registro das estratégias que a empresa utiliza quando inicia sua exploração num determinado território, do ponto de vista das comunidades, dos trabalhadores e das organizações da sociedade civil que lidam com a defesa de direitos humanos e do meio ambiente. O Dossiê visa à reflexão sobre as denúncias e informações trazidas das organizações que estão convivendo e se defrontando com as ações da Vale nos seus territórios.

Nesse sentido, a elaboração deste documento consistiu numa proposta metodológica que envolveu inúmeras etapas. Por meio da articulação brasileira em torno da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, nos casos nacionais, e de outras redes internacionais, foram mapeados os principais empreendimentos da Vale e os respectivos grupos envolvidos nas lutas contra a empresa. Posteriormente trabalhou-se na elaboração de um Termo de Referência que incluiu as principais questões que abrangem o setor de mineração-siderurgia com direitos humanos, trabalhistas, ambientais e sociais. A metodologia escolhida procura também ampliar a comparabilidade entre os diferentes casos.

A construção deste dossiê foi coletiva e a partir dos grupos locais. Necessariamente, as organizações apresentam diferentes naturezas e, portanto, diferentes preocupações, *know how* e interesses. Priorizamos a visão dos atores e seus processos locais, em detrimento de um "rigor" científico e técnico, pois esse corresponderia ao objetivo de fortalecimento destes próprios atores sociais.

Os casos aqui apresentados variam em determinada dimensão (ambiental, trabalhista, social e cultural etc.) em detrimento de outras. Isto reflete o perfil do grupo ou organização que acompanhou a elaboração do caso, não significando que não haja diversos impactos em diferentes áreas. Por exemplo, as organizações sindicais centram seu olhar mais na questão trabalhista, mas também reconhecem que as atividades da empresa possuem inúmeras conseqüências ambientais e sociais fora do âmbito das relações estritamente laborais, alguns causando sérios problemas também para os trabalhadores.

Com a elaboração do documento queremos também, dar uma maior visibilidade ao outro "lado" dos empreendimentos da Vale. Aquela face que se mostra bem diferente da imagem de sucesso, desenvolvimento sustentável, solidariedade comunitária e redistribuição social dos dividendos propagados pela empresa. Não foi possível apresentar um documento que incluísse todos os lugares em que a Vale está presente. Porém aqui estão contidos alguns dos casos paradigmáticos, que possibilitam a articulação global dos atingidos pela Vale. Isto por si só já constitui uma inovação e um mecanismo para quebrar os particularismos e fragmentações, juntando no mesmo espaço sindicatos, grupos de direitos humanos, advogados, movimentos sociais, ambientalistas, entre outros. Adicionalmente, permite ampliar a visibilidade das denúncias e estabelecer um maior diálogo desses grupos com a sociedade brasileira de um modo geral. E, por fim, permite questionar a imagem que a Vale constrói de si no plano simbólico e que a coloca para a população como uma empresa genuinamente brasileira e cujas atividades de exploração só trazem benefícios para o país. Põe em xeque o orgulho nacional face "a Vale dos Brasileiros".

O dossiê é um documento coletivo, construído a partir de múltiplas mãos, e em constante construção e aprimoramento. Entendemos sua publicação como um ponto de partida. Construímos assim, em caráter ainda preliminar, um relatório de fatos ocultados do relatório anual de sustentabilidade da Vale.

Os textos foram construídos com base em informações recolhidas por:

AAPP - Guaratiba
Agrupación de Defensa del Medio Ambiente Valle Chalinga (Chile)
Aliança por Sandy Pond para a Proteção das Águas Canadenses (Canadá)
Apescari
Área Desenvolvimento e Direitos do Ibase
Asamblea Popular por el Agua de Mendoza (Argentina)
Coalizão Rio Vivos - Mato Grosso do Sul
Comité de Defensa Valle Chuchiñi (Chile)
CONSILMO (Moçambique)
ENSP - Fiocruz
Fundação Rosa Luxemburgo
Instituto Latino-Americano de Estudos Socio-Econômicos (ILAESE/MG)
International Women and Mining Network
IPPUR – UFRJ
Jaringan Advokasi Tambang / Mining Advocacy Network- JATAM (Indonesia)
Justiça Ambiental (Moçambique)
Justiça Global (Brasil)
Justiça nos Trilhos
Minnig Watch (Canadá)
Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA
Movimento Capão Xavier Vivo
Movimento pelas Serras e Águas de Minas
Núcleo TRAMAS - Universidade Federal do Ceará (UFC)
Observatorio de Conflictos – Grufides (Peru)
OTM-CS (Moçambique)
PACS
Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins (STEFEM)
Sindicato Metabase (Itabira/MG)
Sindicato Metabase Inconfidentes (Congonhas/MG)
United Steelworkers – USW (Canadá)

O QUE É A VALE?

A Vale é uma das maiores transnacionais brasileiras e a maior mineradora do mundo. Seu grupo empresarial é composto por pelo menos 27 empresas coligadas, controladas ou *joint-ventures* distribuídas em mais de 30 países, dentre eles Brasil, Angola, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Indonésia, Moçambique, Nova Caledônia e Peru, nos quais desenvolve atividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e logística (Bossi et al., 2009).

Os segmentos de atuação da Vale são: minerais ferrosos; alumínio e sua cadeia produtiva (bauxita, alumina e alumínio primário); minerais não ferrosos (minério de cobre, cloreto de potássio, caulim); siderurgia; e carvão. A empresa investe também no setor logístico, infra-estrutura portuária e transporte ferroviário. Entre os clientes da Vale encontram-se os maiores grupos de siderurgia mundial: as italianas Ilva e Lucchini (grupo russo Severstal); Corus (grupo indiano Tata); ArcelorMittal (França e Holanda); Taiwan China Steel Corporation; Baosteel (maior grupo de siderurgia chinês); ThyssenKrupp (Alemanha), Nisshin Steel, Sumitomo, Kobe Steel, JFE Steel, Nippon Steel (Japão); POSCO (Coréia); Erdemir (Turquia).

A história de mineração da Vale iniciou-se em 1909, com criação da empresa britânica *Brazilian Hematite Syndicate*, dedicada a explorar minério de ferro em Minas Gerais. Dois anos mais tarde, a empresa foi rebatizada como Itabira Iron Ore Company. Seu objetivo era organizar a produção e a exportação de minério de ferro localizado nas minas situadas em Itabira – MG. Em 1941, foi dividida em duas empresas nacionais: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e a Companhia Itabira de Mineração. Nesse período, como consequência da Segunda Guerra Mundial, o acesso a reservas de minério de ferro tornou-se estratégico e as empresas ganharam rapidamente mercado. Em junho de 1942, Getúlio Vargas publicava o Decreto 4.352 criando

a Companhia Vale do Rio Doce, com o propósito de explorar as jazidas da região de Itabira, bem como garantir o suprimento de ferro para a nascente Companhia Siderúrgica Nacional. Em janeiro de 1943 reuniu-se a assembléia de acionistas para constituição da Companhia Vale do Rio Doce. Israel Pinheiro foi eleito o primeiro presidente. A partir desse momento as exportações de ferro cresceriam exponencialmente. Ainda em 1943, ela foi listada na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. No final dos anos 40, sua produção era quase toda voltada à exportação (80%), devido à grande demanda do mercado internacional por aço no período pós-guerra (Casonova/ Hoeneber 2010; Godeiro et.al. 2007).

Em 1952 a CVRD passou totalmente para o controle estatal. Neste período a companhia consolidou sua posição no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, o berço da Vale. Entre os anos 1960 e 1980, a companhia se tornou um conglomerado industrial, incorporando diversos tipos de minérios e minerais, assim como logística. Só no período de 1969 e 1979, as exportações da CVRD cresceram 285%. Na década de 1970, a companhia estadunidense U.S. Steel descobriu na Amazônia a maior reserva de minério de ferro do mundo, no Carajás. A americana e a Vale deram início a um processo agressivo de ampliação de suas bases com o desenvolvimento do Projeto Carajás, que abrange Maranhão e Pará. Em 1977 a Vale se tornou única operadora do projeto, que é até hoje um dos principais ativos da empresa (ibid.).

Em 1993, a companhia foi classificada como a maior empresa nacional. Em 1994 ela lança seu programa de venda de ações na bolsa de Nova York. Apesar de sua importância para a economia brasileira, a empresa foi incluída no Programa Nacional de Desestatização em 1995 e vendida ao capital privado dois anos mais tarde (Vale 2008a; Godeiro et. al. 2007). Atualmente, suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), integrando o Dow Jones Sector Titans Composite Index.

O processo de privatização

Em 1995, através do Decreto de nº 1510 do governo Fernando Henrique Cardoso a CVRD foi inserida no Programa Nacional de Desestatização. A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada dois anos mais tarde, por meio de leilão, com a alienação de 41,73% das ações ordinárias do Governo Federal pelo preço de R$ 3,338 bilhões.O vencedor do leilão foi o Consórcio Brasil, composto por CSN (31%), Litel Participações (25%), Elétron S.A. (21%), Sweet River Investments (11%) e BNDESPar (11%), constituindo o Valepar S.A. Importante mencionar que ainda que a justificativa do governo FHC para privatizar a Vale fosse reduzir a dívida pública brasileira, o valor pelo qual a companhia foi vendida não correspondeu a dois meses de pagamento dos juros da dívida vigente. Em novembro de 2007, a empresa adotou o nome fantasia Vale.

Segundo a Revista Dossiê Atenção, no momento de sua privatização a Vale era a principal exportadora de minério de ferro e líder no mercado, era a maior produtora de alumínio e ouro da América Latina, possuía e operava dois portos de grandes dimensões com a maior frota de navios graneleiros do mundo, controlava mais de 1.800 quilômetros de ferrovias e possuía altíssimas reservas comprovadas de recursos minerais. Além disso, dispunha de 580 (quinhentos e oitenta) mil hectares de florestas replantadas, de onde extraía matéria-prima para a produção de 400 (quatrocentas) mil toneladas/ano de celulose. Todo esse patrimônio foi subestimado no momento da privatização.

Um ano após sua venda ao capital privado, a CVRD aumentou em 46% seu lucro, e em 1999, teve o maior lucro de sua história, R$ 1.251 bilhão (Godeiro et. al. 2007). Demonstrava assim que ela tinha estrutura para manter-se lucrativa, não sendo portanto a privatização um fator de "eficiência". A maior parte dos lucros é destinada aos seus acionistas privados sob a forma de dividendos. Dos US$ 49,2 bilhões em lucros desde a privatização, seus US$ 13,4 bilhões foram distribuídos na forma de dividendos.

Quadro 1 – Lucros e Dividendos da Vale

Ano	*Lucro (em US$ milhões)*	*Dividendos distribuídos aos acionistas (em US$ milhões)*
1997	677	462
1998	698	607
1999	412	452
2000	1.086	246
2001	1.287	1.066
2002	680	602
2003	1.548	675
2004	2.573	787
2005	4.841	1.300
2006	6.528	1.300
2007	11.825	1.875
2008	13.218	2.850
2009*	3.886	1.255
Acumulado	**49.259**	**13.477**

*até o 3º trimestre

Durante o processo de desestatização de seu controle acionário ocorreram inúmeras manifestações contra a venda da empresa. Somaram-se a isso ações judiciais que foram impetradas com o objetivo de barrar o processo pela via judicial. Todas as ações pleiteavam a declaração de nulidade do procedimento licitatório, alegando que a venda da CVRD foi permeada por nulidades e irregularidades.

Uma das principais críticas estava relacionada ao preço de venda das ações em face à subavaliação ou não-avaliação do patrimônio real da CVRD. Segundo o relatório pelo Grupo de Assessoramento Técnico da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, composta por especialistas da COPPE[1], entre os anos de 1995 e 1996, observou-se uma significativa redução na avaliação das reservas referentes ao minério de ferro.

1 Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Quadro 2 – Reservas Minerais informadas pela Vale à SEC em 1995/96

Reservas	Localização	SEC Formulário 20-f 8/5/95 (em milhões de T)	SEC Formulário 20-f 28/6/96 (em milhões de T)	Variação (%)
Provadas e prováveis	Carajás	4.970	1.875	-62%
	Minas Gerais	7.918	1.441	-82%
Subtotal		**12.888**	**3.316**	**-74%**
Inferidas e outras	Carajás	12.920	15.487	20%
	Minas Gerais	15.488	9.225	-40%
Subtotal		**28.408**	**24.712**	**-13%**
Total		41.296	28.028	-32%

A Vale reduziu sua avaliação das reservas minerais em 32% entre os anos de 1995 e 1996. Nas reservas provadas e prováveis, que possuem maior valor para avaliação dos ativos, a redução foi da ordem de 74%. Contudo, entre 1995 e 1996 a Vale não alienou nenhuma mina, única hipótese que justificaria uma redução de suas reservas minerais nessa escala.

Além disso, as criticas quanto à privatização da companhia recaíam também sobre o Fundo Social derivado das atividades da empresa. Desde sua criação, a CVRD destinava uma porcentagem de seu lucro líquido 980-8%) para aplicação em ações de desenvolvimento das comunidades onde a empresa desenvolvia suas operações. A justificativa originária da criação do fundo social é o caráter não renovável da mineração e a necessidade de criação de outras oportunidades econômicas para sustentar as economias locais quando os estoques de minério acabassem. Com a desestatização, o fundo passou a ser administrado pelo BNDES, com a doação de R$ 85 milhões em parcela única. Essa mudança significou uma perda considerável. No lugar de ter um fundo taxado sobre o lucro da empresa, e portanto contínuo, passou-se a ter um fundo de desenvolvimento de valor definido.

Com fundamentos semelhantes foram ajuizadas mais de 100 ações populares contra a venda da CVRD. A empresa se esforça para evitar o julgamento do mérito dessas ações, que conduziriam à anulação do leilão.

Diante disso, boa parte dos brasileiros é favorável à retomada da Vale pelo governo federal. Segundo pesquisa realizada entre os dias 19 e 22 de maio de 2007 pelo Instituto GPP – Planejamento e Pesquisa, 50,3% dos brasileiros eram favoráveis à retomada da empresa pelo Estado. Apenas 28,2% eram contra.

Em setembro de 2007, sessenta e quatro entidades e movimentos sociais brasileiros organizaram um plebiscito popular que atingiu 3.157 municípios, 57% do total e 3.729.538 brasileiros. O objetivo do plebiscito foi gerar um espaço de debate com a sociedade sobre temas estratégicos para o desenvolvimento do Brasil, em particular sobre a anulação do processo de

desestatização do controle acionário da Vale. A primeira pergunta do plebiscito era sobre Vale e perguntava se a empresa deveria permanecer nas mãos do capital provado ou se deveria retornar para controle do Estado brasileiro, uma vez que o leilão teria sido ilegal. Nas respostas, 94,5%[2] dos 3.729.538 cidadãos brasileiros que responderam ao plebiscito concordaram que o leilão deveria ser anulado e a Vale deveria retornar ao controle do Estado brasileiro.

Uma visão crítica sobre a Vale hoje

Depois da privatização, a maior parte das ações da CVRD passou para o controle da Valepar[3], uma sociedade financeira criada por empresas interessadas em comprar o pacote majoritário da Vale. Em 2007, a Valepar detinha 53,3% do capital ordinário da empresa, sendo o BNDESPar[4] responsável por 6,8% das ações. O restante encontrava-se distribuído entre investidores diversos, sendo 27% não brasileiros e 12,9% brasileiros. O governo brasileiro possui apenas 3,3% das ações, porém goza do chamado *golden share* (ver box A Vale e o Estado Brasileiro), que lhe dá direito a veto em decisões estratégicas (Vale, 2008b).

A Valepar tem a seguinte constituição acionária: o fundo de pensão Previ que pela Litel Participações possui 39% das cotas; a Bradespar (ligada ao grupo Bradesco), com 21,21%; a empresa siderúrgica japonesa Mitsui, com 18.24%; os fundos de pensão Petros, Funcef e Fundação Cesp, que possuem 10% das cotas e União federal, que possui 11,51%. O fundo de pensão Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) é o maior acionista da *Vale*.

As atividades da empresa no Brasil cada vez mais se ampliam. De Minas Gerais, nos anos 1970 observa-se uma agressiva ampliação das atividades da Vale para o complexo Carajás, no Maranhão e Pará. No período recente, a empresa vem ampliando significativamente sua participação no mercado siderúrgico e na produção de alumínio e principalmente em estados como Ceará, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇

2 A principal pergunta do plebiscito da Vale questionava os cidadãos sobre a permanência da empresa nas mãos do capital privado. A pergunta de número 1, dizia o seguinte: "Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce — patrimônio construído pelo povo brasileiro — foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?". A pergunta recebeu o 94,5% de votos "Não", ou seja, quase a totalidade dos votos foram contrários à permanência da Vale nas mãos do capital privado.

3 A Valepar é controlada pela Litel (grupo formado pelos fundos de pensão do Banco do Brasil, Petrobras, Caixa Econômica Federal e Setor Elétrico Paulista), Bradespar, Mitsui e BNDESPar.

4 O BNDES Participações S/A é uma *holding* de propriedade integral do BNDES criada para administrar as participações do banco em diversas empresas, atuando como o braço financeiro do banco. Por meio do BNDESpar o banco atua no mercado de capitais, tornando-se sócio das empresas que fazem parte de sua carteira de investimentos.

Alguns números

Em 2008 sua produção mineral gerou 657 milhões de toneladas de resíduos minero-metalúrgicos, que tiveram que ser armazenados em pilhas e barragens de estéril e rejeitos, com possibilidade de contaminação de recursos hídricos. Para cada tonelada útil produzida, 1,89 toneladas de resíduos mineiro-metalúrgicos foram fabricadas. Além desses resíduos mineiro-metalúrgicos, em 2008 foram geradas 487 mil toneladas de outros resíduos metálicos, de obras, domésticos, dentre outros.

Suas ferrovias causaram acidentes com mortes ou lesões graves em 23 pessoas em 2007, além de impactarem as comunidades ao longo de seu percurso com atropelamento de animais, ruído, interrupção do tráfego de pessoas e veículos em cruzamentos sem passarelas ou passagens de níNas suas operações a Vale consumiu 335 milhões de metros cúbicos de água em 2008, sendo responsável pelo derramamento no ambiente de 1.562 metros cúbicos de salmoura, álcool, hidrocarbonetos e outros poluentes.

Nesse mesmo ano suas operações impactaram uma área de 82,8 quilômetros quadrados, sendo 57,5 quilômetros quadrados na floresta amazônica. Da área total impactada, apenas 44,2 quilômetros quadrados estão em recuperação parcial ou integral.

A Vale informou a emissão de 16,8 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO^2) na atmosfera em 2008. Esse tema é particularmente sensível às operações da empresa em relação ao tema do aquecimento global, pois além do volume elevados de emissão direta de CO^2, os minerais vendidos pela empresa, quando transformados por seus clientes causam a emissão de mais de 300 milhões de toneladas anuais de CO^2.

Aconteceram 2.860 acidentes do trabalho com afastamento em 2008, com 9 mortes.

No aspecto contábil as provisões para contingências cíveis, ambientais e trabalhistas em 1997 eram de R$ 136 milhões, montante que em setembro de 2009 era de R$ 1,886 bilhão.

No processo de exploração dos recursos minerais brasileiros pela Vale, cabe ressaltar o papel desempenhado pelos políticas governamentais, em particular o Estado brasileiro em suas diversas esferas. Não obstante as *golden shares* mantidas pelo governo federal, a Vale recebe altíssimo financiamento do BNDES a seus projetos, bem como isenções fiscais concedidas pelos governos em suas diferentes escalas.

Não é raro executivos das grandes empresas brasileiras, dentre elas a Vale, acompanharem o governo brasileiro em missões internacionais, fechando negócios facilitados pelas relações

diplomáticas estabelecidas entre países[5]. Nas últimas décadas, a cooperação da Vale com o governo brasileiro se acentuou. Os financiamentos diretos do BNDES passam a ser centrais para se compreender o processo de expansão e transnacionalização das atividades da Vale. Em 2008 o BNDES liberou um financiamento de R$ 7,3 bi para a Vale, tratando-se da maior linha já disponibilizada pelo banco para uma única empresa[6]. Não obstante a grande participação do BNDES na empresa por meio do BNDESpar, não foram poucas as situações em que houve troca de executivos entre a empresa, o governo federal e o banco. Entre 2007 e 2008, semanas após tomar parte do processo decisório de um empréstimo à empresa mineradora, o presidente da época do BNDES e ex-chefe de gabinete do Ministério do Planejamento, Demian Fiocca, tornou-se o diretor de assuntos estratégicos da Vale[7]. Em outra situação, também em 2008, uma semana após anunciar a liberação do financiamento de R$ 7,3 bilhões, Luciano Siani Pires funcionário do alto escalão do banco saiu do BNDES para ocupar o cargo de Diretor de Planejamento Estratégico da Vale[8].

A internacionalização da Vale

Atualmente a Vale atua em mais de 30 países. Sua internacionalização tem inicio após sua consolidação do mercado interno brasileiro, onde cresceu e adquiriu bases fortes para se internacionalizar, devido ao apoio do Estado brasileiro (Godeiro et. al. 2007). Já 1984 ela compra parte da siderúrgica California Steel Industries, em conjunto com uma siderúrgica japonesa. No início dos anos 90, ela entra na Europa comprando parte de uma siderúrgica francesa. Mas é a partir de 2001, com a administração de Roger Agnelli, que a Vale inicia uma política agressiva de expansão internacional: em 2000 a Vale entra no Oriente Médio adquirindo 50% da Gulf Industrial Investment Company (empresa de capital norte-americano); 2001 e 2002 ela entra em projetos de minerais não-ferrosos no Peru e no Chile; e em 2003 ela adquire parte de uma empresa norueguesa, criando a Rio Doce Manganese Norway (Godeiro et. al. 2007; Casanova/Hoeber 2010).

A internacionalização da Vale tem dois momentos centrais, que irão determinar sua atuação dentro e fora do Brasil nos dias de hoje. Primeiro, o maior mercado consumidor de minério de ferro do mundo, a China, fecha com a Vale em 2001 um acordo de fornecimento de 6 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, ao longo de 20 anos (Casanova/Hoeber 2010). As negociações entre as mineradoras mundiais com a Baosteel chinesa tornam-se referência para o preço anual do minério de ferro no mercado internacional[9].

◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇

5 Lula quer garantir acesso da Vale do Rio Doce a Moçambique. Notícias UOL. Brasil, 05 de novembro de 2008; Mais de 40 empresas acompanham Lula em viagem à Arábia Saudita, ANBA, 15 de maio de 2009.

6 BNDES libera R$ 7,3 bi para a Vale investir no Brasil. Estado de São Paulo, 1 de abril de 2008.

7 Vale convida Demian Fiocca para assumir nova diretoria. Globo on line, em 15 de junho de 2007.

8 BNDES investiga saída de dirigente para atuar na Vale. Folha online, 09 de abril de 2008.

9 Baosteel abre as portas para reformulação de preços. Valor Econômico, 26 de março, 2010.

A Vale e o Estado brasileiro

Mesmo após ter alienado o controle da Companhia Vale do Rio Doce, o Estado brasileiro manteve a centralidade na condução de longo curso da empresa e instituiu enorme simbiose de interesses, entre esses dois atores. A convergência entre eles vai do controle de parte do território nacional à estratégia oficial de projeção do poder econômico do Brasil no cenário internacional.

Há inclusive complementaridades entre os movimentos da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores e o aparecimento de oportunidades de negócio para a companhia. É o caso da Colômbia. Sob hegemonia direta dos EUA, aquele país coloca senões aos planos hegemônicos do Brasil na América do Sul. Lá, a Vale, após uma negociação direta entre os presidentes Lula e Álvaro Uribe, adquiriu uma das maiores cimenteiras da América Latina, ativos de carvão e a concessão de um porto. Outro exemplo da expansão articulada entre o Brasil e a Vale é Moçambique, país onde a Companhia explora carvão das minas de Moatize. Em breve, a capital Maputo sediará mais uma representação na África da estatal Empresa Brasileira de Comunicação, controladora da TV Brasil.

No Brasil, o modo e a escala de operação da Vale, baseados em grandes projetos voltados à produção de enormes excedente para atender prioritariamente ao mercado internacional, exige a intermediação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o principal instrumento para financiar o modelo econômico nacional. O BNDES participa simultaneamente do controle acionário da Companhia e no fornecimento de fundos para investimentos e para capital de giro da Vale. É através do BNDES e da BNDES Participações, subsidiária do Banco para o mercado de capitais, que o Estado ainda mantém uma herança do tumultuado processo de privatização da companhia.

Esta herança se materializa nas 12 exclusivas "ações de ouro" (*golden shares)*, ações preferenciais de classe especial, de titularidade da União Federal, que dão ao Estado brasileiro os mesmos s direitos que possuem os detentores de ações preferenciais Classe A (incluindo aqueles relativos a voto e preferências de dividendo).

As ações de ouro significam poder de veto nas decisões relativas a:

1. alteração da denominação social da companhia.
2. mudança da sede social.
3. mudança do nosso objeto social relativamente à exploração de jazidas minerais.
4. liquidação da empresa.
5. qualquer alienação ou encerramento das atividades de uma ou mais das seguintes etapas dos sistemas integrados da exploração de minério de ferro, jazidas minerais, depósitos de minério, minas, ferrovias, portos e terminais marítimos.
6. qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações de emissão da Companhia.
7. qualquer modificação de quaisquer dos direitos atribuídos pelo Estatuto Social à ação preferencial de classe especial.

Fonte: Área Desenvolvimento e Direitos do Ibase

Segundo, a compra da mineradora canadense Inco, em 2006, torna a Vale a maior produtora mundial de níquel e a maior mineradora do mundo (seguida da Rio Tinto e BHP). A criação da Vale Inco tem impactos gerais na economia brasileira e no mercado internacional de mineração. O Brasil desponta como um investidor internacional, e não apenas um receptor de investimentos estrangeiros[10]. A compra da Inco compreendeu U$ 19 bilhões, sendo seu preço U$ 17,8 bilhões e mais U$ 1,2 bilhão de dívida líquida (ibid.). Para esta compra, ela se associou a bancos internacionais, como Credit Suisse, UBS, ABN Amro e Santander. Com isso, o endividamento da Vale aumentou para US$ 22 bilhões em 2006 (Godeiro et.al.2007). Este fato, juntamente com a queda relativa do preço mundial do níquel no ano de 2009, pode explicar a postura agressiva da Vale contra os trabalhadores canadenses, buscando romper com direitos trabalhistas adquiridos ao longo de décadas na antiga Inco. No entanto, como será relatado no informe do sindicato USW neste Dossiê, os trabalhadores se recusam a arcar com os custos do "mal negócio" da Vale.

A compra da Inco também significou a diminuição de sua base brasileira: de 98% dos ativos até 2006, passou a 60% (ibid.). A companhia incorpora projetos de larga escala na Indonésia e Nova Caledônia. Em 2007 ela entra no mercado de carvão, com a compra da AMCI australiana, e com o projeto da mina de Moatize em Moçambique. As atividades na África, apesar de muitas vezes interpretadas como um "mercado natural" para o Brasil, devido às similitudes de língua e histórica, têm um papel estratégico. Consolidam-se como estratégias de competição com empresas chinesas com vistas a conquista de uma maior fatia do mercado chinês.

Nota-se que a estratégia de internacionalização da Vale está ligada ao controle de toda a cadeia produtiva. Os movimentos da companhia neste sentido voltam-se para uma forte "integração para trás", onde a empresa passa a realizar fusões e contratos de cooperação com o objetivo de controlar todos os *inputs* necessários em seu processo produtivo. Ou seja, controlar as etapas de produção anteriores ao seu produto final, ou seja, controlar a produção das matérias-primas e outros produtos que são utilizados no seu processo produtivo.

Assim, após a privatização nota-se dois movimentos nas estratégias da Vale. De um lado, a empresa buscou "enxugar" suas operações, passando a especializar-se principalmente em minério de ferro e logística. Sua logística é utilizada a serviço do agronegócio e da siderurgia, transportando produtos do aço, soja, fertilizantes, combustíveis, entre outros (Godeiro et. al. 2007). Ao mesmo tempo, a empresa busca o controle de toda a cadeia de produção, em particular de insumos como energia, entrando assim em projetos de hidrelétricas, em especial no estado de Minas Gerais, mas também no norte do país, como atualmente Belo Monte[11].

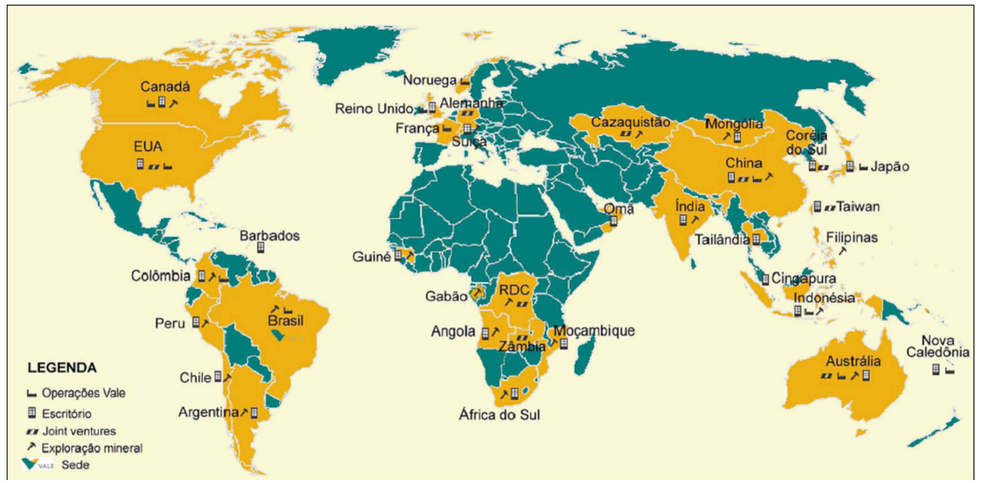
10 De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Dom Cabral, em 2006, as vinte maiores transnacionais brasileiras investiram US$ 56 bilhões no exterior. O Investimento Brasileiro no Exterior (IBE) é especialmente concentrado nas empresas de recursos naturais e primários, Vale e Petrobras. Ver www.fdc.org.br.

11 Vale entra na disputa pela hidrelétrica de Belo Monte. Estado de São Paulo, 23/02/2010.

O que está em jogo em Belo Monte:

1. A UHE Belo Monte é uma obra faraônica que gera pouca energia. A quantidade de matéria a ser utilizada na construção de canais é comparável ao canal do Panamá. O projeto geraria apenas 39% dos 11.181 MW de potência divulgados, devido à grande variação da vazão do rio.
2. Impactos irreversíveis na fauna, na flora e na biodiversidade da região são destacados pelos especialistas que analisaram o Estudo de Impacto Ambiental.
3. A sobrevivência dos 24 grupos indígenas que dependem do rio Xingu estará em risco com a extinção ou diminuição intensa das espécies de peixe – seu principal alimento.
4. O MME, o IBAMA e o governo federal violaram direitos humanos ao não realizarem as Oitivas (consultas) Indígenas, obrigatórias pela legislação brasileira e pela Convenção 169 da OIT, que garantem aos indígenas o direito de serem informados sobre os impactos da obra e de terem sua opinião ouvida e respeitada.
5. A enorme imigração de trabalhadores atraídos pela obra, subestimados pelas empresas como sendo em torno de 100 mil pessoas, aumentará a pressão sobre as terras indígenas e áreas protegidas e haverá desmatamento e a ocupação desordenada do território.
6. A Licença Prévia foi emitida pela presidência do IBAMA apesar do parecer contrário dos técnicos do órgão. Alguns técnicos pediram demissão, outros se afastaram do licenciamento e outros ainda assinaram um parecer contrário à liberação das licenças para a construção da usina.
7. As medidas condicionantes alardeadas pelo Ministério do Meio Ambiente não apenas não compensam os danos irreversíveis que a usina imporia ao rio e às populações, como não representam nenhuma garantia legal de que o empreendedor irá se responsabilizar pelos danos causados.
8. O processo de licenciamento está sendo anti-democrático: as audiências públicas não tiveram condições para participação popular, especialmente das populações tradicionais e indígenas, as mais afetadas.
9. Os impactos de Belo Monte são muito maiores do que aqueles estimados e, em muitos aspectos, irreversíveis e não passíveis de serem compensados pelos programas e medidas condicionantes propostas.
10. Hidrelétricas não são energia limpa: elas emitem metano, um gás de efeito estufa com 25 vezes mais impacto sobre o aquecimento global do que o gás carbônico, de acordo com o Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC).
11. As empresas interessadas na construção - Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht, Vale, Votarantim, GDF Suez e Alcoa - querem aumentar a tarifa a ser cobrada pela energia produzida. O BNDES e Fundos de Pensão estatais pretendem entrar com créditos e investimentos – ou seja, no fim das contas, quem pagará por esta obra absurda seremos todos nós!

A sua expansão no setor de fertilizantes está também diretamente ligada à internacionalização: os projetos na Argentina, Peru, Moçambique e Canadá visam a produção de potássio e fosfato, necessário para produção de fertilizantes, que será aumentada com compra de parte das operações da Bunge pela Vale[12].



Operações da Vale no mundo – 2009
Fonte: Fact sheet 14.Dez.2009, www.vale.com

12 "Vale deve estimular expansão em fertilizantes". Valor Econômico, 18/01/2010.

A Vale e o BNDES

A *holding* BNDES é a fonte permanente do fornecimento de fundos, a taxas baixíssimas, à Vale. Nem o Banco nem a empresa divulgam a evolução histórica desses desembolsos, mas ela pode ser estimada com relativa precisão a partir de fragmentos de informações que os dois agentes deixam chegar a público.

No dia 1º de abril de 2008, por exemplo, o BNDES aprovou aquele que à época seria o maior financiamento do Banco a um agente econômico privado. Foram R$ 7,3 bilhões para Vale aplicar no Brasil até 2012, com prioridade à "expansão e modernização da capacidade de produção de minério" e em logística. Em 2007, o Banco já aprovara outros R$ 774,6 milhões para Companhia Vale do Rio Doce expandir a capacidade de transporte da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Esse megaempréstimo para o plano qüinqüenal da Vale também se notabilizou por ter envolvido o então presidente do Banco, Demian Fiocca. Ele e outros funcionários de primeiro escalão do Banco, que normalmente participam do processo de análise e aprovação dos maiores pedidos de empréstimos, deixaram o BNDES para assumir postos na direção da Vale. Tudo isso pouco tempo após o megaempréstimo ser anunciado. Fiocca já havia deixado o cumpria quarentena. Um ano depois, saiu da empresa e retornou a postos de comando em instituições financeiras públicas.

Fonte: Área Desenvolvimento e Direitos do Ibase

Visto isso...

Como será demonstrado nos estudos de caso contidos neste Dossiê, as atividades da Vale causam acentuados impactos sobre os territórios e as populações que os habitam, gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que são raramente divulgados dos documentos oficiais da empresa. Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público, contaminação de cursos d'água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos até os mercados finais. Esses impactos podem ser observados claramente ao longo da Estrada de Ferro de Carajás, no Pará e Maranhão e no crescimento acelerado das guzeiras em Piquiá, na construção do porto de Pecém no Ceará, nas minas que são exploradas em Minas Gerais e na siderúrgica que vem sendo construída no Rio de Janeiro, entre outros.

Em todas as áreas de exploração da Vale se conforma um modelo de desenvolvimento desigual e concentrador. Os lucros feitos em cima das riquezas naturais e da força de trabalho são privatizados e transferidos sob a forma de dividendos para os principais acionistas da empresa. Ao mesmo tempo, todos os custos sociais e os passivos ambientais resultantes das atividades da Vale são ignorados e desconsiderados no discurso e nos relatórios de atividades oficiais da empresa, como nos relata esse dossiê.

Referências

Bossi, D./ Guzzelini, G./ Kato, K./ Milanez, B.: A face agressiva da Vale, In Instituto Rosa Luxemburg Stiftung et. al (org.): Empresas transnacionais brasileiras na América Latina. Um debate necessário. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009.

Casanova, L./ Hoeber, H.: Vale: uma líder multinacional emergente, In Ramsey/ Almeida (org.): A ascensão de multinacionais brasileiras. Rio de Janeiro, Elsevier; Belo Horizonte, Fundação Dom Cabral, 2010.

Godeiro, N./ Moura, E./ Soares, P./ Vieira, V.: Vale do Rio Doce. Nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização. São Paulo, Editora Sundermann, 2007.

CASOS NACIONAIS

I. O BERÇO DA VALE: MINAS GERAIS

> *"Minas Gerais foi o responsável por 94% do saldo da balança comercial do país nos três primeiros meses deste ano. No período, o Estado obteve resultado positivo de US$ 2,846 bilhões, ante US$ 3,12 bilhões nacional. E, enquanto o Brasil viu suas vendas despencarem 19,4%, os mineiros registram queda de 5,3% nas exportações. No trimestre, Minas ainda alcançou 13,9% das exportações nacionais.*[13]

As tabelas na página seguinte, fornecidas pelo governo do Estado de Minas Gerais revelam que o minério de ferro e a Vale tem um peso enorme na produção de riquezas no Estado:

Atualmente a produção de minério de ferro da Vale se realiza em 2/3 em Minas Gerais e 1/3 em Carajás, no Pará. Porém. Contudo, ao longo das últimas décadas a empresa vem diminuindo sua produção nesse estado. Quatro minas foram paralisadas em Minas Gerais (Água Limpa, Gongo Soco, Andrade e Jangada) e se diminuiu drasticamente a produção no restante, incluindo na mina de Brucutu. O abandono de Minas Gerais é parte da estratégia da empresa.

13 Jornal Hoje em Dia, 29 de abril de 2009.

"Nossa produção de minério de ferro está sob mudança estrutural, com o início da tendência na direção do avanço da participação do minério de Carajás de baixo custo e alta qualidade, aumentando nossa competitividade no mercado global (Relatório Financeiro da Vale, primeiro trimestre de 2009)."[14]

Produtos	US$ (milhões)	Part. % Total	Var. % 07/08
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	6.880,1	28,1%	48,7%
Café não torrado, não descafeinado, em grão	2.981,4	12,2%	17,8%
Ferronióbio	1.506,1	6,2%	56,9%
Ferro fundido bruto não ligado	1.273,1	5,2%	90,4%
Ouro em barras, fios, perfis de sec. maciça, bulhão	616,2	2,5%	19,3%
Pasta química madeira (celulose)	609,8	2,5%	10,0%
Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000	500,1	2,0%	29,9%
Billets de ferro/aço	459,2	1,9%	51,8%
Produtos semimanufaturados de ferro/aço, não ligados	447,4	1,8%	287,3%
Outros silícios	417,4	1,7%	42,7%
Total – dez principais produtos	**15.690,8**	**64,2%**	**43,3%**
Total – todos os produtos	**24.444,4**	**100%**	**33,2%**

Fonte: MDIC/SECEX/ALICEWEB

Principais Produtos Exportados (2008) MG
Fonte: MDIC/SECEX/ALICEWEB

Empresas	US$ FOB (milhões)	Part. % Total	Variação % 07/08	Área de atuação
Vale	**6.364,5**	**26,04%**	**84,15%**	**Mineração**
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	1.613,7	6,60%	58,86%	Mineração e Metalurgia
Gerdau Açominas	1.480,1	6,06%	101,29%	Metalúrgica Siderúrgica
Fiat Automóveis	1.023,9	4,19%	-7,03%	Automobilístico
Mercedes-Benz do Brasil	764,0	3,13%	182,24%	Automobilístico
Cenibra	609,8	2,49%	9,97%	Papel e celulose
Usiminas	450,9	1,84%	-1,69%	Metalúrgica Siderúrgica
Acesita	385,7	1,58%	-29,74%	Metalúrgica Siderúrgica
ArcelorMittal Brasil	378,7	1,55%	10,35%	Metalúrgica Siderúrgica
Nacional Minérios	305,4	1,25%	116,43	Mineração

Principais Empresas Exportadoras (2008) – MG
Fonte: MDIC/SECEX/ALICEWEB

14 Relatório financeiro da Vale - 1º. Trimestre de 2009.

A Mina de Capão Xavier

Características sócio-culturais e ambientais da região

A região está localizada no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e faz parte da Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul RMBH). Além disso, se localiza na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça (PESRM). A mina em si está no Município de Nova Lima, mais precisamente próximo ao Bairro Jardim Canadá. Esse Bairro conta hoje com aproximadamente 7 mil habitantes de classe média, além de diversas empresas e indústrias, sendo a maior pagadora de impostos ao município e, segundo moradores, a menos assistida pela Prefeitura. Conta com uma população flutuante, atraída pelo emprego e clima agradável.

A mina está sobre um grande aqüífero que beneficia mais de 300 mil pessoas de Ribeirões de Fechos, Catarina, Mutuca e Barreiro. É considerada uma das áreas do Estado de Minas Gerais prioritárias para a conservação devido à sua diversidade, alta porcentagem de espécies endêmicas, e que vem sofrendo grandes ameaças antrópicas (Drummond *et al.* 2005).

Durante os Estudos de Impacto Ambiental da área da mina, foi encontrada uma espécie nova de Crustáceo, que foi chamada de *Branchinecta ferrolimneta*. Segundo notícias do portal UAI de 2009 ele é ancestral do camarão e está no planeta há mais de 200milhões de anos, sem sofrer praticamente nenhuma alteração, sendo considerado um fóssil vivo. No entanto mesmo com a descoberta desse novo animal ele simplesmente foi retirado e realocado para outro lugar para que a Mina pudesse ser aprovada; hoje no local que estão serão novamente retirados caso seja aprovado à expansão da Mina. Segundo o Movimento Capão Xavier Vivo, havia também grutas, de rara formação, com 20 metros de profundidade, como a de Capão Xavier. Dentre as 3.500 grutas cadastradas no Brasil, somente existem seis grutas semelhantes a ela.

O município, que está a 22km de Belo Horizonte, se torna cada dia mais dependente da mineração, apesar de ter várias redes de supermercado, indústrias de diversos portes, comércio, prestação de serviço e pequenas empresas. O município vem estimulando a chegada da mineração, entrando em um processo parecido com o do município de Itabira, o qual vive da mineração. Além do minério de ferro há extração de ouro, prata, ácido sulfúrico e outros minerais.

A região possui também um potencial turístico muito pouco explorado, há um pequeno centro histórico da época do ouro, além disso à formação geológica que favorece

os afloramentos rochosos, potencializa a questão hídrica da região com belas cachoeiras e o turismo ecológico.

A mina Capão Xavier

A Vale vinha tentando sua instalação desde o ano de 1992 através da antiga MBR hoje Vale. Em 1998 foi protocolado junto a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) o pedido de Licença Prévia. A jazida, estimada em 173 milhões de toneladas de ferro de alto teor, é considerada a última grande reserva de minério de ferro de alta qualidade nas imediações de Belo Horizonte, em parte do chamado Quadrilátero Ferrífero.

Os empregos gerados prevêem a manutenção de 295 postos, sendo que não agregou a mão de obra do Bairro Jardim Canadá. Em 2002 a MBR negocia com moradores do Jardim Canadá, vizinhos da mina. Entre as promessas está a construção de um campo de futebol, um posto de saúde, uma creche e asfaltamento de ruas. Em 2003 a Prefeitura de BH assina o termo de compromisso com MBR, ainda nesse ano foi feita uma representação ao MPE e MPF em relação à Licença Prévia (LP).

Em 2004 foi concedida a Licença de Operação (LO) à empresa, que estima a retirada de 4,5 milhões de toneladas de minério. A exploração do ferro está prevista para 20 anos, sendo que seus investimentos iniciais geraram em torno de R$ 100 milhões. A produção anula está estimada em 8 milhões de toneladas por ano. Porém para retirada do minério está sendo implementada a técnica de rebaixamento do lençol freático, reduzindo em aproximadamente 20% o manancial e comprometendo a qualidade da água.

Em fevereiro de 2009 a empresa solicitou do Conselho Consultivo da APA Sul a autorização para ampliar (em cerca de 50 metros em direção Oeste) a cratera da mina de Capão Xavier, invadindo uma área de aproximadamente 24 hectares do Parque Estadual do Rola Moça (Nota do Movimento Pelas Serras e Águas de Minas).

No dia 17 de fevereiro de 2009 estava em pauta da reunião do Conselho Consultivo da APA-Sul RMBH, a autorização para ampliar (em cerca de 50 metros em direção Oeste) a cratera da mina de Capão Xavier, invadindo uma área de aproximadamente 24 hectares do Parque Estadual do Rola Moça. No entanto, não foi concedida a autorização para a ampliação.

Impactos causados pelo empreendimento

Com a implantação do empreendimento, ocorreu supressão de uma área considerada prioritária para conservação da biodiversidade. Foi feito um realocamento de uma espécie nova, o crustáceo *Branchinecta ferrolimneta*. Com o avanço da mina, cavernas e sítios arqueológicos estão em risco de ser destruídos. As águas do manancial de Fechos terão sua vazão natural reduzida em 40% e os mananciais de Catarina e Barreiro, em torno de 20%, além de impactos irreversíveis em sua zona de proteção. A Estação Ecológica de Fechos tem suas águas diminuías ano a ano. Isso é confirmado pelos moradores do Bairro Jardim Canadá, que relatam que além da redução da água, têm percebido o aumento nos coliformes fecais totais na água, estando a mesma atualmente imprópria para o consumo.

Além disso, os moradores relatam ainda a diminuição da água no próprio Bairro, que nas época de chuva se mantinham diversas poças de água, mas hoje elas secam rapidamente. Os moradores também sofrem com as detonações das minas, que por estar muito próximo do Bairro, vem trincando as casas, soltando os telhados. Segundo relatos "a casa inteira treme". Os barulhos são muito altos, impossibilitando os moradores de dormir, pois a empresa trabalha 24hs. Ocorre ainda um elevado índice de partículas em suspensão que vem afetando a saúde dos moradores, principalmente problemas respiratórios. Com esse panorama, o bairro está desvalorizado e vem forçando os moradores ao êxodo.

A Vale propôs como contrapartida ambiental a manutenção de um lago. O "estudo de avaliação ambiental do futuro lago" demonstra os evidentes riscos ambientais a que estará exposta a população da cidade, dentre eles: o possível aparecimento de gás sulfídrico no fundo do lago, de odor repugnante, e surgimento das chamadas algas azuis que metabolizam nutrientes e os transformam em gases tóxicos e até mesmo letais.

Os conflitos em torno da Mina

Os Movimentos envolvidos na defesa de Capão Xavier juntamente com o MPE (Ministério Público Estadual) em maio de 2004 entraram com ação civil pública com "pedidos de tutela de urgência cumulada com improbidade administrativa" contra Estado de Minas Gerais, MBR, Fernando Damata Pimentel, prefeito municipal de Belo Horizonte e Inácio Pereira Garda Júnior, Gerente Regional do Instituto Estadual de Florestas - MG (IEF).

Foi denunciado ainda o caso junto a Organização das Nações Unidas - ONU, em agosto de 2004, durante uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, apoiada pelas Comissões de Direitos Humanos e do Meio Ambiente, na qual esteve presente o Relator para os Direitos Humanos junto à ONU, Sr. Jean Pierre Leroy. Na época ele ouviu cerca de 30 pessoas e visitou durante uma semana diversas comunidades

atingidas por Barragens, pela Monocultura do eucalipto e por Mineração depredadora. Na ocasião foi entregue o Dossiê completo da Mina de Capão Xavier.

Já em outubro de 2004 foi instaurado na ALMG (Assembléia Legislativa de Minas Gerais), através do Dep. Antônio Júlio (PMDB), uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar as irregularidades do processo de Licenciamento Ambiental. O objetivo da CPI era apurar os motivos do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), que delibera sobre as licenças ambientais no Estado, e Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam, que avalia tecnicamente os projetos das empresas e as fiscaliza, licenciarem o empreendimento, mesmo em desrespeito a Lei Estadual 10.793/92, que proíbe a atividade mineradora em áreas de mananciais de abastecimento público. Sendo que nesse caso específico a Mina está em um terreno adquirido na década de 40 pelo então presidente Juscelino Kubitschek para preservar os quatro mananciais (Fechos, Catarina, Barreiro, Mutuca) que abastecem a capital.

Além das ações no judiciário e legislativo, circulou-se um Abaixo Assinado de repúdio à ação da mineradora. Em abril de 2004 foi realizada uma caminhada de 10km de BH ao Bairro Jardim Canadá, com participação de cerca de 1000 pessoas, onde foi lançada a Lista Suja de empresas e ONGs que ajudaram na implementação da mina. Participaram da caminhada estudantes, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, sindicatos, religiosos e moradores. Em junho de 2004 foi realizada uma caminhada ecológica pela Serra do Curral para observar os estragos da mineração e da especulação imobiliária, que contou com a presença de 40 pessoas.

Infelizmente a CPI não chegou a resultado algum. O COPAM trabalhou a favor da empresa e os Deputados que faziam parte da CPI se basearam em dados por ela fornecidos, favorecendo a Empresa.

Referências e fontes

Arquivo documental do Movimento Capão Xavier Vivo.

Arquivo documental do Movimento pelas Serras e Águas de Minas.

Artigo do jornal "ESTADO DE MINAS", sessão: Gerais, p.24. 21/10/04. Escrito por Cristiana Andrade.

Site: Estudo mapeia o DNA dos microcrustáceos de Nova Lima: http://wwo.uai.com.br/UAI/html/sessao_8/2009/07/15/em_noticia_interna,id_sessao=8&id_noticia=118853/em_noticia_interna.shtml Portal UAI, acessado em 20/12/2009

O Projeto Apolo na Serra da Gandarela

A Serra da Gandarela está localizada no limite da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), dentro e uma área de proteção ambiental (APA SUL RMBH) que abriga 13 municípios. Além disso, a Serra da Gandarela está inserida no interior do Quadrilátero Ferrífero, ocupando a porção centro/nordeste da região. A beleza da paisagem da Serra da Gandarela foi esculpida sobre uma grande diversidade geológica, proporcionando uma variedade de formas de relevo. As diferenças de altitude também são marcantes entre um compartimento do relevo para o outro.

A região tem forte influência da mineração, monocultura de eucalipto e turismo. Em pequenas propriedades familiares é possível encontrar uso extrativista da mata, pesca, pecuária e agricultura.

A mineração na região é um processo histórico, passando pelos ciclos do ouro até ao atual ciclo do ferro. Por estar na região do Quadrilátero Ferrífero, há minas antigas e outras em plena atividade. Com relação ao eucalipto, foi introduzido recentemente com o avanço da siderurgia na região, que necessita dele como matéria prima. A monocultura de eucalipto, entretanto, tem avançado sobre as matas nativas e sobre as propriedades rurais. Alguns moradores trabalham com essa matéria prima e vêem nela parte de seu sustento. As propriedades familiares vivem de subsistência, produção agropastoril, tendo um acréscimo de renda através da pesca, produção de mel e extrativismo da mata, como a retirada do óleo da candeia e de outras espécies nativas. O turismo, apesar de tímido, gera uma renda para alguns trechos da Serra da Gandarela, como aqueles que desfrutam das cachoeiras e belezas naturais, sendo esta região inclusive indicada pelos Planos Diretores dos municípios, como área de alto potencial turístico. O relevo e a beleza cênica da região têem todos os ingredientes necessários para a atração do grande público, que podem contar com todas as variantes do turismo ligado ao meio natural: ecoturismo, geoturismo, turismo de aventura, entre outros. Trata-se de um laboratório a céu aberto com fácil visualização de estruturas geológicas. Proporciona uma infinidade de observações e descrições, tanto na geomorfologia estrutural, processos e formas de vertentes, geomorfologia fluvial e, ainda uma abordagem envolvendo a geomorfologia.

A Vale realiza em Gandarela, a extração de minério de ferro. Em 2008 sua capacidade produtiva foi ampliada com a compra da Mineração Apolo, que elevou em quase 1 bilhão de toneladas as reservas de minério de ferro da empresa no chamado Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. O plano da Vale é unir o potencial da Apolo com os recursos do Projeto Gandarela. Com a compra da Apolo, os recursos de Gandarela passarão de cerca de 4 bilhões para 5 bilhões de toneladas de minério de ferro.

O Projeto Apolo consistiu na abertura de uma mina com capacidade de produção de 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e implantação de uma usina de beneficiamento da matéria-prima nos municípios de Caeté e Santa Bárbara, na Região Central do estado.

Algumas irregularidades e impactos do projeto:

- Divergências de informações por parte da VALE nas apresentações prévias do empreendimento realizadas no município de Rio Acima e Comunidade André do Mato Dentro em Santa Bárbara nos dois últimos anos;

- Questionamentos das comunidades não foram respondidos pela empresa nas reuniões já realizadas.

- Mau uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de abastecimento público.

- Interferência na qualidade das águas locais.

- Construção do ramal ferroviário que impactará Área de Proteção Ambiental Municipal (APA Juca Vieira, de Caeté), com possível drenagem de águas pelos túneis com construção prevista.

Anuências e autorizações que fazem parte do processo de licenciamento estão em desacordo com as ações Federais e Estaduais de proteção à biodiversidade e às águas. Segundo o documento Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira - Ministério do Meio Ambiente a área onde o projeto se localiza é classificada como de "Importância Biológica e Prioridade de Ação - Extremamente Alta". Ele se enquadra totalmente em área com "formação geológica única, endenismo de fauna e flora, que abrigam importantes mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte". Para as mesmas, o instrumento Federal preconiza como Ação I – "Agilizar o processo de normatização do uso e ocupação dos Campos Rupestres Ferruginosos" e como primeira citação de "Ameaça" - Mineração.

Adicionalmente, destaca-se que há perspectiva de impactos cumulativos, em decorrência da realização de novos projetos, que já estão em estudo pela empresa e outras mineradoras na Serra do Gandarela.

A exploração mineral na Serra da Gandarela ocasiona perda irrecuperável da rica biodiversidade da região que atualmente é a última região ainda preservada do Quadrilátero Ferrífero com a descaracterização progressiva e irreparável da beleza cênica da região. Terá parte a destruição da Bacia do Ribeirão da Prata, que colaboram com o abastecimento da região metropolitana de BH. Adicionalmente, haverá impactos significativos na formação geológica/geomorfológica da Serra da Gandarela com sérios danos ao sistema hidrogeológico que permite o atual sistema de recursos hídricos que permite o abastecimento público tanto Caeté, como Santa Bárbara, Barão de Cocais, Rio Acima e Raposos. E, por fim, haverá aumento da emissão de CO_2 devido ao desmatamento de mata nativa, da emissão de material particulado e da contaminação química devido ao processo de beneficiamento do ferro e do ouro na região.

Referências e fontes

"Patrimônio Natural da Serra da Gandarela e seu Entorno: Análise Ambiental como Subsídio para a Criação de Unidades de Conservação no Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais" de Wanderson Lopes Lamounier.

Arquivo documental do Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA.

Arquivo documental do Movimento pelas Serras e Águas de Minas.

Proposta encaminhada pelo Projeto Manuelzão ao ICMBIO, apoiada por várias entidades e ONGs, para criação do Parque Nacional da Serra da Gandarela.

Site: Vale paga US$ 145 milhões por mina que vale 12 vezes mais http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2534 em 11/12/2009

Site: Vale vai investir R$ 9,5 bilhões em Minas até 2013 http://wwo.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/10/15/em_noticia_interna,id_sessao=4&id_noticia=131879/em_noticia_interna.shtml em 11/12/2009

A Vale e os Trabalhadores (Metabase)

Desde o início da crise econômica mundial, a Vale demitiu cerca de 1.500 trabalhadores diretos e 12 mil terceirizados, de um total de 120 mil trabalhadores em todo o mundo, sendo a metade deles terceirizados. O medo constante de cortes no quadro de funcionários da empresa gera uma sensação de agonia em todos os funcionários e até já causou o suicídio de um funcionário em Itabira no dia 16 de maio de 2009.

Contudo, dados demonstram que a situação financeira da Vale não foi afetada de forma contundente pela crise, e que a mesma é utilizada como justificativa para corte de funcionários e para o desmonte de direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos.

Vale mostra disciplina diante da desaceleração da demanda global

VALE

	Corte de produção[1]	Capacidade Nominal[4]
Minério de ferro	30 Mt[2]	292 Mt
Pelotas	8 Mt	54 Mt
Manganês	600 kt	3 Mt
Ferroligas	90 kt	648 kt
Níquel	17 kt	270 kt
Alumínio	57 kt[3]	540 kt
Caulim	250 kt	1.516 kt

[1] Mt = milhões de toneladas métricas, kt = mil toneladas métricas, em termos anuais.
[2] Além do corte de produção anunciado, compras de terceiros – 9,8 Mt em 9M08 – serão reduzidas significativamente.
[3] Produção da Valesul será temporariamente limitada a 40% da sua capacidade nominal.
[4] Conforme descrito no relatório 20F de 2007 da Vale.

18

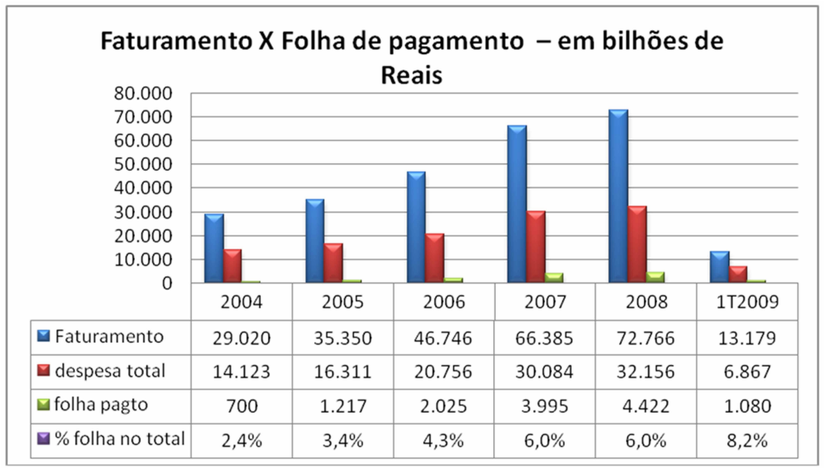
Cortes de custos na empresa desde o início da crise econômica mundial

A empresa alega crise financeira, no entanto seu Relatório financeiro do 1º. Trimestre de 2009 demonstra dados completamente diferentes.

A queda no faturamento da Vale foi de 9,4%. O lucro líquido caiu 1% e os investimentos aumentaram em 1,1%. Isto quer dizer que os resultados do primeiro trimestre de 2009 são praticamente idênticos ao de 2008, ano recorde de seu faturamento. A empresa, contudo, segue demitindo funcionários, anunciando novos cortes e buscando reduzir os direitos dos trabalhadores.

Segundo informações da própria empresa que mostramos acima sua situação financeira é ótima e poderia garantir a manutenção dos seus empregados em todo o mundo. Adicionalmente, a empresa direciona muito pouco dos seus rendimentos para o pagamento de sua força-de-trabalho. Desde 1998, ao mesmo tempo em que seus acionistas ficam com 40% dos lucros líquidos da empresa, somente 3% foi dirigido para suprir os bens de salário de seus trabalhadores.

Fonte: relatório 1º. Trimestre de 2009 – Vale



	2004	2005	2006	2007	2008	1T2009
Faturamento	29.020	35.350	46.746	66.385	72.766	13.179
despesa total	14.123	16.311	20.756	30.084	32.156	6.867
folha pagto	700	1.217	2.025	3.995	4.422	1.080
% folha no total	2,4%	3,4%	4,3%	6,0%	6,0%	8,2%

Fonte: relatório financeiro da Vale – 1º. Trimestre de 2009

Alguns números

A empresa dispõe de caixa no valor de U$ 12,2 bilhões (cerca de R$ 28 bilhões, ao cambio de 2,30). Levando em conta que a folha de pagamento em 2008 foi de R$ 4,4 bilhões de reais, este caixa é suficiente para pagar os funcionários de todo o mundo por mais de 6 anos.

A empresa pagará aos seus acionistas em 2009, U$ 2,5 bilhões (cerca de R$ 5,7 bilhões de reais). Este dinheiro poderia pagar todos os salários da empresa em todo o mundo e ainda sobrar 25% deste valor para entregar aos acionistas; Somente o que foi pago agora em abril de 2009, a primeira parcela dos dividendos do ano, foi de R$ 2,7 bilhões de reais, dinheiro suficiente para pagar a folha de pagamento anual dos 42 mil trabalhadores da Vale no Brasil.

A empresa gastou U$ 2,1 bilhão de dólares (R$ 4,8 bilhões de reais) em aquisições desde dezembro de 2008 (fábricas e minas na Colômbia, África, Argentina, Canadá e Brasil), provando que seu objetivo é ficar "enxuta". Se a empresa prescindisse dessas aquisições, poderia pagar os salários de todos seus trabalhadores em todo o mundo por um ano.

Mesmo assim a Vale planeja demitir cerca de 10 mil trabalhadores em um futuro próximo, para se tornar a primeira mineradora do mundo. Deve-se isso a um motivo: a maior preocupação da Vale ao longo de sua história é unicamente manter a remuneração alta de seus acionistas e não proporcionar um ganho justo aos seus trabalhadores. Segundo seu relatório de atividades em 2008 a Vale pagou US$ 33 millhões de dólares, equivalente a R$ 77 milhões, a 6 diretores executivos, resultando em quase 13 milhões para cada um. Ao mesmo tempo um trabalhador de nível médio da Vale, ganha um salário de cerca de R$ 1.300 reais por mês. Este trabalhador, para ganhar o equivalente ao que um diretor ganha por ano teria que trabalhar 800 anos.

A empresa segue descarregando os efeitos da crise sobre seus trabalhadores contribuindo para piorar as condições sociais dos municípios mineradores com o aumento do número de desempregados, o fechamento de minas e consequentemente a redução na arrecadação de impostos. Os trabalhadores que não perdem seus empregos, seguem sendo cada vez mais explorados e vendo seus direitos serem reduzidos paulatinamente. Com isso se elevam os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais. Somente em 2008, segundo o relatório de atividades de Vale foram registrados 2.860 acidentes e 9 mortes.

Nos municípios mineradores a situação se repete: enquanto a Vale aumenta seus lucros, as receitas que chegam aos municípios resultantes da atividade de mineração se reduzem. Segundo relatórios oficiais da Vale, confirmados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a Vale pagou em 2008 apenas 0,6% de sua receita aos municípios mineradores como royalties. Os recursos naturais que deveriam ser repartidos por toda a sociedade, seguem alimentando unicamente os lucros dos acionistas da Vale.

II - CARAJÁS (PARÁ E MARANHÃO)

As atividades extrativo-exportadoras da Vale na região sul do Pará vêm desde 1985. Atualmente, estima-se uma produção de cerca de 1,8 milhão de toneladas de ferro-gusa, que é a principal matéria-prima para produção de aço. A mina de ferro de Carajás situa-se em Parauapebas, sul do Pará.

Há mais de 25 anos a Vale é detentora de Carajás, a maior reserva de minério de ferro a céu aberto do mundo. Estima-se suas reservas em 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 45 milhões de toneladas de bauxita, 1 bilhão de toneladas de cobre, 60 milhões de toneladas de manganês, 124 milhões de toneladas de níquel e 100 mil toneladas de estanho[15], espalhados por uma área de 40 mil km².

O escoamento do minério extraído dá-se por dois meios. O primeiro pela Estrada de Ferro Carajás, que liga o sul do Pará a São Luís, no Maranhão. Ali está instalado o Porto Ponta do Madeira, conformando assim o chamado "sistema norte" que compreende o complexo mina-ferrrovia-porto, e é um grande corredor de exportações. A bauxita, que é a matéria-prima do alumínio, também é explorada em Carajás e levada por um mineroduto, com 244 quilômetros de extensão até o Porto de Barcarena. De lá alimenta a Alunorte e, depois, a Albrás.

15 Fonte: CVRD;extraído de *"O Brasil hipoteca seu futuro"*. IBASE, RJ, 1992.

De um modo geral, ao longo desses corredores de escoamento e produção, os benefícios das atividades não são compartilhados com as populações que vivem ao longo da ferrovia e das usinas de produção, mas privatizados pela empresa. Desde a época de planejamento do Programa Grande Carajás[16] estudos já apontavam que a ferrovia provocaria desintegração econômica e desenvolvimento desigual na região. A possibilidade alternativa, de transporte fluvial (através da hidrovia Araguaia/Tocantins), mostrava-se uma solução melhor, pois possibilitaria uma maior integração dos municípios ao longo do eixo logístico, bem como representava uma opção mais familiar para as populações locais. A opção pelos trens foi tomada com o objetivo de reduzir os custos logísticos da empresa. O estratégico mercado japonês, que era alvo da CVRD na época, exigia grandes navios de carga com o objetivo de reduzir os custos de transporte.

Em média, nos últimos anos, a Vale transporta cerca de 100 milhões de toneladas de minério ao ano. Ao preço de 2009, uma tonelada de minério custava R$ 71,00. Portanto, a cada dia Vale transporta mediamente 333.000 ton, por um valor de R$ 21,3 milhões. Isto quer dizer que a cada dia passam em frente aos povoados mais carentes do Pará e Maranhão cerca de R$ 50 milhões. Ao mesmo tempo, as comunidades nas bordas das estradas de ferro vivem em extrema pobreza. E Vale nem mesmo contribui com essas comunidades via impostos, visto que toda essa exportação é desonerada de impostos, por conta da Lei Kandir.

Os moradores na beira dos trilhos não conseguem conviver com o barulho provocado pelos trens. Um incômodo permanente. As casas mais próximas dos trilhos sofrem com rachaduras. Os acidentes são freqüentes, com um número significativo de mortes por atropelamento de pessoas e animais. Até o instante não existe uma política específica da empresa para lidar com esse problema. Segundo Relatório de Sustentabilidade da própria empresa, o número de acidentes de trem nos últimos anos foram 59 (2005), 63 (2006) e 46 (2007).

Uma análise desse tipo é confirmada também pelo fenômeno dos "Meninos do trem". Trata-se de meninos e meninas que viajam de maneira irregular nos trens de minério da Companhia Vale ao longo da Estrada de Ferro Carajás. São crianças e adolescentes que têm acesso de maneira clandestina ao trem, viajando de Marabá ou Parauapebas até São Luís, ou vice-versa. Quando descobertos pela segurança da Companhia, são entregues ao Conselho Tutelar mais próximo, cuja tarefa será de fazer o registro de ocorrência e devolvê-los (a custo da Vale) às suas famílias em seus municípios de origem.

16 O Programa Grande Carajás (PGC) foi um grande programa governamental do início dos anos 1980, quando o General Figueiredo era o presidente e Delfim Neto seu Ministro da Economia. O PGC concentrou as políticas desenvolvimento regional, políticas sociais e industriais da Amazônia Oriental. Sua atuação se deu principalmente através da concessão de incentivos fiscais e da presença das empresas estatais, como a VALE (então CVRD) e de órgãos como a SUDAM e o INCRA.

O fenômeno tem crescido consideravelmente a cada ano e tem complicado muito a atuação ordinária dos Conselhos Tutelares da região. O MPE entrou com uma representação a respeito, com o título "Meninos do Trem da Vale – Situação de Risco". Eles estão expostos a toda sorte de perigos, desde a contaminação pelo minério até as condições climáticas diversas, além da viagem sem a proteção ou orientação de um adulto responsável.

A perspectiva da duplicação dos trilhos, já planejada e em fase de realização, assusta os moradores de Açailândia e do corredor inteiro, devido à evidente duplicação de todos os problemas até agora mencionados.

O Projeto Ferro Carajás teve seu pontapé inicial dado pela CVRD e foi o início da agressiva expansão da Vale no mercado internacional de minérios. O Projeto Ferro Carajás envolveu mais de 100 municípios dos estados do Pará e Maranhão, em uma área de cerca de 12 milhões de hectares. Trata-se também de uma região muito rica do ponto de vista biológico e social. Engloba em sua paisagem o Bioma Amazônico, Cerrados e áreas de Caatinga. Grande parte destes biomas encontram-se degradados em função de desmatamentos ilegais. Um fator muito importante no desmatamento da região é a necessidade de produção de carvão para as guseiras alimentadas pelo minério da Vale. Nos últimos anos, o corte de mata nativa para a produção de carvão está diminuindo, mas o dano permanece devido ao impacto da monocultura de eucalipto utilizado para os mesmos fins. Isso pode ser observado na região do Mearim, onde se encontram os dez municípios mais desflorestados do Maranhão.

Canaã dos Carajás, Paraupebas e Marabá, no Pará

Canãa dos Carajás

Cinco projetos anunciados pela Vale incidirão diretamente sobre as condições socioeconômicas e ambientas no município de Canaã dos Carajás, sendo que quatro destes serão desenvolvidos na própria cidade e um instalado em Curionópolis, mas com impactos também diretos no município. São eles:o projeto Sossego, para extração de cobre e produção de concentrado, em operação desde 2005; o Projeto 118, para extração de cobre, sem data prevista para inicio de operação; o Projeto Níquel do Vermelho, para extração de Níquel, sem data prevista de operação; o Projeto Serra Sul, para extração de Ferro, sem data para inicio de operação.

O projeto instalado em Curionópolis, com reflexo negativo no município de Canaã dos Carajás, principalmente às famílias de agricultores da VS-45 é o Projeto Cristalino, para extração de Cobre, com previsão de instalação no ano de 2010.

a) Vila Bom Jesus

É uma Vila que foi criada por moradores da antiga Vila Sossego, desativada pela Vale, criada por garimpeiros, ficava no local onde hoje se localiza a mina do Sossego. Esta Vila fica há dois quilômetros da mina, com uma população estimada em 900 pessoas. Na vila funciona uma escola aonde estudam 524 alunos, sendo 396 de nível fundamental e 128 de nível médio. Existem em torno de 300 residências no local, sendo que um número importante estão desocupadas porque seus proprietários permanecem em seus lotes na zona rural. O abastecimento de água é feito com a captação em um poço artesiano. Existe energia elétrica nas residências e não há calçamento de asfalto nas ruas.

Os principais problemas vividos pela população da vila e agricultores que tem suas propriedades nas proximidades, são: grande quantidade de poeira dos veículos da empresa ou contratadas que transitam pela vila; os ruídos, fumaça, poeiras e odores, causados pela detonação de explosivos, na mina; alagamento das plantações e residências à medida que foram instalados diques para proteger a cava da mina e formado as montanhas de rejeitos, que não permitem a passagem normal das águas, principalmente no período chuvoso; stress em animais, principalmente em aves, provocando a perda de fertilidade; a proibição da pesca no rio Paraupebas, pelos guardas armados da Vale; prisão de pessoas que tentam pescar no rio Paraupebas, por guardas da Vale e entregues para a policia civil de Canaã dos Carajás, que cobrariam dinheiro pela posterior liberação; casas com paredes trincadas e pisos deteriorados pela trepidação causada pelos explosivos usados na mina; contaminação da água do poço artesiano onde é feita a captação de água para atender a vila; casos

de doenças aparecidos nos últimos anos provenientes possivelmente pela poluição do ar e da água.

Reivindicações: Imediato estudo dos níveis de poluição sonora, do ar, da água e do solo, feito por empresa idônea, acompanhado pelos ministérios públicos estadual e federal; encaminhamento para serem avaliadas por juntas médicas das pessoas que reclamam adoecimento a partir do desenvolvimentos das atividades de mineração na mina do Sossego; definição do destino das famílias que moram na vila, após os estudos realizados; estudo do impacto na elevação das águas com a implantação dos diques e a formação das montanhas de rejeitos; imediata indenização e remanejamento das famílias de agricultores atingidas pela elevação da água, para área nas proximidades atuais, sendo considerado na indenização o lucro cessante para cada cultura e atividades produtivas, além das perdas sociais.

b) VS – 45

É uma das vicinais secundárias construída pelo GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, em 1983, onde foram assentadas famílias de agricultores vindas e trazidas de outras regiões do estado e de outros estados. Estas famílias na sua maioria permanecem na área, e outras - que substituíram às primeiras assentadas -, desenvolvem atividades produtivas e sociais necessárias ao desenvolvimento da comunidade. Todas se consideram razoáveis condições de vida, com plantios diversos e criação de pequenos, médios e grandes animais. A estrada é trafegável o ano inteiro e são beneficiados com energia elétrica.

Principais problemas: desde o ano 1986 a Vale trafega pela estrada (VS-45) que dá acesso ao Projeto Cristalino, com veículos leves e pesados, sem preocupar-se com a manutenção da estrada. Neste ano, 25 famílias de agricultores receberam visitas de técnicos da Vale para fazer o levantamento das benfeitorias das propriedades para fins de desapropriação e indenização; os agricultores foram informados de que será construída uma outra estrada, que deixará isolada a atual.

Reivindicações: as famílias não pretendem sair de suas propriedades; portanto, é preciso que o INCRA cumpra suas obrigações em garantir os direitos das famílias; os moradores exigem ainda transporte freqüente para passageiros e para a sua produção; que sejam recuperadas as pontes e que a estrada seja asfaltada.

c) VS – 40

Para a implantação do Projeto Níquel do Vermelho e do Projeto Sossego, a Vale comprou lotes de agricultores da VS -40, deixando apenas seis famílias, que não quiseram comercializar seus lotes, em condição de isolamento. Não permitindo a recuperação da vicinal, foram criadas dificuldades para o deslocamento das crianças para a escola e para o transporte da produção. A

rede de energia elétrica que estava prevista para chegar até aos lotes dos agricultores foi cancelada, deixando as famílias sem energia elétrica. Diante desta situação as famílias de agricultores ficam sem acesso a crédito bancário para investir em suas propriedades e reina uma grande indecisão do que fazer diante das perseguições que sofrem.

Reivindicações: a recuperação da estrada; a extensão da rede de energia elétrica até os lotes; transporte permanente para os estudantes.

Por situação similar a essa passam os moradores da vila Melechete, que também precisam ser considerados atingidos pela Vale.

d) Serra Dourada

Vila construída originalmete por garimpeiros, que se mantinham com os trabalhos no garimpo ou trabalhando em propriedades de fazendeiros e de pequenos agricultores. A Vale, para a implantação do projeto Níquel do Vermelho e do Projeto Sossego fez a compra de várias propriedades de agricultores e fazendeiros, próximas da vila Serra Dourada. Consequentemente, a vila ficou entre duas cercas de arame. A Vale também desviou a estrada VS-45 que passava dentro da vila.

Principais problemas: A vila ficou isolada e cercada por arame; sem o transporte que passava pela vila; as crianças são as mais prejudicadas, visto que precisam se deslocar até à vila Bom Jesus para estudar; a vila ficou sem água, porque os poços ficavam do outro lado das cercas; a vila ficou sem energia elétrica; e sem oportunidades de trabalho. São 16 famílias que ali permanecem sem que a Vale solucione os problemas criados por ela. Além disso, esses moradores são ameaçados permanentemente pelos guardas da empresa.

Reivindicações: Remanejamento das famílias para outra vila com as casas construídas pela Vale, onde as pessoas possam ter as oportunidades que lhes foram tiradas; que a Vale, além de outra casa, restitua uma área aonde as famílias possam continuar cultivando e criando seus animais como garantia de renda.

e) Vila Planalto

Vila construída no cruzamento da VS – 44A e a VS – 45, com uma população de aproximadamente 1.500 pessoas, com comércio de venda de alimentos e restaurantes e outras iniciativas. Tem uma escola de ensino fundamental e médio, com 450 alunos, funcionando nos três turnos.

Principais problemas: Perigo de acidentes pelo trânsito permanente de veículos leves e pesados; falta de infra-estrutura nas ruas da vila; problemas no abastecimento de água; poluição por resíduos de minérios e produtos químicos que caem das caçambas, nas ruas da vila; escola em local inadequado e com número de salas insuficientes para a quantidade de alunos atual e para o provável aumento da população da vila; falta de atendimento à saúde.

Reivindicações: Construção de uma escola em outro local, com maior número de salas de aula, considerando a projeção feita para o aumento da população; construção de rede esgoto e estação de tratamento de dejetos; asfaltamento das ruas da vila; implantação de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável que atenda a necessidade da vila, sem suas condições atuais e futuras; desviar a rota das caçambas para evitar a poluição; implantação de uma unidade mista de saúde; implantação de uma escola profissionalizante (agricultura, pecuária, mineração...); demarcação da área da vila Planalto com o desmembramento das propriedades às quais pertencem atualmente.

f) Vila Mozartinópolis

Vila que teve início em 1978 e que conta hoje com uma população de 600 habitantes. Os moradores em sua maioria são funcionários públicos, trabalhadores de pequenas atividades de mineração, agricultores com e sem propriedades. Aqueles que não têm propriedade prestam serviços ou fazem suas roças em propriedades cedidas. A água da vila é captada de uma serra, do complexo Serra Sul, e chega nas casas por gravidade. A Vila possui uma escola.

A vila fica há 8 km da Serra a ser minerada pela Vale. A Vale já enviou à vila a empresa Diagonal para fazer o levantamento das residências e uma prévia avaliação, sem definir qual a medida a ser adotada junto às famílias. Ao mesmo tempo, a Vale já fez proposta para compra de 14 propriedades rurais.

Principais problemas: A possibilidade da Vale construir uma ferrovia que ligará a mina do Sossego à mina da Serra Sul, que provavelmente passará por dentro da vila. Se esse projeto for colocado em prática a vila, possivelmente, será destruída.

Reivindicações: que a Vale defina junto com os moradores, o mais breve possível o destino da vila; a maioria dos moradores exige que a vila permaneça aonde está, e que seja implantada a infra-estrutura necessária, como posto de saúde, alçamento das ruas e implantação de rede de esgoto.

Paraupebas

Vila Sanção

Trata-se de uma vila de moradores construída em 1984, em uma terra cedida por um proprietário da região. A vila é constituída por 163 lotes de 10 x 30 metros, em fase de expansã. Mais 94 lotes com 06 x 25 metros, foram recentemente cedidos pelo mesmo proprietário. A população atual é estimada em 1.200 pessoas, a maioria agricultores. A vila possui uma escola aonde trabalham 16 professores e estudam 360 alunos, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, educação de jovens e adultos e ensino médio em caráter modular.

Há oito igrejas evangélicas e uma católica no interior da comunidade, quatro pequenas casas comerciais que primam pela venda de gêneros alimentícios; além de nove bares e seis casas consideradas como "prostíbulos". Quanto à organização social, há na área uma Associação de Moradores a Agricultores da região com 160 associados, que procura discutir e reivindicar as necessidades da população.

Desde 2008, com o início da implantação de infra-estrutura do projeto Salobo da Vale -extração e transformação do minério de cobre - foram implantados há menos de 6 Km da vila acampamentos de três empresas, que hoje contam com a presença de 7mil homens.

Os impactos para a região

1. Poluição dos igarapés Cinzento e Salobo e, do rio Itacaiunas, principal micro bacia da região.
2. Aterrramento de nascentes de água no local da instalação dos acampamentos das empresas;
3. Represamento de igarapés com a construção de estradas;
4. Desmatamento e derrubadas de 300 castanheiras por onde passa a estrada para a mina do projeto, na área da Floresta Nacional do Tapirapé Aquiri;
5. Inchaço da vila;
6. Aumento de desempregados;
7. Prostituição infantil;
8. Poluição sonora, por som nos bares e veículos durante a noite.

Sobre Projeto Cobre – Salobo

Segundo dados do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (apresentados em audiência pública, em 1996), o projeto consiste na mineração das jazidas nas imediações do igarapé Salobo,

instalação de usina de beneficiamento, mineroduto e unidade de filtragem, a ser implantada na parte centro-leste do estado do Pará, em região drenada pelo rio Itacaiúnas, no município de Marabá.

Tem por objetivo a produção de 225.336 t/a base seca de concentrado de cobre através do beneficiamento do minério da jazida denominada "Salobo 3A", situada na região de Carajás. Este concentrado conterá ouro e prata, nas seguintes proporções: 38% de Cobre, 13,7 g AU/t, 58,7 g Ag/t e molibidênio.

Com vida útil de 29 anos, serão lavrados 255 milhões de t de minério e 705 milhões de t de estéril. O minério do Salobo é composto por minerais de minério sulfetado e apresenta uma granulometria de liberação muito fina. Os principais usos finais do cobre são as indústrias elétricas e eletrônicas, de edificações e construção, de transporte de equipamentos industriais e máquinas e os produtos de consumo geral. O Projeto Cobre-Salobo produzirá 85.000 t/a de cobre contido em concentrado, 3 t/a de ouro e 13 t/a de prata.

Em 1981 a DOCEGEO avaliou a reserva geológica do Salobo em 1,2 bilhões de toneladas a 0,83% de cobre. Este cálculo abrangeu o potencial de todo o maciço rochoso mineralizado da Serra do Salobo, com uma extensão superior a 3 km. De sua descoberta até a conclusão do estudo de viabilidade técnico-econômica, no final de 1988, foi desenvolvida uma intensa atividade de pesquisa, geológica e tecnológica, onde se destacam a execução de 39.400 m de sondagem com testemunhas contínua, e escavação de 1.400m de galerias subterrâneas e a operação de uma planta piloto, durante 6.000 horas, com tratamento de 15.000 t de minério.

A jazida está localizada na área da floresta Nacional do Tapirapé – aquiri, criada pelo decreto 97.720/89.

A área de intervenção abrange os seguintes recursos naturais:

1. As nascentes do igarapé Salobo e toda a porção superior de sua bacia de drenagem onde serão implantados a barragem e o reservatório de acumulação de água e a baragem de contenção de finos.
2. O divisor de águas constituído pelo platô delimitado entre as cotas 300 e 400 m e que separa a bacia do igarapé Salobo do rio cinzento. Neste divisor serão implantados a usina de beneficiamento e todo o complexo de apoio a mina.
3. A encosta voltada para a bacia do rio Cinzento, onde serão implantadas a barragem de rejeito e a respectiva barragem de contenção.

Os impactos irreversíveis areasse encontram nas áreas desmatadas para abertura da cava da mina e deposição de estéril, além das destinadas à formação dos reservatórios das barragens de captação de água e de contenção de finos no igarapé Salobo, além da bacia de rejeitos.

Marabá

O Projeto de assentamento Belo Vale

O projeto está localizado à margem esquerda da rodovia Transamazônica no sentido Marabá/Altamira, a uma distância de 16 Km da cidade de Marabá.

As famílias estão todas em Relação de Beneficiários - RB e com projetos financiados por agências bancárias, sendo o principal financiador o PRONAF – A, já que quase todos projetos foram incluídos para a criação de gado.

A maioria das famílias beneficiaram-se com o programa "Luz para Todos" e tem energia elétrica em suas casa. Algumas poucas famílias não tem energia em sua residência, e outras já haviam sido contempladas com energia antes mesmo da existência do programa Luz para Todos . As águas para consumo humano são, na sua maioria, provenientes de poços ou de nascentes que existem em vários lotes do PA, na maioria das vezes preservadas pelos próprios proprietários para evitar que sejam destruídas ou poluídas.

As residências, em sua grande maioria, estão em bom estado de conservação e tem um bom tamanho. Quase todas elas foram construídas para além da possibilidade oferecida pelo financiamento do INCRA, através de um crédito denominado Crédito para Habitação, o que reforça a intenção dos assentados de permanecerem na área por tempo indeterminado sem pretensão de negócio. Como relata um assentado: *"em não tenho terra para vender por isso não quero sair do meu lote, estou próximo da cidade e considero que vivo muito bem".*

As famílias são todas migrantes dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Ceará, Piauí e Amapá, com as mais diversas trajetórias para chegarem até Marabá e até mesmo ao PA Belo Vale, com passagens por diversos estados e municípios do estado do Pará e de várias localidades no município de Marabá.

O nível de escolaridade dos chefes de famílias tem predominância de 4ª série (5), 7ª série (3) e 8ª série (3). O número de filhos por família varia entre 01 a 07 filhos, sendo que a maioria delas tem 03 filhos(6), 06 filhos(02), 05 filhos(2) e 04 filhos(2), com o número total de 56 filhos. A maioria deles são maiores de idade e com escolaridade fundamental, médio e superior completa. A faixa etária dos pais e mães de famílias entrevistadas varia de 32 a 56 anos, com uma pessoa com idade de 32 anos, sete pessoas com idade entre 41 a 49 anos e oito pessoas com idade entre 50 a 56 anos.

O relevo da área vai de ondulado a plano com a predominância de área plana. O solo em sua quase totalidade é agricultável, com algumas ocorrências rochosas. A cobertura florística é caracterizada por pastagem, capoeira, capoeirão, sítios com diversas espécies de árvores frutíferas, e uma faixa de 10% de mata primária. Há uma regeneração considerável de ipê, encontrados nos pastos e capoeiras.

A produção no projeto de Assentamento Belo Vale é significativa tanto em volume como em diversidade. As famílias criam bovinos, suínos, ovinos, peixes, aves e abelha, cultivam em grande escala o abacaxi, e em pequena escala cupuaçu, tangerina, manga, açaí, limão, muruci, banana, acerola, goiaba, maracujá, caju, hortaliças, arroz, milho, mandioca, feijão. Produzem farinha, tapioca, puba, tucupi, mel, doce de leite, bolos e outros derivados para comércio e para o consumo.

Diante do fato de o Projeto de Assentamento estar ameaçado pelo interesse do governo do estado de transformar a área na fase III do Distrito Industrial de Marabá, para servir a empresas que possam vir a se implantar no local a partir do início da produção de aço pela siderúrgica que será implantada pela Vale, nosso estudo levantou outras situações.

Além de nos preocuparmos com a estrutura física (casa, cerca, tanque, energia, água e produção) do assentamento, procuramos saber se as pessoas já tinham ouvido falar sobre a siderúrgica; se já tinha havido contatos com técnicos da Vale, do INCRA ou do governo do Estado; se sim, qual a reação quando ouviram falar da implantação da siderúrgica; o que acham de possivelmente ter que deixar o lote; se houver indenização, se essa pagaria o tempo dedicado na construção do lote; para onde iriam; qual a relação entre as famílias de assentados. Muitas pessoas responderam já ter ouvido falar que ia ser construída uma siderúrgica; que numa área vizinha de vários proprietários, incluindo uma vila de moradores, já tinha sido desapropriada para a Vale; que a próxima área desapropriada seria a do assentamento, mas que não sabiam ao certo o quando e como iria acontecer. Não haviam recebido visitas de representantes do INCRA e nem do governo do estado, só ouviram falar sobre um decreto de desapropriação.

O governo do estado sem levar em consideração que a área em questão trata-se de um Projeto de Assentamento criado pelo INCRA, logo, área de jurisdição federal, em 13.03.2009 assina o decreto de desapropriação nº 1.533, nos seguintes termos: *"Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel destinado à ampliação do Distrito Industrial de Marabá."*. Quando as pessoas ouviram falar que teriam que sair da área muitos ficaram desanimados, sem saber se continuavam trabalhando no lote ou se paravam. Sem planos e muitos preocupados de como seriam suas vidas, depois de tantos anos de sonhos realizados agora podem ter que voltar a "estaca zero", ou seja, construir tudo outra vez.

Distrito Industrial de Piquiá no Pólo Guseiro de Açailândia, no Maranhão

Açailândia é um eixo de comunicação, circulação de mercadoria e mobilidade humana situado no Maranhão. Encontra-se no entroncamento entre a BR 222 que vem de São Luís e a BR 010 Belém-Brasília. A cidade está na área de influência do corredor de Carajás, com atividade de mineração e transporte de ferro, e faz parte também da região Tocantina, cuja maior fonte de renda é a pecuária, com a comercialização de gado, carne, leite e queijo. Trata-se de uma área de intensos conflitos fundiários.

Essa região do sul do Maranhão é uma das mais ricas do Estado. Contudo é também uma das regiões mais violadas do ponto de vista ambiental com desflorestamento quase total, poluição do ar e das águas, assoreamento dos rios, voçorocas devidas ao corte irracional das árvores na beira dos rios e nos declívios.

Trata-se de um município relativamente novo, fundado em 1986. Sua população é composta por uma mistura de povos e culturas muito rica. A população vive das atividades ligadas ao comércio, da produção industrial nas siderúrgicas (que emprega cerca de 4000 trabalhadores na cadeia de produção do ferro), da produção de carvão, do trabalho nas fazendas e de forma autônoma, produzindo em pequenos estabelecimentos da agricultura familiar. Os empregos gerados nas usinas siderúrgicas, contudo, de uma forma geral caracterizam-se por serem de baixa qualidade, com grandes impactos sobre a saúde dos trabalhadores. Nas unidades produtoras de carvão, além do desmatamento e da produção ilegal, encontra-se com facilidade trabalhos análogos ao regime de escravidão.

A Vale possui no município de Açailândia uma unidade de produção de carvão vegetal para alimentar uma gusaria de sua propriedade. Essa unidade (Fazenda Califórnia, ver mais a frente neste mesmo documento) está situada ao lado de um assentamento de trabalhadores rurais que sofrem de forma muito intensa o impacto da fumaça gerada nos 70 fornos ali existentes, com relatos de graves doenças respiratórias. Há denúncia também de contaminação dos córregos da região pelos resíduos causados por essa atividade. Alem disso, em Piquiá estão em operação atualmente cinco usinas siderúrgicas. Atualmente, são produzidas nesta localidade cerca de 500.000 toneladas anuais de ferro-gusa. Quase toda a produção é exportada para América do Norte, Ásia e Europa, sendo que uma pequena parte dela é destinada ao distrito industrial do Piquiá. Toda esta cadeia siderúrgica é alimentada a partir de minérios da Vale, que é a única fornecedora das cinco usinas em funcionamento na região.

Os impactos do pólo siderúrgicos em Piquiá podem ser divididos de modo geral em dois grandes grupos. O primeiro relacionado com etapas da cadeia anterior ao processo produtivo do aço propriamente dito, ou seja, relacionado à logística, como os impactos causados pela ferrovia, e à produção de insumos para a produção de aço, como o carvão vegetal. E o segundo relaciona-se com os impactos negativos do processo de produção de aço sobre as populações.

A extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal a ser utilizada nas guseiras é altamente predatória naquela região. O processo produtivo do carvão utiliza-se de sistemas produtivos precários, sendo uma atividade altamente degradante para o trabalhador das carvoarias e para o meio ambiente. Gera também grandes quantidades de agentes poluentes, principalmente monóxido de Carbono (CO), o que tem efeitos sérios sobre a saúde, como doenças respiratórias. Os problemas relacionados à atividades das guseiras e os conflitos socioambientais na região aumentaram com a exploração da Vale.

As atividades guseiro-siderúrgicas e a intensificação da produção de carvão vegetal geraram desmatamento de mata nativa e a instalação de enormes plantações de eucalipto, empobrecimento das terras da região, impactando a agricultura local, e muita poluição do ar.

Desde 2005 na região produz-se cerca de 47 mil toneladas de carvão vegetal ao ano, em 71 fornos industriais, que estão a uma distância de menos de 1km do assentamento onde vivem cerca de 400 famílias[17]. Os problemas respiratórios são apresentados pelos moradores em diversos depoimentos, reportagens e vídeos, com constantes diagnósticos médicos apontando problemas respiratórios nos moradores, principalmente nas crianças e idosos. Após grande mobilização da comunidade, e de uma ocupação da fazenda por diversos movimentos, com apoio do MST, em 2008, os moradores do assentamento, que já existe há 12 anos, conseguiram que a Secretaria de Meio Ambiente do estado se dispusesse a reavaliar a documentação técnica do empreendimento, onde se revelaram diversas informações desatualizadas do licenciamento ambiental por parte da empresa e a falta de controle nas emissões de poluentes.

Outro impacto bastante grave da atividade siderúrgica relaciona-se com o uso de recursos hídricos. A área das siderúrgicas de Piquiá está situada próxima ao riacho Piquiá, de onde as empresas retiram a água necessária para o resfriamento dos alto-fornos. Após ser utilizada, a água aquecida e contendo ferro e outros solutos dissolvidos escorre por canaletas e é jogada novamente no rio, contaminando suas águas. Adicionalmente, as empresas não contam com rede de captação e tratamento de águas pluviais, de forma que a drenagem ocorre de modo natural e leva o material particulado acumulado nos pátios para a lagoa situada a poucas centenas de metros abaixo. Não há também nenhum tipo de tratamento dos efluentes líquidos.

17 Repórter Brasil. *Secretaria reavalia impactos de carvoarias de siderúrgica da Vale*. 02/04/2008.

Nos empreendimentos, não existem também filtros anti-partículas. Uma vez que estes alto-fornos são abastecidos com minério e carvão vegetal triturado e homogeneizado, a fuligem emitida em grande quantidade contém resíduos provenientes do aquecimento do minério. Em todas as casas do povoado de Piquiá de Baixo há fuligem nos móveis, inclusive camas e utensílios de cozinha. A poeira está em todos os cantos das casas, causando e acentuando doenças respiratórias graves. Nos meses mais secos do ano o impacto da fuligem é maior. Além da fuligem, há a poeira gerada pela trituração do carvão vegetal e do seixo necessários para a composição da matéria-prima da empresa. Os moradores e trabalhadores convivem ainda diariamente com gases altamente tóxicos. Em 2008 faleceu um funcionário da empresa Fergumar que subiu sozinho e sem proteção até a chaminé e lá foi intoxicado pelos gases que saíam da indústria.

Algumas vezes ocorrem nas usinas problemas de entupimento dos alto-fornos o que gera grande movimentação de pó de minério ou escória. Isso possibilita a formação de densas nuvens de poeira. Em novembro de 2008 um evento como esse aconteceu. Hoje é objeto de investigação pelo MPE após denuncia feita pelos moradores com documentação fotográfica.

Mas talvez um dos impactos mais graves, e que atinge principalmente as crianças, deve-se ao descaso da empresa com as pessoas que vivem no entorno do empreendimento. O resíduo quente do trabalho industrial e que se assemelha a uma lava vulcânica, é despejado por caminhões em áreas desprotegidas e pouco distantes do povoado. Esse lixo industrial químico chega a 800º de temperatura. O resíduo fica em combustão latente por tempo indeterminado, até atingir seu completo resfriamento. Contudo, por fora, não mostra nenhum sinal de estar queimando. E isso ocasiona inúmeros acidentes envolvendo principalmente as crianças do povoado. No dia 13 de setembro de 2001, por exemplo, um menino de 7 anos pisou nessa massa obscura e poeirenta e caiu dentro do lixo incandescente. Após dois meses de internação no hospital de Imperatriz, o menino veio a falecer. Nos anos seguintes acidentes desse tipo repetiram-se numerosas vezes, sem chegar a óbito, mas deixando suas vítimas com queimaduras graves.

Os Fornos de Califórnia

Em Açailândia, ao lado do assentamento Califórnia, com mais de 1.800 moradores assentados há 13 anos, instalou-se em 2005 o empreendimento da Ferro Gusa Carajás (FGC). A empresa controlada pela Vale dedica-se à produção de carvão vegetal destinado a alimentar a siderúrgica da Vale em Marabá. O empreendimento é conhecido como Unidade de Produção de Redutor (UPR2), que é o carvão para siderurgia.

A Licença de Instalação foi emitida pelo Processo nº. 2334/03, prevendo um pátio de carbonização composto por 64 fornos retangulares e uma estimativa de produzir 94 ton/dia de redutor (carvão vegetal)[18]. Na realidade, foram construídos 72 fornos retangulares e 7 fornos de tamanho menor (fornos a meia laranja), ocupando ao todo uma área de 1.185m². Cada forno retangular tem capacidade para 102m³ de madeira enfornada, ou 83m³ de carvão cada.

Cada queimador de gás é planejado por oito fornos, portanto deveriam ter sido implementados 9 queimadores de gases. Na realidade, atualmente existem somente 2 queimadores. O primeiro começou a funcionar em novembro de 2008, o segundo em fevereiro de 2009. Atualmente, ambos estão quebrados e não funcionam.

Pode-se concluir, então, que de 2005 até 2009 os moradores do assentamento Califórnia respiraram a fumaça emitida por todos os fornos em funcionamento. Recentemente, a FGC fechou metade dos fornos para diminuir as emissões. Ao dizer da empresa, isso foi devido à preocupação pela poluição. Sabe-se porém que a escolha deve-se à redução de produção de ferro gusa em decorrência da crise mundial. Atualmente funcionam só 4 das 11 unidades que alimentavam a siderúrgica da Vale em Marabá. A perspectiva em médio prazo para a FGC de Marabá é queimar carvão mineral da África.

A medição da qualidade do ar nem sempre foi efetiva. No Plano de Gestão da Qualidade, o artigo[19] previa a execução de um programa de avaliação da qualidade do ar e de acompanhamento da operação do queimador. Conforme o Relatório de Controle Ambiental, para a avaliação da qualidade do ar deveria ser monitorado o parâmetro 'partículas totais em suspensão' (PTS). Para isso, deveria ser instalado um equipamento do tipo Hi-Vol a jusante da área do empreendimento, com relação à direção predominante dos ventos.

Também nesse caso, foi somente em 2008 que dois medidores foram instalados. Até outubro do mesmo ano, a SEMA nunca recebeu um relatório oficial sobre a poluição do ar; só chegaram alguns relatórios por e-mail. A própria Secretaria Estadual de Meio Ambiente não quis levar até o fim a ação contra a FGC. Apenas notificou a firma novamente em outubro de 2008, mas nunca recebeu resposta a essa notificação, nem assumiu nenhuma providência por isso.

Há exemplos em profusão. Os assentados entregaram um laudo médico à SEMA dando conta de vários problemas respiratórios, de pele e de vista em função da fumaça dos fornos, especialmente para com idosos, bebês e crianças.

18 Parecer Técnico da Superintendência de Fiscalização, Licenciamento e Defesa dos Recursos Naturais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão - Antônio Cesar Carneiro de Souza e Cláudia Cristina Ewerton Dominice, abril de 20

19 O Plano foi elaborado com base nas Resoluções CONAMA 05/89 e 03/90.

No decorrer dos três anos de difícil convivência com a carvoaria, a comunidade de Califórnia por diversas vezes encaminhou denúncias ao Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ao Ministério Público Estadual e Federal, à Vigilância Ambiental, às Secretarias Municipais de Saúde e de Meio Ambiente. Representantes do assentamento estiveram várias vezes em audiências com representantes destes órgãos cobrando providencias, chegando inclusive a convidar estes para duas assembléias no assentamento. Ninguém da representação pública compareceu.

O povo de Califórnia é conhecido pelo histórico de luta. Em março de 2008 os assentados, com o apoio do MST, promoveram um ato político de ocupação simbólica da fazenda Monte Líbano e de interrupção temporária da BR 010. O ato tornou-se notícia nacional e facilitou a mobilização dos órgãos públicos e da fiscalização da área. Infelizmente, ainda hoje em muitos casos o povo consegue se fazer escutar pelo governo somente engrossando a voz.

Cidade com fumaça das atividades da Vale
Imagens acima: Fonte - Justiça nos Trilhos.

Usina de Pelotização, o Pólo Siderúrgico e o Porto de São Luís

Desde a descoberta das jazidas de minério de ferro da Serra de Carajás localizadas no Pará no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o Maranhão e em particular a cidade de São Luís, passou integrar a acumulação de capital mundial no setor siderúrgico. Nesse contexto, começou a ser delineada a possibilidade de implantar-se na cidade de São Luís uma usina siderúrgica, de propriedade da extinta empresa estatal Siderurgia Brasileira S. A. (Siderbrás), idéia que, no entanto, não saiu do papel.

Mas, se até o final de 1980 a produção de ferro gusa a carvão vegetal concentrou-se quase com exclusivamente no estado de Minas Gerais, na década seguinte a produção guseira sofre um deslocamento regional importante, com o surgimento das primeiras unidades fabris na Amazônia Oriental, localizadas nos municípios de Açailândia (MA) e Marabá (PA). É quando o projeto de construir uma siderúrgica no Maranhão é retomado, no II Plano Siderúrgico Nacional, de 1987. O deslocamento da produção guseira para a Amazônia Oriental esteve relacionada com alguns incentivos (isenção fiscal e subsídios) oferecidos pelo governo federal no âmbito do denominado Programa Grande Carajás e da construção, por parte da companhia Vale do Rio Doce, da infraestrutura para escoamento do minério de ferro de Carajás.[20] O resultado de todo esse processo foi as construções, já nos anos 80, da **Estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira** - destinada ao transporte do minério de ferro extraído no estado paraense -, e do **Porto da Ponta da Madeira**, por onde o minério é exportado para a Europa e Ásia, sendo ambos os empreendimentos de propriedade da então empresa estatal, Companhia Vale do Rio Doce.[21]

A dinâmica da indústria siderúrgica mundial ao longo dos anos 1990 recolocou a questão da implantação de uma usina siderúrgica em São Luís. Em 2002, foi instalada uma usina de pelotização e logo a seguir iniciou-se o processo de discussão pública de uma proposta que previa a criação de um "**pólo siderúrgico e industrial**", na medida em que passa a ser planejada a construção não de uma, mas de até três plantas de fabricação de placas de aço na cidade.

Finalmente, em 2005, o projeto siderúrgico previsto para São Luís pela Vale, em parceria com os grupos Baosteel Shanghai Group Corporation (chinês), Arcelor (francês), Pohang Steel Company-Posco (sul-coreano) e Thyssen Krupp (alemão), ficou inviabilizado. Deve-se isso em parte à organização dos movimentos sociais de São Luis em torno do movimento Reage São Luis.

◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇

20 Carneiro, Marcelo Sampaio. "Siderurgia na Amazônia" (23.10.08) – Adital em: http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=35658

21 Moreira, José Cursino Raposo (s/d) "Um pólo siderúrgico em São Luís (MA)", disponível para consulta em www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/DowContador

a) A usina de pelotização de minério de ferro

Em 2002, uma planta de pelotização de minério de ferro entrou em operação no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (TMPM), em São Luís, onde foram investidos US$ 408 milhões. Todo o minério de ferro que a usina utiliza vem de Carajás.

No primeiro ano de operação, a planta produziu 700 mil toneladas de pelotas. O primeiro embarque do produto para o mercado exterior movimentou 60 mil toneladas, com destino a Trinidad-Tobago. Atualmente, sua capacidade de produção anual, segundo dados da própria empresa, é de 4,1 milhões de toneladas de pelotas respondendo a cerca de 20% da produção total das nove plantas da Vale no país.[22]

b) O Pólo siderúrgico e industrial de São Luís

O Pólo Siderúrgico com 3 usinas previa a produção de 22,5 milhões de toneladas de aço por ano, e 2 usinas para produção de ferro-gusa, em uma área de 2.471,71 hectares localizada na Ilha do Maranhão, no município de São Luís, próximo ao Porto do Itaqui, o que poderia vir a ser a maior agressão ambiental já realizada naquela unidade da federação. Para que se tenha uma idéia da magnitude do empreendimento, basta observar que a produção de aço do Brasil em 2003 foi de 31 milhões de toneladas e a produção mundial foi de 965 milhões de toneladas. Assim, a produção pretendida pela Vale equivaleria a 72% da produção brasileira e 2,3% da produção mundial de 2003.[23]

Assim, a produção de aço pretendida para o Pólo Siderúrgico de São Luís implicaria na emissão de 35,6 milhões de toneladas/ano de Dióxido de Carbono (CO_2), principal responsável pelo efeito estufa que está prejudicando o clima em todo o planeta, além de Óxidos de Nitrogênio (NOX) e Dióxido de Enxofre (SO_2) que, se emitidos, podem gerar chuva ácida. A cada ano seriam produzidos 5,6 milhões de toneladas de rejeitos sólidos (250 kg de escória de alto forno e aciaria por tonelada de aço produzida) e consumidos 2.400 litros de água por segundo - 207 milhões de litros por dia, o equivalente a todo o consumo atual de São Luís, que seriam basicamente transformados em vapor. A ilha de São Luís possui um solo poroso, ou seja, os materiais que nele são depositados são facilmente infiltrados para os lençóis subterrâneos, responsáveis pelo abastecimento de água de 40% da população da cidade de São Luís. Assim, tanto o carvão como outros produtos tóxicos utilizados na produção de aço podem contaminar as águas subterrâneas em caso de acidentes ou por chuvas. Outro aspecto importante a ser considerado é que no primeiro semestre, quando é época das chuvas, predominam as calmarias na Ilha do Maranhão, ou seja, não há vento. Deste modo, o vapor e o dióxido de carbono a serem gerados no Pólo Siderúrgico tendem a retornar ao solo na forma de chuva, além de aumentar a temperatura da cidade pelo calor contido no vapor. Isto sem falar na elevação dos níveis de emissão de dióxido de carbono do país, que ocorreria na área da Amazônia brasileira. Somente a emissão nacional de dióxido de carbono decorrente da queima de combustíveis fósseis seria elevada em 10,2%.

Além dos riscos ambientais, o impacto social também seria muito forte. De fato, seriam removidas 14.400 pessoas de 11 comunidades rurais existentes na área, que perderiam ao mesmo tempo seus empregos e moradias ao passo que, como contrapartida, seriam gerados somente 10.500 empregos diretos com a operação das usinas. Além disso, grande parte destes empregos seriam ocupados por pessoas oriundas de outros Estados. Em troca de toda esta agressão social e ambiental seriam gerados proporcionalmente poucos impostos, uma vez que o aço a seria produzido se destinaria a exportação, que não sofre tributação. Se considerado o provável impacto negativo sobre o turismo e sobre a atividade rural na área não diretamente atingida pelo pólo é provável que o mesmo tivesse eliminando mais empregos do que aqueles que seriam criados com sua instalação.

A área pretendida pela parceria governo-Vale, segundo o zoneamento urbano do município de São Luís, estava localizada na Zona Rural II, o que, de acordo com a legislação brasileira, seria um impedimento para instalação de um empreendimento industrial. A Prefeitura de São Luís enviou, então, para a Câmara Municipal, um projeto de alteração da Lei de "Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo" que converteria a área em Zona Industrial. Esse projeto gerou uma forte reação por parte dos moradores dos povoados ameaçados de deslocamento e de várias outras organizações da sociedade civil, que se mobilizaram no Movimento "Reage São Luís".

Após uma série de audiências públicas, a intensa mobilização e pressão social contra a alteração da Lei de Zoneamento provocou uma mudança no projeto de lei e apenas 1.068 hectares foram convertidos em Zona Industrial, tornando-se insuficiente para implantação do empreendimento inicialmente previsto. A realização das audiências públicas da Câmara Municipal de São Luís nas comunidades, em agosto de 2005, resultou de Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Estadual (MPE). Na primeira audiência, em Rio dos Cachorros, todos os representantes das comunidades foram radicalmente contra a alteração da lei de zoneamento e a implantação do pólo na Ilha de São Luís. Em fevereiro de 2006, na audiência pública sobre o licenciamento ambiental do Distrito Industrial de São Luís, o MPE se retirou, logo no início da reunião, por considerar ilegal a realização de apenas uma audiência pública, em local distante das comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento.[24] Com a inviabilidade da construção de

22 Economia - O Estado do Maranhão acessível em: http://imirante.globo.com/oestadoma) e Vale – www.vale.com).

23 Zagallo, G.- "Pólo Siderúrgico em São Luís: Impacto social e Riscos Ambientais." (05/11/2004). Consultado em: HIC – Habitat International Collition. http://www.hic-net.org/articles.php?pid=1789

24 "Pólo siderúrgico e industrial na Ilha de São Luis - imbróglio envolve Vale, Estado e Comunidades Tradicionais". Em: *Mapa da Injustiças ambientais e saúde no Brasil*. http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br

um grande pólo siderúrgico, a área em questão passou a ser visada por outros empreendimentos industriais.

Finalmente a empresa chinesa Baosteel, a maior siderúrgica da China, foi transferida para o Espírito Santo e no dia 27 de agosto de 2009. A Vale relançou com pompa e circunstância o projeto de instalação de uma usina siderúrgica em Ubu, distrito industrial de Anchieta, município do Espírito Santo.[25] A Companhia Siderúrgica do Atlântico, que será a maior usina siderúrgica da América Latina foi transferida para o Rio de Janeiro, caso que também será contemplado por esse dossiê.

Conflitos em torno da ampliação do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (TMMP)

A ampliação do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (TMMP), em São Luís, foi autorizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O anúncio foi publicado pela Agência em março de 2010, no Diário Oficial da União.

Terminal Marítimo de Ponta da Madeira

CARACTERÍSTICAS	Píer 1	Píer 2	Píer 3
Comprimento:	490 m	280 m	571 m
Calado:	23 m	18 m	19 m
Air Draft:	22,4 m	18 m	22,4 m
TPB Máximo:	420.000	150.000	200.000
Capacidade de Embarque:	16 mil t	1.500 t/h (soja) 2.00 t/h (gusa)	8 mil t

Fonte: André Ravara "Logística Integrada" – Apresentação no Seminário Transporte para o Comércio e Integração Regional, CNI-BID – Brasília-DF, 01/10/08

A Vale, operadora do terminal, entrou com pedido para implantar o Píer IV e aumentar o Pátio I de estocagem, mas esqueceu de entregar à Agência, a certidão de cessão de uso oneroso de espaço físico em águas públicas, emitida pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Por esta razão, a mineradora só poderá dar início à atividade econômica na parte off shore após comprovar a obtenção do documento junto à SPU. Já as obras de implementação do Píer IV e de ampliação do Pátio I de estocagem, tem o aval para serem iniciadas em breve.

O investimento está estimado em R$ 386 milhões e elevará a capacidade de exportação de granéis sólidos pelo terminal para cerca de 100 milhões de toneladas por ano. A obra também habilitará a instalação para receber os maiores navios graneleiros em operação no mundo, o Berge Stal (356 mil toneladas) e o Chinamax (400 mil toneladas).

Advogados afirmam que é ilegal a licença concedida à Vale S/A para instalação do chamado Píer IV do terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís. A razão é que todo o processo de licenciamento está *sub judice*. Foi impugnado pelo Ministério Público do Maranhão, devido a seu fracionamento. No Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a Vale considerou isoladamente os impactos ambientais do novo píer. Não levou em conta que ele servirá ao projeto de duplicar a exportação de minério de ferro pelo Itaqui, hoje em 100 milhões de toneladas anuais. Com as inevitáveis consequências na poluição, trânsito de veículos na Avenida dos Portugueses (que dá acesso ao Porto), duplicação da área de estocagem de minério etc.

25 "Mineradora retoma projeto com novo sócio". Valor Econômico - 05/11/2009

A Cadeia Produtiva do Alumínio no Distrito Industrial de Barcarena

O Complexo Industrial de Barcarena é formado por um grupo de importante de empresas, dentre elas a ALUNORTE (Alumina do Norte do Brasil S.A.) e ALBRAS (Alumínio Brasileiro S.A), todas controladas pela Vale.

Município	1980	1991	2000	2004	2008 (estimativa)
Barcarena	20.015	45.946	63.268	72.441	89.909

População de Barcarena, 1980-2000
Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1980, 1991 e 2000

Somente a ALUNORTE produziu em junho/julho de 2008, o total de 6,3 milhões de toneladas de *alumina*, ao mesmo tempo em que a ALBRAS, que entrou em operação em 1985, produziu 450 mil toneladas/ano. Todo o alumínio produzido em Barcarena é exportado para a Europa, para os Estados Unidos e para o Japão. Os empreendimentos possuem financiamento público direto ou indireto, seja sob a forma de financiamento do BNDES seja por isenções fiscais[26].

Barcarena pertence à Mesorregião Metropolitana de Belém. Limita-se ao Norte - Baía de Marajó; ao Sul - Município de Mojú; a Leste - Município de Belém e a Oeste – Município de Abaetetuba. Em Barcarena residem 63.268 habitantes, sendo seu grau de urbanização na ordem de 44%, segundo o censo de 2000. Antes da instalação do Complexo Industrial, sua população não atingia 10 mil pessoas. A instalação das indústrias atraiu muitas pessoas para a região sem, contudo, ter havido um planejamento para tal.

Na tabela abaixo podemos apreciar o vertiginoso aumento populacional de Barcarena, aonde, num espaço de 10 anos (80-91) a população local mais que duplicou, mantendo saltos de crescimento da ordem de cerca de 10 mil habitantesa cada 4 anos, com um incremento de 17 mil no total, entre 2004-2008.

A economia de Barcarena tem como base tradicional a agricultura, mas também tem avançado no setor turístico e em parte com as indústrias instaladas na cidade. Barcarena possui um dos mais importantes pólos de cestaria do Pará localizado na Ilha Trambioca, na comunidade de Utinga-Açú. Lá são produzidas peças para a Casa do Artesão em Belém e para outros destinos dentro e fora do Estado do Pará. Os atrativos naturais existentes em Barcarena podem ser contemplados por meio de suas belas praias de água doce que atraem muitos turistas o ano todo. As mais frequentadas são as praias de Conde, Caripi e Itupanema, que estão localizadas no Distrito do Murucupi, na Vila dos Cabanos. As ilhas apresentam um maior número de praias que vão desde as mais movimentadas às mais tranqüilas. Somente na Ilha Trambioca existem cerca de nove praias com destaque para Sirituba, Cuipiranga, Guajarino, Farol, Boa Morte.

Os impactos sociais e ambientais dessas indústrias são enormes. A ampliação dos projetos industriais proporcionou intensa urbanização e exerceu uma forte pressão sobre os territórios ocupados por povos e populações tradicionais. Os impactos ambientais, com a acentuação da destruição do meio ambiente, têm inviabilizado a pesca e o agroextrativismo, atividades que constituem as identidades destes povos. A pressão pela forte urbanização, a expansão das áreas residenciais e industriais têm expulsado as populações e comunidades tradicionais de suas terras.

Esse foi o processo ocorrido com as comunidades de Curuperé, Montanha, Burajuba e do Acuí. Há um processo de migração para a região em busca de empregos, mas, normalmente, pelos migrantes apresentarem um baixo nível de educação formal e capacitação, acabam sendo absorvidos pelas empresas exclusivamente na sua fase de construção. Uma vez construída a planta industrial, as pessoas são demitidas e permanecem na cidade com poucas perspectivas de melhoria da qualidade de vida ou obtenção de empregos. Esse processo acelera o crescimento e inchaço das periferias urbanas e agrava pressão sobre o meio-ambiente na medida em que estão localizados em áreas ainda florestadas e Áreas de Proteção Permanente - APPs. Os serviços públicos também sofrem a pressão do aumento da população, o que contribui para a piora da qualidade de vida da comunidade. Ao mesmo tempo, o processo de favelização se acentua.

Ano	Responsável pelo acidente	Tipo de ocorrência
2003	ALUNORTE S.A.	Extravasamento de condensado no processo de produção de *alumina*
2004	ALBRAS S.A.	Chuva de fuligem negra sobre a Vila do conde e comunidades adjacentes
2005	ALUNORTE S.A.	Transbordo de bacia de rejeitos causando vazamento de *lama vermelha* contaminando o rio Murucupi afetando 16 comunidades
2005	ALBRAS S.A.	Contaminação por soda cáustica no rio Pará
2008	ALUNORTE S.A.	Transbordo de bacia de rejeitos causando vazamento de *lama vermelha* contaminando o rio Murucupi afetando 16 comunidades

26 Como o BNDES financia um modelo exportador e predatório. IBASE. Acesso em 31 de março de 2010 em http://www.ibase.br/dvdn/conteudos/bndes_viabiliza.htm; Relatório Anual de 2006. Albras. Acesso em 31 de março de 2010 em http://www.vale.com/vale_us/media/2006_albras_brgaap.pdf. Páginas 25 - 27.

Atualmente, 60 comunidades pobres são resultantes do processo de ocupação de áreas próximas a Vila dos Cabanos, Vila do Conde e da sede municipal de Barcarena. Entrevistas junto às lideranças demonstram que boa parte dos ocupantes são famílias que perderam sua moradia ao perderam seus meios de vida como conseqüência da expansão industrial. Outra parte refere-se a famílias ou pessoas que vieram à cidade em busca de emprego e estão vivendo em *quitinetes* alugadas. Cada uma destas ocupações possui em média 250 lotes, áreas anteriormente florestadas. As condições de vida das ocupações são as piores possíveis, não contando com saneamento básico nem água potável.

As empresas não se acham responsáveis pela atração de população para Barcarena e desobrigam-se dos impactos sociais e ambientais causados pelo inchaço das cidades e periferias urbanas. Atêm-se à alegação formal de terem programas de responsabilidade social e cumprirem a legislação que incide sobre o seu setor de atuação.

Os acidentes ambientais na região também são recorrentes. As conseqüências para as comunidades são dramáticas visto que um único despejo de grande quantidade de rejeitos em rios e igarapés ou a chuva ácida causada sobre todo o município, causa danos sobre os meios de vida e a saúde da população tradicional e de agricultores.

Abaixo um quadro dos acidentes ambientas ocorridos em Barcarena sobrresponsabilidade da Vale:

O consumo de recursos, como energia e água, durante o processo produtivo também impacta sobremaneira as comunidades locais, que muitas vezes têm o acesso aos recursos naturais restringido. A indústria do alumínio demanda quantidades enormes de eletricidade. Atualmente a Albras é o maior consumidor privado de energia do país, utilizando 60% da energia vendida pela Eletronorte. Consome 14 MW de energia por tonelada de alumínio produzido, quantidade suficiente para iluminar duas cidades do tamanho de Brasília. Entre 1995-2004, a Albras obteve do governo brasileiro mais de um US$ 1 bilhão em subsídios referentes ao fornecimento de energia elétrica. No começo do governo Lula esse subsídio foi ampliado por mais 20 anos, equivalendo a um subsídio de US$ 1,8 bilhão. Ao mesmo tempo, boa parte da população de Barcarena não tem acesso à energia elétrica.

O Consumo água também é enorme, demandando o barramento cada vez maior de rios com consequências trágicas para as populações. Para isso foi construída a hidrelétrica Tucuruí. No período de sua construção (1975-1984), observou-se o desalojamento de mais de 3000 pessoas, dentre populações tradicionais e povos indígenas. A formação do lago para a hidrelétrica inundou cidades e florestas, numa extensão de mais de 3000 km². Como resultado, provocou mau cheiro pela decomposição de madeira e a proliferação de insetos causadores de doenças.

Além da utilização de água para a geração de energia, o complexo do alumínio também necessita de água no seu processo industrial. A adução da água necessária aos empreendimentos do Complexo Industrial de Barcarena é feita no rio Pará. Na inexistência de um Comitê de Bacia em Barcarena, não há informações transparentes a respeito da água captada e não é pago à coletividade nenhum valor pela água retirada do rio, como institui a lei 9433/97 da Política Nacional de Recursos Hídricos. Estudos estimam que para se produzir um quilo de alumínio, a indústria necessita de 100 mil litros de água. No caso da ALBRAS, para a produção de 450 mil toneladas (produção de seu último período) ela precisaria de 450 bilhões de litros de água ou 450 milhões de m³. Baseando-se nos valores estipulados pelo comitê de bacia do rio Paraíba do Sul (RJ), e que paga à coletividade R$ 0,02 por m³ de água captada pelas industrias, a Vale deveria repassar para a coletividade da bacia hidrográfica de Barcarena cerca de R$ 9 milhões. Esse valor, contudo, jamais foi pago.

Um dos maiores impactos causados pela produção de alumínio é a lama vermelha, que é a parte estéril do processo de beneficiamento da bauxita. É um resíduo extremamente cáustico, com Ph acima de 13,2. A soda cáustica presente na *lama vermelha* contribui para a ocorrência de chuva ácida, contamina o lençol freático, as águas superficiais e os solos. Para cada tonelada de *alumina* produzida, são necessárias três toneladas de bauxita, proveniente de Carajás, o que gera uma enorme quantidade de *lama vermelha* como resíduo. Somente em 2004 a ALUNORTE produziu, no mínimo, 1,27 milhão de toneladas de *lama vermelha*. A expansão de sua produção em 2008 aumentou sua capacidade de produção para 2,04 milhões de toneladas de *lama vermelha*. Apesar da empresa alegar que lança *lama vermelha* apenas locais seguros, muitos acidentes têm ocorrido. O mais recente ocorreu em abril de 2008 (conforme descrito no quadro acima), onde milhares de litros de *lama vermelha* vazaram de uma das bacias daquela empresa, contaminando o rio Murucupi, importante fonte de água para as populações tradicionais.

Adicionalmente, uma grande quantidade de emissões de gases cáusticos e poeiras corrosivas também são percebidas. São liberados diariamente dióxido de enxofre, trióxido de enxofre e outros gases. Estes são responsáveis pela geração de chuva ácida, danos ao meio ambiente, fauna e flora; e por ocasionar problemas de saúde tais como bronquite, irritação da pele e olhos, problemas da fala, convulsões, abortos espontâneos. Uma das grandes reclamações das populações agroextrativistas é justamente a chuva ácida que envenena os solos, prejudica a vegetação e esteriliza cultivos importantes para aquelas populações. Nos períodos secos, resíduos de *alumina* se espalham sobre as comunidades vizinhas da usina, causando em seus moradores dores de cabeça, distúrbios digestivos, dores nas articulações, estômago e garganta, sangramentos nasais e letargia.

Os trabalhadores também sofrem impactos gravíssimos sobre a sua saúde. Do ponto de vista da saúde do trabalhador esta indústria é das mais perigosas, pois requer o uso de um

número elevado substâncias químicas extremamente nocivas à saúde humana. Para citar algumas: acetileno, ácido clorídrico, benzeno, cádmio, cloro, cromo, sílica, monóxido de carbono, chumbo e titânio. Cada uma destas substâncias produz doenças como leucemia pelo benzeno e pode produzir outras doenças por sua ação sinérgica ou combinada .

Além disso, as doenças associadas à exposição a estas substâncias em fábricas de esquadrias de alumínio estão doenças que afetam o sistema nervoso central e sintomas neurológicos, tais como doença senil, doença de Alzheimer, doença parksoniana, toxicidade nos ossos, osteomalácia (que leva a fraturas e dores constantes), hipertrofia cardiáca, aumento de arritmias cardíacas, acúmulo de alumínio no fígado (que pode levar a colestases) e no sistema endócrino, pode levar à alterações de hormônios da paratireóide, além de quadros de anemia e redução do ferro sérico. São relatadas as seguintes doenças incidentes em trabalhadores da indústria de alumínio: asma, febre de metais causada pela inalação do pó de alumínio, pneumopatias , como a aluminos e causada também pelo pó de alumínio e a Doença de Shaver, causada por exposição aos abrasivos de óxido de alumínio (alumina) e fumos de bauxita. Além disso, os trabalhadores deste setor sofrem maior incidência de alterações dentárias, câncer e Lesão de Esforço repetitivo.

Os projetos específicos de responsabilidade social da empresa, por outro lado, são voltados a públicos focados (escolas, cooperativas etc.) como uma estratégia de marketing mais centrada na propaganda do que na ação efetiva sobre os impactos negativos causados às comunidades de Bacarena. São invisíveis ou muito pouco impactantes suas ações em comunidades que realmente são atingidas pelos empreendimentos da Vale.

III - A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) – Baía de Sepetiba/RJ

No Rio de Janeiro, as instalações da Vale englobam a Vale Sul, a estrada de ferro MRS Logística, o terminal de minério da Ilha da Guaíba -MBR e um terminal portuário no porto de Itaguaí.

A Valesul é localizada no bairro de Santa Cruz. Trata-se de uma usina que 100 mil toneladas de alumínio ao ano. Possui um terminal portuário próprio, que está em operação desde 1982. A partir de julho de 2006, a Vale passou a ter 100% de participação acionária na empresa. Contudo, em janeiro de 2010, a Vale vendeu os ativos de alumínio da Valesul para a Alumínio Nordeste. O motivo da venda relaciona-se com a queda nos preços do alumínio e aumento nos custos logísticos[27].

A estrada de ferro da MRS Logística transporta diariamente minério de ferro de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, mais especificamente, para o terminal de minério da Guaíba, em Mangaratiba, e para o porto de Itaguaí. A ferrovia da MRS foi privatizada em 1996. Atualmente, 10,89% da MRS Logística pertence à Vale, sendo que 32,93% pertencem à MBR, também controlada indiretamente pela Vale.

27 Vale vende US$ 31,2 milhões em ativos da Valesul para a Alumínio Nordeste S.A. O Globo, Economia. 22/01/2010.

No porto de Itaguaí a Vale possui um terminal portuário com capacidade de exportação de 25 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

O Terminal de Minério da Guaíba, localizado em Mangaratiba. Foi implantado na década de 1970 para exportação de minério.

A partir de 2005, a Vale juntamente com a ThyssenKrupp começou a erguer a Companhia Siderúrgica do Atlântico na Baía de Sepetiba, empreendimento sobre o qual se concentrará esse texto.

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)

Lançado em 2006, o conglomerado industrial, siderúrgico e portuário da TKCSA é uma *joint venture* formada pela Vale (27%) e Thyssen Krupp (73%). Para a Thyssen Krupp, a nova planta siderúrgica, que será a maior da América Latina com capacidade de produção de 5,5 milhões de toneladas de placas de aço por ano, é uma peça central em sua estratégia de crescimento global. O conglomerado é formado por: uma usina siderúrgica integrada, uma termoelétrica para a geração de 490 MW de energia elétrica e um porto com dois terminais composto por uma Ponte de Acesso de 3,8 Km e um Píer de 700 m que atravessa o manguezal e o oceano. Toda a produção do conglomerado será destinada à exportação: 2 milhões de toneladas para a Alemanha, para serem processadas, e cerca de 3 milhões para os mercados dos Estados Unidos, México e Canadá.

Canteiro de obras da TKCSA.

O empreendimento conta com amplo apoio dos governos municipal, estadual e federal por meio de financiamento direto de R$ 1,48 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES[28] e isenções fiscais de ISS e ICMS. Pela LEI n.° 4.372, de 13 de junho de 2006 a TKCSA recebia a isenção total de ISS sobre alguns itens e a incidência de alíquota especial sobre outros por um período de cinco anos. Estima-se em R$ 40 milhões o total que eles deixarão de recolher em impostos a cada cinco anos de isenção de ISS[29]. A isenção ficava condicionada a algumas exigências. A empresa não cumpriu nenhuma das condições estipuladas pelo Estado. No final de 2009 outro projeto de ampliação das isenções de ISS por mais cinco anos foi apresentado e aprovado na Câmara dos Vereadores com extrema rapidez. A empresa possui também isenção de ICMS durante a fase de construção[30]. Quando iniciar a produção, a produção da usina terá isenção de ICMS, posto que sua produção será de produtos semi-elaborados destinados na sua totalidade para exportação. Esse benefício se deve a Lei Kandir[31].

O empreendimento se situa em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, numa área com muitas comunidades em seu entorno, e que também contém vastas áreas de vegetação natural. Estima-se que no mínimo 3.000 famílias vivam no entorno imediato do empreendimento.

A Baía de Sepetiba, região onde se localiza a usina, abrange os municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba e conforma uma região muito diversificada. Do ponto de vista ambiental, em seu entorno existem importantes ecossistemas ainda preservados de florestas, restingas –como a da Marambaia e manguezais. Podem ser encontradas áreas remanescentes da Mata Atlântica, principalmente na Serra do Mar, considerada atualmente uma das 25 áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade em todo o mundo.

Adicionalmente, não obstante as belezas naturais e a diversidade cultural da região, é uma das áreas no Rio que mais concentra população negra e pobre, sendo uma região que sofre carência de serviços públicos e cujo desemprego é elevado. A análise de todos os indicadores corrobora essa carência acentuada. Atualmente, e em particular para as camadas mais pobres e com menor acesso à políticas públicas da população da Baía de Sepetiba, a agricultura, a pesca e o turismo são as atividades que mais empregam e geram renda. A Baía de Sepetiba, nos últimos anos, vem se caracterizando com a região na cidade que apresenta os maiores conflitos ambientais e sociais no estado do Rio de Janeiro.

28 BNDES financia com R$1,48 bilhão complexo siderúrgico da ThyssenKrupp em Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Notícia do sitio eletrônico do BNDES, 20/06/2007. Acesso em 31 de março de 2010 em http://www.abimaq.org.br/ceimaq/meta3/download/thyssenkrupp.pdf.

29 A Siderúrgica do Atlântico, o carvão e as isenções. O Blog do Brizola, 17 de novembro de 2009. Acesso em 31 de Marco de 2010 em http://www.tijolaco.com/?p=6051.

30 RIO DE JANEIRO. Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 40.442 de 21.12.2006. Regulamenta a Lei n? 4.529, de 31 de março de 2005, que aprova o enquadramento das Sociedades CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico, Thyssenkrupp Stahl A. G, Companhia Vale do Rio Doce no programa de atração de investimentos estruturantes – Rioinvest.

31 LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.

Segundo dados da Fundação CIDE, em 2006, período em que se iniciaram as dragagens, cerca de 2.250 pessoas trabalhavam formalmente no turismo em Itaguaí e Mangaratiba. A FAPESCA [32]estima em cerca de 8.000 o número de pescadores da Baía de Sepetiba. Adicionalmente, do ponto de vista social e cultural, a região apresenta um universo composto por quilombolas, índios, pescadores artesanais e caiçaras que com a manutenção de suas tradições culturais e de seus modos de vida conferem à região um imenso e diversificado patrimônio social e cultural.

A interpretação desta região como pólo industrial se mantém até hoje, ainda que o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro confira à região uma estratégia de desenvolvimento calcada no fomento do ecoturismo, com enfoque nas vocações gastronômica, botânica, pesqueira e agrícola e na consolidação das diferentes expressões histórico-culturais da região. Atualmente, a região tem sido palco para a instalação de empreendimentos de grande porte do setor químico, mineral e siderúrgico, resultado de ter se tornado nos últimos anos ponto central na estratégia de escoamento de *commodities* para o mercado internacional, o que tem conseqüências diretas sobre o ecossistema da região.

Foto da Baía de Sepetiba.
Fonte: Gilka Resende

Em todo o processo produtivo a usina utilizará uma significativa quantidade de energia e água e produzirá muitas substâncias poluentes[33]. As obras prevêem a construção de uma usina termelétrica com capacidade de geração de 490 MW de energia elétrica para ser utilizada em todo o processo produtivo que será alimentada por 4 milhões de toneladas de carvão mineral ao ano. Este carvão mineral é proveniente da Colômbia, e explorado em minas que têm muitos impactos sociais e ambientais naquele país. Durante a etapa de implantação do empreendimento é estimado um consumo de água de aproximadamente 5.100 m3/dia. A água será fornecida pela da rede de abastecimento da CEDAE – Companhia de Águas e Esgotos de Rio de Janeiro. Assim, o total de consumo de água (L por dia) será de 5.101.250. Para a etapa de operação do empreendimento o suprimento de água para as atividades será realizado por captação no canal de São Francisco por meio de um canal de captação. A quantidade de água a ser utilizada não foi revelada. O Estudo de Impacto Ambiental da empresa não deixa claro também a destinação que a empresa dará a 1.300.000 toneladas/ano de escória que resultaria das atividades do alto forno e nem o que será feito com as 382.000 toneladas de escória de aciaria. Há suspeitas que a empresa instalará uma empresa de cimento na região. A usina emitirá cerca de 645,8 kg por hora de material particulado e 502 de material particulado inferior a 10µm. De dióxido de enxofre, por hora, serão emitidos 2.458,9 kg, 1.787,8 kg de óxidos de nitrogênio e 26.228,1 kg de monóxido de carbono.

Poluente	*Emissão de Poluentes CSA (1)*
CO (Monóxido de Carbono)	229.758
HC (Hidrocarbonetos)	1.017
NOx (Óxidos de Nitrogênio)	15.661
SO2(Dióxido de Enxofre)	21.540
MP (Material Particulado)	5.657
MP 10 (Particulas inaláveis)	4.398
Total	**273.633**

(1) EIA - pág. 1.096

Quadro com emissões anuais (kg/ano)

Análises efetuadas no Estudo de Impacto Ambiental da Usina sugerem que há imprecisões no levantamento de dados efetuados pela empresa. Existe dúvida por exemplo sobre o percentual de calmarias informado no modelo matemático, havendo suspeitas de que os cálculos implementados pela empresa subestimariam a concentração de poluentes. Adicionalmente, a análise da qualidade do ar atual seria embasada numa campanha de apenas 2 meses, quando o recomendável seria de pelo menos um ano (incluindo todas as estações do ano). Importante mencionar que existiam séries históricas de cerca de 10 anos que não foram utilizadas pela empresa.

O Licenciamento foi dividido em dois processos: a dragagem, o aterro do terreno e o terminal portuário foram avaliados em um único processo de Licenciamento feito pela Ecologus Engenharia Consultiva Ltda. e, o segundo processo se refere exclusivamente à Usina Siderúrgica, feito pela ERM Brasil Ltda.

32 Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro.
33 Estudo de Impacto Ambiental da Usina Siderúrgica do Atlântico (CSA). ERM, Rio de Janeiro, Outubro de 2005.

O Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento não se encontra disponível para consulta, sendo muito difícil a sua localização. Um estudo da ENSP/FIOCRUZ[34] que analisa sob a perspectiva da saúde pública e da saúde ambiental o RIMA da TKCSA destaca que a fragmentação da avaliação do empreendimento, ignorando a possibilidade de exposição cumulativa e simultânea da população a diferentes poluentes, determina que se subestime os riscos aos quais as pessoas ficarão expostas por conta da indústria.

Segundo os técnicos, ainda que do ponto de vista produtivo os diferentes componentes do complexo possam ser analisados separadamente, os impactos sobre a saúde da população e o meio ambiente deveriam ser analisados de forma integrada, o que não se verifica em seu EIA-RIMA. Deve-se isso porque a exposição das pessoas aos poluentes dá-se de maneira simultânea e cumulativa; e a possibilidade de processos de reação no meio ambiente entre diversas substâncias. Além das pessoas naquela região estarem expostas às emissões de todas as unidades industriais da região de maneira simultânea, deve-se considerar nas análises que os efluentes e as emissões após serem emitidos podem se combinar, reagindo entre si e com o ambiente, algumas tendo os seus efeitos amplificados ou potencializados.

Não obstante essas inconsistências no EIA/RIMA, a licença da usina foi provida pela FEEMA, muito embora a legislação ambiental determine que o licenciamento de megaempreendimentos do porte da TKCSA na zona costeira seja realizado exclusivamente pelo órgão ambiental federal (no caso o IBAMA).

Existem muitas suspeitas sobre a legitimidade e seriedade das audiências públicas realizadas com o objetivo de licenciar o empreendimento. Marina Zborowski (2008) cita em seu estudo algumas irregularidades levantadas pelos pescadores sobre as audiências públicas da Companhia Siderúrgica do Atlântico[35]:

1. A ausência de representantes do Ministério Público e do IBAMA;

2. A ausência de um parecer técnico do IBAMA, assim como censura por parte dos mediadores do evento da leitura do parecer técnico do Ministério Público, solicitado pelo público, ou melhor, pelos membros do Fórum.

3. O horário impróprio marcado para início do evento e o mau uso do tempo durante as audiências; marcado para início do evento e o mau uso do tempo durante as audiências;

4. Falta de uma pauta com críticas ao empreendimento;

5. Estruturação do debate a partir da leitura de perguntas previamente formuladas;

6. Declaração dos representantes dos órgãos ambientais de que o conteúdo das atas somente estaria disponibilizado após o prazo de 10 dias.

A obra da TKCSA foi embargada oficialmente em dezembro de 2007 (Relatório de Fiscalização No. 236/2007 de 27/01/2007 e Auto de Infração No. 512869 de 20/12/2007 do IBAMA) pelo IBAMA, mas a obra jamais parou. Estes documentos determinam o embargo das obras devido à ocorrência de desmatamento de vegetação de manguezal (considerada Área de Preservação Permanente) sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, com a aplicação de multa de R$ 100 mil, bem como denuncia a existência de irregularidades na Licença de Operação (LO) da FEEMA que trata da dragagem feita pela empresa na Baía de Sepetiba. A empresa assinou um Termo de Ajuste de Conduta e continuou em operação.

Adicionalmente, a usina da TKCSA é alvo de uma investigação pelo Ministério Público Federal[36]. Estariam sendo investigados crimes ambientais e irregularidades na construção da ponte de 3,8 km na Baía de Sepetiba. A empresa teria desmatado uma área duas vezes maior do que a que era permitida e a ponte teria começado a ser construída sem a autorização da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), exigência legal por se tratar de um terreno da Marinha e do mar territorial. Segundo a reportagem, a SPU ainda estava examinando o pedido da TKCSA para construção da ponte quando verificou que em março de 2008 quase 70% da ponte já estavam construídos.

O empreendimento terá sérios impactos sobre a saúde. As indústrias siderúrgicas produzem uma série de resíduos que podem afetar seriamente a saúde das pessoas que estão ou circulam próximas às suas instalações. No entorno da planta existem áreas residenciais. Só na comunidade João XXIII, umas das comunidades situadas na mesma avenida que a planta, moram mais de 1.500 pessoas há mais de 20 anos.

Somente a usina da TKCSA, quando entrar em funcionamento, será responsável por um aumento de 76% nas emissões da cidade do Rio de Janeiro[37]. Contudo, um dos mais perigosos resíduos é o benzeno. O benzeno é um líquido incolor, volátil e altamente inflamável que é liberado sob a forma de gás no processo de transformação do carvão em coque. A exposição aguda ao benzeno pode resultar em toxidade neurológica e sua ingestão pode causar toxidade do sistema digestivo e nervoso. A exposição crônica pode gerar toxidade para o sangue, incluindo anemia (insuficiência de glóbulos vermelhos), leucopenia (insuficiência de glóbulos brancos) e trombocitopenia (insuficiência de plaquetas). Além disso, há propensão também a gerar leucemia.

34 PORTO, M. E MILANEZ, B. Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). FIOZ CRUZ. Rio de Janeiro, julho de 2009.

35 ZBOROWSKI, M.B. Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: O Caso dos Pescadores Atingidos pelo Processo de Implementação do Complexo Industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico. Dissertação de mestrado. EICOS. Rio de Janeiro, 2008.

36 Usina da ThyssenKrupp no Rio é alvo de investigação do MPF. Estado de São Paulo. 30 de abril de 2009.

37 CSA aumentará em 76% o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera. O Globo. 05 de novembro de 2009.

O preço do progresso

CSA aumentará em 76% o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera da cidade

Marco Antonio Teixeira/ 10-2-2009

Capa do Globo em novembro de 2009. Acervo PACS.

Muitos também foram os impactos das dragagens na região. Por um lado, o material dragado eleva a quantidade de sedimentos em suspensão nas águas da Baía, o que acelera o processo de assoreamento. Por outro, elas são extremamente agressivas a fauna e flora marítima. Muitas são as evidências de que contaminação química da Baía foi acentuada por conta das dragagens, que deixam os metais pesados novamente em supensão. Produtos químicos como cádmio e zinco vazaram em grande volume da falida Ingá Mercantil na década de 1990 em sucessivos desastres nos últimos 20 anos. Esse passivo ambiental permanece na região, ainda que nos anos 2000, boa parte desses metais tenha se assentado no fundo oceânico, amenizando a poluição local. A cada nova dragagem e com as obras de instalação da TKCSA na Baía de Sepetiba esses metais pesados, antes assentados no assoalho oceânico, são revolvidos, voltando a contaminar as águas da Baía.

Segundo biólogo da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), haveria na região a existência de peixes com deformações[38]. Estas deformações poderiam ter relação com o grau de contaminação das águas. Em seu trabalho, o biólogo teria percebido alterações no tamanho de olho de alguns peixes, a ocorrência de espécimes cegos e com protuberâncias que poderiam ser tumores. Se consumidos regularmente, os pescados dessa região podem vir a causar problemas digestivos e até câncer.

38 Poluição na Baía de Sepetiba pode deformar peixes. O Dia. 31 de maio de 2008.

Além disso, a empresa retirou cerca de 21.810.000 m3 de lama contaminada do fundo da Baía e do Canal São Francisco, com o objetivo de aumentar a sua profundidade e permitir o acesso aos navios. Parte deste material contaminado está no canteiro de obras da empresa para o aterro do terreno onde se erguerá a usina. Os impactos e os riscos de que este material contamine o solo e os lençóis freáticos são enormes. Outra parte do material retirado pela empresa do fundo do mar. Aproximadamente 200.000 m3 de lama- foi disposto em Confined Disposal Facility (CDF), enormes cavas ou buracos onde o material contaminado é disposto e coberto por apenas 2 metros de areia. O local onde as covas foram localizadas corresponde a uma área de costumeiras manobras de navios e embarcações o que elevaria o risco de rompimento dessas covas. Há ainda mais uma porção do material contaminado que deixado a céu aberto num terreno vizinho da TKCSA e que pertence a aeronáutica.

As violações trabalhistas, por sua vez, não são menores. Na última semana, dia 9 de março de 2010, iniciaram uma obra contra os baixos salários e péssimas condições de trabalho[39]. Há denúncias de morte e de uma forte repressão por parte da empresa que no momento da paralisação chamou inclusive a polícia federal. Antes disso, contudo, outras irregularidades já haviam sido constatadas.

Em julho de 2008[40], a Procuradoria do Trabalho do Ministério Público do Trabalho interditou as obras da TKCSA por irregularidades como ausência de condições de segurança no trabalho e EPI (Equipamentos de Proteção Individual). Dias após, o MPT retornou ao canteiro de obras para outra *blitz* e constatou que as irregularidades continuavam, sem que nenhuma exigência houvesse sido cumprida. Na ocasião, este órgão promoveu a interdição das obras da TKCSA por violação de cláusulas trabalhistas e de segurança no trabalho. Ficou determinado, também, que a TKCSA comparecesse ao MPT para assinar TAC – Termo de Ajuste de Conduta, sob pena de multa.

A TKCSA declarou que dias depois, por conta do TAC, o embargo foi suspenso pelas autoridades brasileiras, afirmando também que todos os problemas com relação a violações trabalhistas, tanto com a empresa quanto com as suas terceirizadas, foram sanados. Contudo as irregularidades permaneceram. Em agosto foram encontrados 30 trabalhadores que trabalhavam para uma terceirizada da TKCSA e que viviam em condições precárias de higiene e saúde e que estavam há dois meses sem receber seus salários. Os trabalhadores se alimentavam porque

39 Trabalhadores sem salário e com uma refeição por dia. O dia online. 13 de agosto de 2009.

40 Obras no terminal da ThyssenKrupp CSA têm embargo da Justiça. Valor Econômico. 18 de maio de 2008. Acesso em 31 de março de 2010 em http://www.newslog.com.br/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=818291&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=450907&Titulo=Obras%20no%20terminal%20da%20ThyssenCSA%20t%EAm%20embargo%20da%20Justi%E7a; Procuradoria entra com ação contra CSA por mão-de-obra chinesa irregular em Santa Cruz. O Globo. 18 de agosto de 2008.

uma comerciante local, por pena, lhe dava uma refeição por dia. Muitos estavam doentes e sem condições de ir ao médico ou retornar para casa. Existem denúncias, algumas feitas na audiência pública realizada no Rio de Janeiro em 14 de dezembro de 2009 na ALERJ, de que os alojamentos em que ficam os trabalhadores da empresa apresentam péssimas condições de higiene, bem como nenhum conforto. E a pior denúncia é a de que milicianos estejam responsáveis pelo fornecimento de alguns serviços para a empresa como serviço de transporte e segurança. Em março de 2010, por conta das péssimas condições de segurança e vida, os trabalhadores da empresa entraram em greve[41].

14 | O DIA | RIO DE JANEIRO | QUINTA-FEIRA, 13/8/2009

Trabalhadores sem salário e com uma refeição por dia

Moradores de outros estados, eles não conseguem voltar para casa

AMANDA PINHEIRO
amanda.pinheiro@odianet.com.br

Trinta homens contratados por uma empreiteira para trabalhar na ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), em Santa Cruz, estão há dois meses sem pagamento — alguns têm apenas uma refeição por dia — e vivem em condições precárias em um alojamento, em Itaguaí. Os trabalhadores, mineiros e paranaenses, contaram que há dias ninguém da empresa, a Precisa, aparece no canteiro de obras. Há três dias, eles cruzaram os braços.

No local onde dormem faltam camas, água limpa e produtos de higiene pessoal. Há dois doentes que não têm como comprar remédio. Para evitar a entrada de insetos, barreiras são improvisadas no vão das portas.

A siderúrgica contratou a empresa Brafer para erguer estruturas metálicas de alumínio do complexo que está em construção na Zona Oeste. A Brafer terceirizou o serviço para a Precisa. O restaurante contratado pela Brafer ainda fornece refeições aos serralheiros. Mas não sabe até quando. "Alimento a maioria por pena. Nem todos estão no contrato, mas sei que aqui é o único lugar onde eles podem comer", disse Silvana Augustin, dona do restaurante.

Mineiro de Ouro Branco, Renato Gomes, 25 anos, conta que foi contratado pela Precisa para ganhar R$ 940 por mês. A promessa incluía hospedagem e ajuda de custo para visitar sua cidade a cada 2 meses. "Não posso ficar sem salário. Tenho três filhos esperando esse dinheiro. Graças a Deus que ainda podemos almoçar", desespera-se Renato.

A maioria dos serralheiros foi contratada em junho. Alguns paranaenses voltaram para casa após a interrupção do pagamento. "Alguns passam o dia com uma só refeição. Não temos dinheiro nem para ir embora", desabafou Davi Silva, 40, de Venceslau Brás (PR).

ANDRE MOURÃO

Os 30 trabalhadores vieram de MG e PR: promessa de R$ 940 por mês

Alerj investigará a denúncia

>A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio vai investigar os maus-tratos aos trabalhadores.

Em nota, a A ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico informou que mantém em dia os pagamentos à Brafer. O advogado da Brafer, Fernando Teixeira, afirma que a empresa remete à Precisa, sem atrasos, o valor combinado pelo serviço. E acrescentou que a Brafer providenciará melhores condições de moradia aos operários. Ninguém da Precisa foi encontrado para responder às denúncias.

Jornal o Dia. Acervo PACS.

Existem ainda muitos riscos a que estão submetidos os pescadores e os ecologistas contrários à TKCSA. Há a informação de que a contratação de empresas para as obras (empreiteiras e de transporte) teria sido resultante de acordos com grupos paramilitares (milícias) que atuam tradicionalmente na região. Esses grupos incluem policiais, ex-policiais, bombeiros e políticos de diferentes esferas de poder. Eles controlam ilegalmente alguns serviços na região que deveriam ser ofertados pelo Estado como fornecimento de luz, telefone, TV a cabo, transporte e segurança.

A empresa atuaria com estas milícias para inibir perícias sobre mortes de pescadores (causadas por "acidentes" com as dragas da empresa) e sobre mortes por acidentes de trabalho, bem como para intimidar os movimentos sociais da região que resistem à implantação da empresa.

Devido às constantes ameaças de more feitas pelas milícias locais aos pescadores da Baía de Sepetiba que se opunham ao projeto, um pescador, sob risco de perder a sua vida, teve que se refugiar. A pressão sobre as lideranças se acentuaram ainda mais quando as acusações de que alguns dos seguranças contratados pela empresa eram contratados por grupos milicianos ficaram claras na audiência pública da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Um pescador está refugiado desde fevereiro de 2009. Atualmente vive num local escondido e distante da Baía de Sepetiba, sendo protegido pelo Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Os pescadores que resistem e permanecem na região, contudo, vêm sendo impedidos de trabalhar. A empresa instala equipamentos dentro dos rios, que os impede de sair ao mar. Adicionalmente, as atividades de dragagens, as obras da empresa, o aumento da circulação de grandes navios na Baía –aumentando a área de exclusão da pesca- e a contaminação das águas e dos peixes por metais como o Cádmio, Chumbo e Arsênio vem impedindo os pescadores da região de exercerem a atividade da pesca. Segundo a FAPESCA (Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro), estudos demonstram que as obras estão impactando diretamente cerca de 8.070 famílias de pescadores, que correspondem a 40.350 pessoas. A quantidade de peixes capturada na Baía foi reduzida em até 80% por embarcação. Não só a quantidade de peixes diminuiu, mas também a variedade dos peixes e crustáceos encontrados na Baía. Ainda que a TKCSA reconheça no Estudo de Impacto Ambiental da usina que a pesca e o turismo são importantes fontes de renda para a população da região, nenhuma medida de monitoramento dos impactos e de compensações é prevista nas ações da empresa.

Como contrapartida aos danos que vem causando na região e com objetivo de reforçar sua campanha de responsabilidade social empresarial a TKCSA realizará alguns investimentos sociais na sua área de influência. É importante ressaltar que estes investimentos sociais sequer aproximam-se dos custos sociais (sobre a vida dos pescadores, sobre a geração de renda na região e sobre a saúde pública) e ambientais que o empreendimento vem acarretando. Estes investimentos serão realizados, especialmente em saúde, com o reaparelhamento do Hospital Pedro II e em educação, com a implantação de centro educacional em Itaguaí. É interessante que BNDES também financiará estes investimentos sociais, num montante de R$ 10,5 milhões.

41 CSA Greve de Forno. O Globo. 19 de março de 2010.

A empresa já declarou em inúmeras situações, inclusive no seu Encontro Anual dos Acionistas em 2010 que não pretende, em hipótese nenhuma, compensar pescadores ou outros moradores. A lista de projetos sociais realizados pela empresa inclui a doação de uma enorme quantia para a FEEMA/INEA com o objetivo de reformar sua sede, a doação de uma brigada para o corpo de bombeiros e de patrulhas motorizadas para a Capitania dos Portos. Boa parte dessas ações é dirigida a entidades governamentais brasileiras o que acentua as suspeitas de corrupção, e ao mesmo tempo, pouco beneficiam a população local, que é a principal impactada.

IV - A Produção de Ferro Liga pela Vale em Corumbá – Pantanal/MS

A extração de minério em Corumbá iniciou-se em 1876, sendo a primeira concessão para exploração para o Barão de Vila Maria. Desde então, devido às distancia dos grandes centros e a vocação econômica para outras atividades, como entreposto comercial e de pecuária, não despertou tanto o interesse em consolidar a atividade extrativista. Somente com o inicio da primeira guerra mundial é que empresas estrangeiras voltaram seus interesses para a região. A extração de minérios (manganês e minério de ferro) intensificou-se durante a década de 40, no período da II guerra mundial.

A empresa chegou à Corumbá como acionária da empresa estatal Mineração Urucum S/A. A Urucum, constituída em 1976, inicialmente lavrava somente manganês. Em 1994 iniciou-se a extração de minério de ferro, e em 1995 se associou à Companhia Vale do Rio Doce. A coligação foi polêmica e resultou em uma disputa judicial como pode-se verificar no trecho da publicação "Cadernos Pedagógicos Ambientais – Volume 2":

> *"Três anos depois da constituição da Urucum Mineração houve a divisão político-administrativa que criou Mato Grosso do Sul. O maciço Urucum passou a pertencer geograficamente ao Estado de Mato Grosso do Sul. Com a divisão Mato Grosso coloca a sua participação a venda (...)*

A Urucum tinha sua composição acionária dividida entre Vale do Rio Doce, Convap e Metamat. Após a divisão do Estado, a composição acionária ficou da seguinte forma: a Metamat (representando o governo de Mato Grosso) com 28%; Mato Grosso do Sul (representada pela Codems) com 18,66%, Convap com 6,6% e Vale do Rio Doce com 46,66%.

A Urucum foi colocada a leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1994, com a autorização dos governadores d MT e MS (...). O leilão não ocorreu por falta de compradores, sendo a Vale do Rio Doce a única interessada, já que possuía parte do controle da Urucum. A Vale adquiriu o restante das ações pagando o preço mínimo de R$ 14.000.200,43. Pagou à Metamat a quantia de R$ 8.400.120,26, ao Mato Grosso do Sul o valor de R$ 5.600.080,17. Como a Vale já havia adquirido, anteriormente ao leilão, as ações da Convap, exercendo seu direito de preferência, tornou-se a única proprietária.

Se considerarmos que o valor de 14 milhões de reais foi o valor para adquirir 46,66%, então o valor total da empresa seria de R$ 3.004.454.406,34 (resultado de uma simples regra de três). O valor da venda foi contestado na justiça por uma ação popular. A ação questionava o valor pago alegando, com base em pareceres de avaliação, que as jazidas de ferro e manganês estariam avaliadas em US$ 37,1 bilhões e que o Governador do Estado não teria o direito legal de oferecer o patrimônio do Estado em leilão sem autorização da Assembléia Legislativa."

Córrego Urucum

A exploração de minérios na morraria do Urucum ocasionou a seca do principal fornecedor de água da Região, o córrego Urucum. Desde 2002 a Vale enfrenta duas ações na justiça por ter soterrado a nascente do córrego após uma explosão para mineração do manganês. Laudos foram conclusivos e apontaram a responsabilidade para a mineradora que, a cada sentença proferida, recorre em outras instâncias. O desastre ambiental afetou a vida de 138 famílias, cuja maioria, vendeu suas terras para a mineradora Vale e foi para outra região. Os que ficaram sofrem com a constante falta e racionamento de água, que é controlado pela mineradora.

Muitas vezes sem água, os moradores são obrigados a ter que consumir a água contaminada por minério, o que está acarretando em problemas de saúde para boa parte dos assentados. Os principais sintomas são dores estomacais crônicas e úlceras. Um estudo feito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul aponta a alta poluição da escassa água do córrego Urucum. É alto o índice de coliformes fecais , além da presença visível de minério de ferro e manganês. A Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município também fez um laudo que aponta a poluição.

O processo de indenização das famílias ainda tramita na justiça e completa dez anos na fila da espera. Pelo desastre ambiental, o promotor de justiça de Meio Ambiente e Cidadania, Ricardo de Melo Alves, já multou a mineradora em R$ 5 mi, mas esta recorreu da decisão.

Herança: Vale compra Rio Tinto e seus problemas

Em janeiro de 2009 a Vale expandiu seus negócios em Corumbá com a aquisição da Mineradora Rio Tinto. A Vale comprou toda a operação de minério de ferro por US$ 1,6 bilhão juntamente com os ativos de logísticas, incluindo porto fluvial e barcaças, além dos ativos de potássio da Rio Tinto na Argentina e no Canadá.

A extração de minério de ferro da Rio Tinto ocorre na Morraria Santa Cruz nas proximidades da comunidade Rural de Antônio Maria Coelho, localizada a 42 KM de Corumbá. O local é considerado um dos mais belos no município e famoso pelos balneários que atraem a população local. Apesar disso a região sofre com a falta de água. Cerca de 20 famílias estão sendo abastecidas por caminhão pipa, há 2 anos, oferecidos pelas mineradoras. Ainda não é conhecida a causa da falta de água. Mas há várias indicações, como o aumento do número de poços para siderurgia e a mineração, o desvio no leito do córrego pelos moradores e a diminuição da chuva.

Além do problema da falta de água, os moradores da comunidade centenária também sofrem pressão para deixarem o local, além de outros impactos negativos como poluição do ar por materiais particulados, excesso de barulho, especulação imobiliária e acidentes de trabalho. Boa parte dos homens da região eram empregados pela Rio Tinto, porém com a crise econômica de 2008/2009 muitos perderam seus empregos e continuaram sem obtê-los novamente, mesmo com a transferência da Vale e seus investimentos.

A Vale ainda não se posicionou em vários aspectos na região de Maria Coelho, devido ao fato de ainda estar em transição. Neste ano a Vale aceitou participar da Plataforma de Diálogo entre os segundo e terceiro setores. Este processo foi iniciado em 2006 com a participação das empresas MMX, MSGás, Petrobras, Vetorial Siderurgia. A Vale e a Votorantin nunca demonstraram interesse em participar. Agora que a Vale tornou-se a maior mineradora da região resolveu participar do diálogo com as Ongs, onde um dos objetivos é a proteção mais efetiva do Pantanal decorrentes da implantação e ampliação das atividades econômicas (mineração, siderurgia e gás-química) previstas na região.

Vale – Complexo Corumbá: UMSA (mineração de ferro), UMSA (mineração de manganês) e MCR Mineração. Produz 3.371.000 toneladas de minério de ferro/ano e tem licença para produzir até 8.350.000 ton/ano. A produção de minério de manganês é de 552.000 ton/ano, podendo atingir 750.000 ton/ano. A metalúrgica, com produção de ferroligas à base de manganês, produz entre 18.000 e 22.000 ton/ano, juntamente com a Rio Doce Mineração (RDM).

Vale e a Hidrovia Paraguai-Paraná

Após a compra da Rio Tinto em 2009 a Vale anunciou a triplicação de sua produção de minério de ferro em Corumbá até 2011. A capacidade deve saltar de 4,5 milhões para 15 milhões de toneladas por ano. A expansão será sustentada por investimentos de R$ 900 milhões na compra de 14 empurradores e 224 barcaças que vão fazer o transporte do minério via rios Paraguai e Paraná. Essa compra vai se somar a outra encomenda feita no Brasil de 51 embarcações com investimentos de R$ 403,9 milhões. São 15 rebocadores portuários, dois comboios fluviais, formados por 32 barcaças e dois empurradores, e dois catamarãs para transporte de passageiros. No total, considerando essa compra e a encomenda futura, a Vale vai investir R$ 1,3 bilhão em embarcações para atividades de apoio portuário e navegação de interior (hidrovias).

Esses comboios serão usados para transporte de minério de ferro produzido em Corumbá. O escoamento se dará via hidrovia Paraguai-Paraná que tem saída para o mar no Rio da Prata. No total, a Vale tem atualmente 14 rebocadores em operação que prestam apoio a navios de grande porte nos portos. Quando as novas embarcações forem entregues até 2011, a frota de rebocadores da empresa chegará a 29 navios. Todos esses números significam maior movimentação na hidrovia Paraguai-Paraná e o aumento dos danos ambientais ocasionados pela navegação.

A via navegável que é utilizada como hidrovia funciona desde o descobrimento da América, ou mesmo antes. Foi pelo rio Paraguai que os espanhóis desbravaram o interior do continente, a partir do rio da Prata. Atualmente enormes comboios percorrem suas águas, transportando soja, trigo, minérios, combustíveis e madeira. As grandes barcaças que trafegam pelo rio Paraguai atualmente já trazem impactos para o ambiente pantaneiro. As colisões das barcas nas margens do rio contribuem para o assoreamento. A navegação também promove a invasão de espécies exóticas de seres aquáticos no ecossistema do Pantanal, que vem na água de lastro ou encrustados no casco dos navios. Com a implantação do pólo minerossiderúrgico o tráfego de barcaças foi intensificado interferindo na dinâmica e na qualidade da água, além de prejudicar a atividade de turismo e pesca profissional.

Fontes

Capital do Pantanal, Corumbá News, Campo Grande News, Valor Econômico e Ecoa

V - A Companhia Siderúrgica do Pecém/CE

A Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP) situada no município de São Gonçalo do Amarante, na costa oeste do Ceará, a 60 km de Fortaleza pertence à empresa Vale associada à sul-coreana Dongkuk. A CSP faz parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp) composto, pelo menos, por duas termoelétricas da MPX, do grupo econômico liderado pelo empresário Eike Batista, uma refinaria da Petrobrás, pela siderúrgica, uma fábrica de cimento e por um porto. O Complexo teve sua instalação autorizada em 1996 pelo então governo de Tasso Jereissati.

A tentativa da Vale de instalar uma usina no Ceará se arrasta desde 2005, ano em que a mineradora começou a acertar com as siderúrgicas italiana Danieli e com a sul-coreana Dongkuk a construção da Ceará Steel. O projeto, no entanto, sofreu diversos percalços. O primeiro deles foi a desistência, cerca de dois anos depois, do grupo italiano do projeto. Com a saída da Danieli o projeto passou a ser denominado de Companhia Siderúrgica de Pecém. Pela estrutura atual, a Vale deteria 20%, enquanto o controle majoritário ficaria nas mãos da coreana Dongkuk, com 60%.

A usina terá capacidade, segundo a empresa, de produção de 3 milhões a 6 milhões de toneladas por ano de placas de aço. Seu plano é ter em 2013 uma capacidade inicial de 3.000.000, que será duplicada em 2015. Além de produtos siderúrgicos, a usina também vai produzir energia elétrica para comercialização no mercado brasileiro. Conforme a Associação Brasileira de

Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM) está previsto que toda a produção de placas de aço de alta qualidade seja para exportação. Um dos seus objetivos principais é exportar placas de aço a preço subsidiado para a Dongkuk, na Coréia.

O Estado de São Paulo publicou, em 18 de junho de 2009, que depois de suspensas por alguns meses, a Vale e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltaram a negociar a entrada do banco no projeto de construção da usina siderúrgica do Ceará. Ainda não foi revelado o valor do financiamento. Mas se fala na possibilidade, inclusive, de que o BNDES se associe à Vale. Por sua vez, o Governo do Estado do Ceará e o município de São Gonçalo do Amarante teriam garantido ao projeto isenções de tributos e apoio na infra-estrutura necessária à implantação e operação do empreendimento.

Segundo a própria Vale, o projeto deverá entrar em operação em 2013, mas ainda depende da conclusão do estudo de viabilidade e aprovação de seus acionistas.

Inicialmente, até 2007, o empreendimento seria abastecido com gás natural subsidiado. Mas a Petrobras se negou a fornecer gás a preço subsidiado à planta de produção de aço o que levou a Vale a utilizar o carvão mineral como matéria-prima.

Consumo de energia

A usina siderúrgica será abastecida com minério de ferro proveniente de Carajás, transportado por ferrovias. A usina também vai produzir energia elétrica para comercialização no mercado brasileiro.

Consumo de água

O volume de água a ser consumido pela siderúrgica é equivalente ao consumo de um município como Maranguape, que tem cerca de 90 mil habitantes. A fonte é o açude Sítios Novos, em Caucaia.

Geração e tratamento de emissões atmosféricas

A energia gerada a partir de carvão mineral tem um elevado impacto sobre as alterações climáticas. De todos os combustíveis fósseis, o carvão é o que lança na atmosfera a maior quantidade de CO2, além de dióxidos de Nitrogênio e Enxofre, por unidade de energia gerada.

Características socioeconômicas e culturais

O município de São Gonçalo do Amarante, local onde o projeto será instalado, era originalmente denominado de *Anacetaba* (que se traduz como Aldeia dos Anacé) devido ao povo indígena que habita o município desde sua formação. Está localizado a 59 quilômetros de distância de Fortaleza, a capital cearense. Em 2007 o IBGE estimou sua população em 40.312 habitantes, a maior parte vivendo em áreas rurais. A economia está centrada, principalmente, na pequena agricultura com a produção de algodão, banana, caju, mandioca, milho e feijão, na criação de bovinos, suínos e aves e na pesca.

Não obstante, o município de São Gonçalo do Amarante, onde o complexo será construído, apresenta um baixo índice de industrialização, com amplas áreas ainda não urbanizadas.Somado a isso, há predominância de população pobre e de origem indígena que são interpretadas pelas grandes empresas como "baixos custos operacionais". Por sua vez, a presença dos Anacé é vista como obstáculo que precisa ser removido para a implantação do complexo industrial, como foi declarado pelo Governador Cid Gomes na TV Diário.

De uma maneira geral, a população apresenta baixo nível de renda e uma baixa capacidade de influenciar nas estratégias de desenvolvimento do município. De acordo com o IBGE, em 2007, São Gonçalo do Amarante apresentava um dos menores IDHs da região metropolitana de Fortaleza, à frente apenas de Pacatuba e Chorosinho.

A população total dos dois municípios que serão diretamente impactados pelo empreendimento é de 241.837 habitantes. Os moradores localizam-se no entorno imediato do Complexo, nas cidades e povoados de Caucaia, Primavera, Catuana, Capuan e Tabapuá, no município de Caucaia, e São Gonçalo, Pecém, Taíba, Siupe, e Umarituba, no município de São Gonçalo do Amarante.

As diversas mobilizações da sociedade civil com relação ao projeto centram-se especialmente nas consequências da matriz energética baseada no carvão mineral, prevista não só na CPS da Vale, mas também em duas termoelétricas da MPX, grupo econômico liderado pelo empresário Eike Batista, e em uma termelétrica da Vale.

Povo Anacé é desrespeitado e expulso de seu território *42

Desde que, em 1996, o empreendimento Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp) teve sua instalação autorizada pelo governo de Tasso Jereissati e se iniciaram as obras no território dos índios Anacé. Cerca de cem famílias **Anacé** habitantes dos municípios de São

42 Caso extraído do *Mapa da Injustiças ambientais e saúde no Brasil*. http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br

Gonçalo do Amarante e Caucaia, na região litorânea do Ceará, já foram obrigadas a deixar seu território. Outras deverão fazer o mesmo com o início de construção do complexo. Estas famílias foram deslocadas para três assentamentos: Novo Torém, Forquilha e Monguba.

Tais procedimentos se relacionam ao processo de desapropriação promovido pelo governo do Ceará, em benefício das construções do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp).

A cadeia de investimentos no Cipp é possivelmente aquela que traz mais perplexidade ao povo Anacé, a outras comunidades tradicionais da região, aos movimentos sociais, ambientais e aos críticos do atual modelo de desenvolvimento, de maneira geral. Além do empreendimento da Vale, a MPX está implantando duas termelétricas no Cipp: as Usinas Termoelétricas (UTEs) Porto de Pecém I e II, a primeira com 720 Megawatts (MW) de capacidade instalada, a segunda, com 360 MW.

O projeto é 100% da MPX. A empresa, do grupo de Eike Batista, é também detentora de 100% da UTE Porto de Itaqui, no Maranhão (Cf. Informe MPX/PPAs). É importante registrar alguns incentivos obtidos por estas UTEs, no Ceará e no Maranhão. Todas contam "com um desconto de 75% no imposto de renda pelos dez primeiros anos de operação (por estarem situadas na região da Adene/NE), diferimento ("procrastinação do lançamento e do recolhimento do imposto para momento posterior", assim transferindo a cobrança do tributo para o produto final, no caso, para a fase da comercialização da energia produzida) de 59% do ICMS para as UTEs Pecém I e II, e 100% do ICMS para a UTE Itaqui, além de 9,25% de isenção de PIS/Cofins nos contratos para a construção completa (empreitada global) de cada UTE ("contratos de EPC". Observe-se ainda que tal contrato conta também "com mecanismos de incentivo para a antecipação do início da operação", bem como "multa por atraso" - o que de outra forma pode ser também interpretado como uma forma de pulverização do lobby de pressão pelo licenciamento ambiental do projeto).

Segundo depoimento do jovem Junior Anacé, durante os preparativos para a 2ª Assembléia do Povo Anacé, nos primeiros sete anos após serem arrancados de seu território 32 idosos da etnia morreram, concorrendo para essa morbidade, a "tristeza e desgosto" com a violência de sua expulsão do território que sempre habitaram. A Ação Civil Pública representada em abril de 2008 pelo defensor público Thiago Tozzi, da Comarca de São Gonçalo do Amarante registra a série de impactos nocivos á saúde que o carvão mineral é capaz de provocar. Os efeitos colaterais sobre a saúde humana, devido ao uso do carvão mineral como matriz energética, são também abordados no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) do empreendimento. Conforme reportagem do site O Eco, "para conseguir uma cópia do EIA, documento público segundo a legislação brasileira, foram necessários cinco meses de inúmeros pedidos" para que Tozzi pudesse colocar "as mãos nos três pesados livros que trazem a análise".

Outro estudo foi elaborado pelo Núcleo Amigos da Terra/Brasil, identificando o "lado perverso do carvão" – desde o ruído de explosões na mineração à contaminação por resíduos da combustão que afetam vastas áreas em torno das mineradoras e usinas termelétricas. Segundo a professora Raquel Rigotto, do Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará (UFC), menciona que além da possibilidade de chuva ácida, em virtude da alta emissão de dióxido de enxofre, o alcance desta emissão, "dependendo das condições do microclima, poderá atingir um raio que varia de 80 a 300 quilômetros. O Ceará tem pouco mais de 500 quilômetros de litoral'".

Tozzi observa ainda que diferentemente da cadeia do Carbono em hidrocarbonetos normais, como o gás natural, a cadeia de carbono do carvão mineral é muito mais extensa e, por isso, joga muito mais poluentes na atmosfera, durante a sua combustão. O carvão mineral contém altos teores de Sílica, Ferro, Enxofre, Alumínio e, em baixas concentrações, praticamente todos os elementos da tabela periódica. Sua mineração, beneficiamento e combustão produzem uma variedade de resíduos, ricos em elementos como Cádmio, Zinco, Cobre, Níquel, Arsênio, Chumbo, Mercúrio, Cromo, Selênio e compostos orgânicos de elevado potencial de toxicidade. As características físico-químicas desses resíduos implicam em impactos significativos em ecossistemas terrestres e aquáticos. Eles podem mudar a composição elementar da vegetação e penetrar na cadeia alimentar. A degradação do solo e da água pela drenagem ácida que se forma, quando esses resíduos ricos em enxofre ficam expostos à ação do ar e das chuvas, pode continuar avançando por dezenas e até centenas de anos.

Das partículas em suspensão que agravam a asma, deterioram a estrutura de edifícios e interferem negativamente no processo de fotossíntese, são encontrados o monóxido de enxofre, o dióxido de nitrogênio, os oxidantes fotoquímicos, sulfatos, nitratos (NO_3), sulfetos (SO_3) e mercaptanos (CH_3SH). Poluentes como os fluoretos, Berilo, Chumbo, Mercúrio associam-se às atividades de mineração e queima do carvão, importando em perigos para a saúde humana e para a qualidade e equilíbrio dos ecossistemas."

Thiago Tozzi analisou e criticou o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), que por sua vez teria apontado a perda do potencial florístico, o comprometimento do escoamento da água devido às obras de terraplanagem, e a alteração negativa da qualidade do ar, em consequência do manejo intensivo de materiais e equipamentos, com suspensão das poeiras e demais consequências. Em contrapartida, o defensor público apontou, conforme relatado na Ação Civil Pública que assina, que o EIA-Rima do projeto não apontou as contribuições negativas do CO_2 para o aumento aquecimento global e que são citados apenas os gases com possibilidades mitigadoras, capazes de reduzir os inevitáveis impactos ambientais, a exemplo do Dióxido de Enxofre e Dióxido de Nitrogênio. Nada sobre o que fazer com o volume catastrófico de CO_2 que resultará da queima das milhões de toneladas de carvão ao ano (pg 51/ACP).

Outro imbróglio registrado pelo repórter do Eco Felipe Lobo foi ressaltado pela agente de saúde Andreia Rodrigues: "a termoelétrica usa muita água, que vêm dos olhos d'água das comunidades. Temos este recurso de excelente qualidade, mas isso vai acabar". A água é utilizada entre outras coisas para a lavagem dos particulados, a poeira gerada na queima do carvão. O uso exaustivo da água durante o funcionamento da termoelétrica, não deixou de compor o EIA-Rima do projeto, e foi devidamente citado na Ação Civil movida pelo defensor Thiago Tozzi.

Essa somatória inflacionará e deteriorará a partir da redução e estandartização de oportunidades o lazer dos brasileiros e de populações regionais. Abordará, ainda, as comunidades nativas como subsidiárias das novas cancuns nacionais, em total desrespeito com a diversidade cultural que marca a nação, com as culturas locais, o sentido de pertencimento, identidade, auto-afirmação de comunidades, que passam à condição de tutelados pelas assertivas público-privadas, nacionais-internacionais e dirigidas pelos poderes financeiros e mercadológicos ditados por agentes impalpáveis. Um processo de colonização singular e opressivo impõe-se, mais complexo, em detrimento da soberania dos povos Anacé, pequeno retrato de uma comunidade nacional mais ampla, tratada como espectadora na expectação do seu próprio futuro e presente.

CASOS INTERNACIONAIS

VI - Los Impactos de la Actuación de Vale en Chile

La Compañía Minera Latinoamericana Ltda. (CMLA), filial de Vale en Chile, actúa en la Comuna de Illapel y Salamanca, Provincia del Choapa, Región de Coquimbo, zona intervenidas, las quebradas de Manquehua y Cárcamo, aproximadamente 10 km al norte de la Comuna de Salamanca. En tanto, las áreas de procesamiento del mineral se localizarán en la quebradas de Quilmenco, aproximadamente a 7 km de la citada capital comunal.

El proyecto esta todavía en vías de implementación. Considera la explotación de las minas Papomono y Don Gabriel, más la compra de mineral a terceros, de manera de alimentar una planta de procesamiento a razón de 5.000 t/día aproximadamente. El mineral será procesado mediante el método de lixiviación en pilas (LX), extracción por solventes (SX) y electro obtención (EW), obteniendo como producto final cobre en la forma de cátodos. Para la extracción del mineral se utilizará los métodos convencionales de explotación subterránea y a rajo abierto. El mineral será transportado mediante camiones hacia la planta de chancado, mientras que el material estéril será dispuesto en botaderos.

Estrategias de la empresa

La estrategia de la empresa en nuestros territorios se ha enfocado en entregar ayudas mínimas, acondicionando su apoyo a la entrega de recursos. De los compromisos que la empresa ha realizado con instituciones de nuestras comunidades podemos mencionar el Convenio II etapa,

Junta de Vigilancia del río Chalinga, mejoramiento del sistema de abastecimiento de agua para consumo humano, Manquehua, y mejoramiento canal El Boldo, Chuchiñi.

Eso es hasta ahora la "responsabilidad social empresarial" de Vale en nuestros territorios, pero lo que más exigimos, como organizaciones y comunidades refiriéndose a la verdadera "responsabilidad social empresarial", es que la información como derecho humano sea clara y precisa por parte de la empresa ante los proceso que se están viviendo, que la información sea igual para todos. Es decir que, si la intervención de la empresa en instituciones relevantes de nuestros valles, como son comunidades de agua, la empresa debe dejar en claro que es solamente por un hecho fundamental, que el agua para su proceso industrial es tan necesario como para los habitantes del valle de Chalinga y Chuchiñi para el consumo y agricultura. Las acciones que hoy hacen son para regular estos procesos complejos de obtención de este recurso tan vital , y así facilitar cuando requieran adquirir más derechos de agua en el futuro, lo puedan hacer sin ninguna oposición.

Más allá, una de las estrategias comunes de estas grandes industrias mineras son el formar fundaciones, que en este caso en nuestras comunidades, la empresa ofrece un monto anual de US$ 100.000 por al menos 10 años desde la constitución y formalización legal de la fundación que lo administrará. La inversión se focalizará en las localidades del área de influencia del proyecto, es decir, Manquehua, Chuchiñi y Cárcamo. La creación de esta fundación es una forma que encuentran las empresas para validarse ante la intervención que realizaran en nuestras comunidades, compra voluntades ofreciendo proyectos a medio plazo que no resuelven los problemas sociales y económicos del nuestros territorios. La captación de líderes sociales y comuneros se enmarcan en ofrecer puestos directivos en la Fundación a representantes de las comunidades afectadas directamente por el proyecto

Relación con el gobierno

La empresa contrata a ex funcionarios públicos que tienen relación directa con el gobierno central y regional, haciendo lobby político antes de obtener la aprobación de su estudio de impacto ambiental.

El gobierno local es un facilitador de las empresas privadas, en especial las mineras, por que a través de ellas obtienen su financiamiento para su gestión interna, obteniendo recursos para el financiamiento de pequeños proyecto, con fondos sectoriales del gobierno y aportes del privado. Este modo de "desarrollo" es legitimado por el Alcalde de turno de la comuna, lo que significa una nula fiscalización a los procesos mineros existentes ante la intervención de nuestros territorios, dejando de lado su principal rol de proteger y resguardar el patrimonio natural social y económico de la ciudadanía que le dio su representatividad.

El gobierno de Chile juega un rol de mediador entre la empresa privada y la sociedad civil, su rol fiscalizador y protector de nuestros recursos es limitado y deficiente, la institucionalidad ambiental en su rol fiscalizador no entrega la seguridad necesaria para someter a la empresa a dar cumplimiento a los compromisos establecidos en la Resolución de Calificación Ambiental. Todo esto está sujeto a la deficiente ley de base del medio ambiental Chilena 19.300.

Acción jurídica

Hemos iniciado una acción de Recursos de Protección a través de Tribunales y Corte Suprema de Chile. El Recurso de Protección se colocó en contra de la COREMA (Comisión Regional del Medioambiente) con el objeto de detener los permiso que este organismo del Estado de Chile aprobó. Este fue acogido en un principio el cual estaba con orden de no innovar, lo que permitió paralizar la empresa por un tiempo. Pero la empresa solicitó hacerse parte del proceso lo cual fue acogido, obteniendo un fallo favorable a la empresa y a la COREMA de Chile. Apelamos al fallo pero no tuvimos éxito.

Conflictos sociales con Vale en Chile

En Chile, el proceso por el cual se obtiene el permiso ambiental se llama Evaluación de Impacto Ambiental, coordinado por el Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental (SEIA). La empresa Vale lleva en nuestros territorios desde del año 2006, con las prospecciones mineras en el valle de Chalinga, ingresando al sistema de evaluación de impacto ambiental una Declaración de Impacto Ambiental (DIA) sin participación de la ciudadanía, ya que la ley de base 19300 no lo estipula. Solo estaba en conocimiento de las autoridades, sin ninguna información a la población con respecto a la intervención que la empresa haría en nuestros territorios. Desde ese momento la comunidad se organizó y movilizó. En octubre del 2007 la empresa Vale ingresa al SEIA un estudio de impacto ambiental (EIA) deficiente, sin una línea de base del territorio que garantice la protección de los recursos naturales y la salud de las personas. El objetivo principal de la empresa era comenzar sus operaciones en segundo semestre del 2008, pero la comunidad se opuso a que el proceso industrial quedara a 500 metros de la población, y logra que la empresa retire su estudio de impacto ambiental del sistema en julio del 2008. A los pocos meses en noviembre del 2008 la empresa ingresa un nuevo estudio de impacto ambiental llamado Tres Valles, solo se diferencia del otro estudio por su nombre, ubicación de uno de sus procesos mineros (industria del proceso del cobre Pilas de Lixiviación) y la inversión que varía de 90 millones de dólares a 120 millones de dólares. Este aumento de la inversión no se debe a que la empresa mejoró su línea de base del estudio, sino más bien, alude a que la extracción del mineral quedara a mayor distancia de la industria de procesos.

El cambio de posición de la industria significa que su intervención será aun mas aberrante que en su estudio anterior. La gente de la comunidad ahora intervenida se movilizó y se organizó en conjunto con las demás organizaciones que ya venían luchando para que el proceso industrial no queda en el valle, ni que la extracción de nuestros recursos sea de manera indiscriminada. La participación de las personas en este nuevo proceso fue aun mayor, se lograron realizar más 1500 observaciones ciudadanas al proyecto, inédito en nuestra región ante una evolución de un estudio de impacto ambiental realizado por una empresa minera.

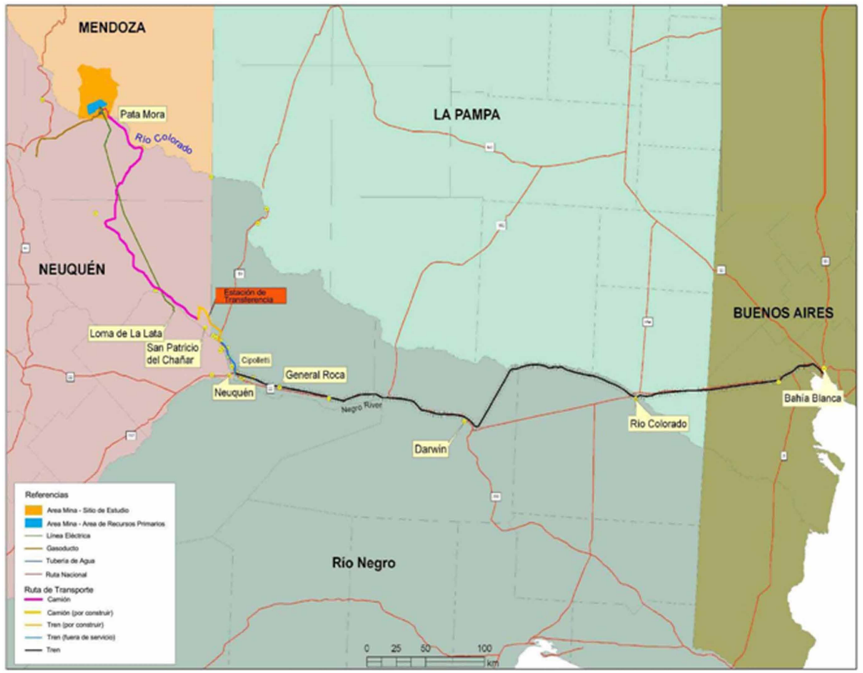
La pelea fue ardua, la empresa obtuvo su Resolución de Cualificación Ambiental (RCA) por parte de las autoridades del gobierno de la Concertación. Pero lo más relevante de este proceso es que más de mil personas tienen en sus manos el documento oficial del permiso ambiental, la RCA, donde se estipula lo que la empresa debe cumplir ante la autoridad ambiental competente, compromisos técnicos, sociales y ambientales que debe cumplir por norma, o serán penalizados. Este es el trabajo desde ahora que nuestras organizaciones deben hacer contraloría social hacia la empresa Vale, y que si bien la participación ciudadana en este proceso no es vinculante a la decisiones que toman otro, tenemos el derecho a saber los pasos que debe cumplir la empresa privada para el resguardo de nuestra salud y recursos naturales.

VII - Vale en Argentina: Conflicto en el proyecto Potasio Río Colorado

El proyecto Potasio Río Colorado S.A. tiene lugar en el extremo sur del departamento Malargüe – provincia de Mendoza – Argentina, 690 km al sur de la capital provincia. La minería se da por disolución y bombeo del mineral, mediante batería de cientos de pozos de 1.200 m de profundidad (no es subterránea tradicional). Los minerales son extraídos son solución de silvinita, mezcla de 100 partes de cloruro de potasio y 121 de cloruro de sodio, que luego serían separados por cristalización diferencial. El ClK sería el producto comercializado, el ClNA quedaría acumulado como residuo (120 millones de toneladas). Este residuo podría ser reinyectado en las cavernas que se formarán en el subsuelo.

A fines de enero de 2009, la empresa Rio Tinto vendió el proyecto Potasio Rio Colorado a la minera Vale. La mina aún no esta construida. El gobierno de Mendoza emitió Declaración de Impacto Ambiental, en agosto de 2009, aprobando el proyecto. Pero faltan aún varios permisos específicos, en particular su factibilidad energética. Una vez en operación, Vale prevé que la explotación dure como mínimo 40 años.

El proyecto minero se enmarca en un fuerte crecimiento de la demanda de fertilizantes, por el boom de los biocombustibles. Según la empresa, se utilizaron 52 millones de toneladas de potasio mundialmente en el año 2005. La producción se destina casi totalmente a exportación a Brasil. El mercado de destino sería la agricultura brasileña, especialmente en cultivos de soja y caña de azúcar (en torno a 60% de la demanda de ClK).



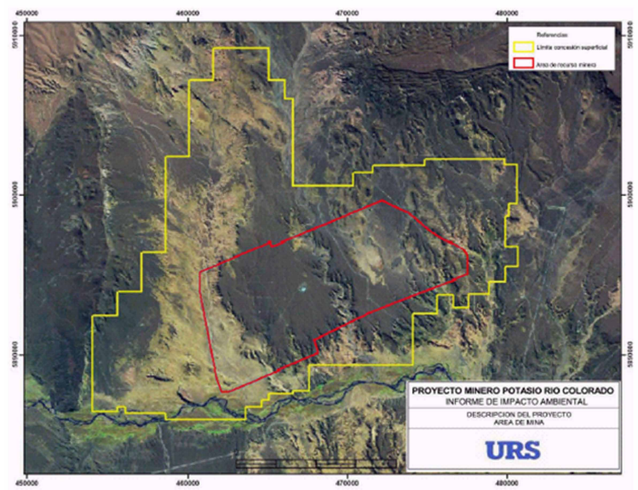
Área concesionada

Potasio Río Colorado S.A. es dueña de las propiedades superficiales que se extienden más allá de los límites de la concesión minera, en el sur de la provincia de Mendoza, siendo su extensión aproximada unas 80 mil hectáreas. Amarillo: área concesión superficial. Rojo: área recurso minero 10.000 km2.

Comunidades afectadas

Rincón de Los Sauces, capital del Departamento Pehuenches, al extremo noreste de la provincia del Neuquén, es la más ciudad más cercana al proyecto minero. Cuenta con unos 25 mil habitantes. Es parte de la cuenca del norte de Neuquén, que cuenta con importantísimos yacimientos de petróleo y gas (que aportan la mitad del total de la producción hidrocarburífera de Argentina). Rincón de Los Sauces ha sido declarada Capital Nacional de la Energía. Muy cerca de la ciudad se han encontrado ejemplares de Titanosaurios, lo que ha generado una incipiente actividad paleontológica y turística. Hay una histórica disputa entre La Pampa (que está aguas abajo) y Mendoza por la administración de los ríos compartidos Atuel y Colorado.

Figura 2. Límites de la superficie concesionada y área de recursos de explotación



Impactos ambientales

La explotación impactaría sobre la flora y fauna del sitio, el caudal del río Colorado, y emitiría 840.000 toneladas anuales de CO2.

El daño principal de este proyecto es el potencial riesgo de salinización del río Colorado, una de las cuencas más importantes de Argentina. Otro perjuicio considerable es el enorme consumo de gas del proyecto (si esa fuera finalmente su fuente de energía), que pone en riesgo las limitadas reservas de gas del país.

Una pila de sal de 210 hectáreas y 50 metros de altura, de unos 100 mil millones de kilos, será abandonada a 17 Km del Río Colorado, a perpetuidad, constituyendo el mayor pasivo ambiental de la provincia. Además del riesgo sísmico, no se ha estudiado el poder erosivo del poderoso viento sonda sobre las pilas de sal, ni su capacidad para transportar el mineral hacia el río.

El río Colorado es un curso de agua dulce, muy importante para la extensa región seca que atraviesa. Recorre 5 provincias (Neuquén, Mendoza, Río Negro, La Pampa y Buenos Aires), otorgando a sus habitantes agua para consumo humano, actividades recreativas, entre otros usos. A los productores de la zona, aporta agua de riego, fundamental recurso para la producción. No solo los pueblos pequeños y medianos de estas provincias toman de su agua, sino que también sustentaría, con el proyecto de abastecimiento de agua desde Río Colorado, a grandes ciudades

como por ejemplo Bahía Blanca, Punta Alta, Santa Rosa y otras como Médanos, Algarrobo, Cerri y Buratovich.

La formación geológica que posibilita el proyecto Potasio Río Colorado continúa en la provincia de Neuquén, donde VALE ya posee derechos mineros y realiza estudios desde hace varios años. Además hay otras empresas operando en la zona, como la alemana KS. De modo que el proyecto PRC es más bien un gran distrito minero, con lo cual los impactos podrían multiplicarse.

Licenciamiento ambiental

Hubo consulta y audiencia pública, pero no fueron vinculantes. Algunas objeciones planteadas durante la audiencia pública, y por el dictamen sectorial del Consejo Provincial del Ambiente, quedaron sin respuesta de la autoridad de aplicación que emitió la DIA.

Consumo de energia

Potasio del Río Colorado consumirá 78 Megavatios, equivale al 0,5% de la energía instalada en el país. La energía la obtendrá de la planta termoeléctrica de Loma de La Lata, en Neuquén.

Todavía no está claro cuál es la factibilidad energética del proyecto PRC, y esto ha sido una de sus principales dificultades. Rio Tinto propuso instalar una usina a gas, pero la provisión del combustible para satisfacer una enorme demanda durante 30 años no está asegurada. También se habló en un momento de instalar una usina a carbón. Recientemente, la idea de la empresa minera es obtener la energía de la línea de alta tensión Comahue-Cuyo que construye el gobierno nacional, para lo cual propuso construir una línea de alta tensión de 120 kilómetros de extensión.

Uso de agua

El proyecto propone utilizar 86,4 millones de litros de agua diarios (1 m3 por segundo), tomados del río Colorado (distante a unos 7 kilómetros de la base del yacimiento y una de las cuencas interiores más importantes de Argentina), durante unos 30 años. El río es administrado por el Comité Interjurisdiccional del Río Colorado (COIRCO), integrado por representantes de las cinco provincias que atraviesa, que es la máxima autoridad sobre su administración. Como referencia, la ciudad de Santa Rosa, capital de La Pampa, con más de 100 mil habitantes, consume 32 millones de litros al día.

VIII - Vale en Cajamarca (Perú)

A partir del año 2003 la empresa minera Miski Mayo S.A.C., subsidiaria de Vale do Rio Doce, inicia bajo el nombre "La Morada" un emprendimiento minero en Cajamarca, Perú. El ámbito del proyecto incluye áreas de los distritos de Pedro Gálvez, Cachachi, y Jesús, provincias de San Marcos, Cajabamba y Cajamarca, respectivamente. Desde el año 2005 Miski Mayo conduce el megaproyecto "Bayóbar" en Sechura, Piura con la finalidad de explotar yacimientos de fosfatos.

Violencia paramilitar y criminalización de la protesta

En Noviembre 2006, el Ministerio de Energía y Minas aprueba la Declaración Jurada del proyecto de exploración minera "La Morada" presentado por la Compañía Minera Miski Mayo S.A.C. En Abril 2007, Miski Mayo inicia trabajos de exploración en el caserío de Huayanmarca, y obtiene permiso de la Administración Técnica del Distrito de Riego Cajamarca, para el uso de las aguas de la quebrada Huayanmarca.

A pedido de los pobladores locales, la Comisión de Gestión Ambiental Sostenible del Gobierno Regional de Cajamarca realiza una visita a la zona del proyecto, en su informe se afirma: "(...)nuestra principal sorpresa e indignación fue encontrar gente armada con escopetas, "cubiertas"(sic) el rostro con gorros pasamontañas, etc. que resguardaban el cerro y a los trabajadores de la Empresa (…)". Durante la inspección los pobladores hicieron preguntas sobre el origen de las armas, quedando registrada en el acta de la visita la siguiente afirmación "(...)

hizo uso de la palabra el Presidente de Rondas Campesinas quien utiliza los chalecos y las armas y preguntaron que por que utiliza armas y dijeron que no eran de ellos o sea de los ronderos si no más bien de la compañía minera (…)".

Miembros armados de "cuadro de defensa".
(Fuente: Diario La República)

El diario La República emprende una investigación en la que profundiza lo que denomina "(...) una estrategia impositiva y violatoria de los derechos de una veintena de [centros] poblados menores de tres distritos cajamarquinos (...)" cuyas conclusiones fueron: La empresa Minera Miski Mayo ha recurrido a la formación de "cuadros de defensa", contratando para ello a personas con antecedentes penales. Algo más preocupante aún: el grupo de defensa ha sido provisto de armas de fuego.

En febrero 2007, José Lezma (Líder del Frente de Defensa de Ecología y Medio Ambiente de la Cuenca del Río Cajamarquino) fue abordado intempestivamente por Isidoro Fernández, funcionario de Minera Miski Mayo. Lo emplazó con dos sujetos armados, los que flanquearon al sorprendido dirigente en un claro acto de hostigamiento y amenaza.

En Septiembre de 2007, se realiza una "Marcha de Sacrificio" de los pobladores hacia la ciudad de Cajamarca. A raíz de las protestas varios líderes fueron criminalizados. A principios del 2009 y después de dos años el Fiscal ha solicitando al Juzgado penas entre seis y siete anos de prisión para campesinos, líderes ambientales y un Consejero Regional, que supuestamente participaron de la toma de carretera, además de una reparación civil de S/. 20,000.00 Nuevos Soles que deberán cancelar de manera solidaria los denunciados.

En Enero de 2008, el Juzgado Mixto de la Provincia de San Marcos (Cajamarca) ordena la captura de Isidoro Fernández Chiroque y Mauro Quispe Barrios, ambos funcionarios de Miski Mayo por Homicidio Simple en grado de Tentativa43.

En Marzo de 2009, Genaro Roncal Herrera, Coordinador del Frente de Defensa del Río Cajamarquino, manifestó haber sido retenido contra su voluntad, por un grupo de 10 personas. Según Roncal y algunos de los testigos que presenciaron los hechos, acusaron a dichas personas como "personal" de la empresa minera Miski Mayo.

Chanel Ruíz, consejero regional por la provincia de San Marcos, manifestó su preocupación ya que la empresa minera Miski Mayo habría iniciado sus trabajos de exploración en el cerro Mogol, resguardados por un grupo de policías contratados por la empresa.

En Agosto de 2009, María Chumpitaz, jueza del Juzgado Mixto de San Marcos, sentenció a cuatro años de pena suspendida y al pago solidario de dos mil soles por reparación civil, a líderes comuneros del valle de Condebamba, procesados por el delito de entorpecimiento de los servicios públicos en forma agravada en el 2007. Chumpitaz, no pudo demostrar que los dirigentes campesinos provocaron el hecho y optó por imponer la forma simple de delito que dio lugar a la carcelería suspendida.

Identificación de malas prácticas y políticas de la empresa Miski Mayo

Si bien introducir tensiones entre las poblaciones locales para viabilizar proyectos mineros es una mala práctica largamente documentada, es la primera vez que en la región uno de los grupos recibe armamento, lo que refleja una política extremadamente perjudicial y peligrosa. No se trata de un hecho fortuito, pues los funcionarios pretendían asignar a las poblaciones locales el rol de "servicio de seguridad" bajo la dirección aparente de delincuentes que actuarían en estrecha coordinación con funcionarios de la empresa, como en el caso del Comité de Autodefensa

43 Expediente 2008-0005.

de Huayanmarca que además recibe el auspicio del Ministerio del Interior del Perú. Este tipo de prácticas denominadas "germen paramilitar" tienen efectos devastadores en la gobernabilidad local, siendo negativos incluso para los propios emprendimientos mineros.

Se verifica que la empresa desarrolla acuerdos con personas que poco o nada tienen que ver con las implicancias de los mismos, en este caso es notorio que muchas de las personas que firmaron las actas no poseen ni propiedades ni intereses en las zonas de influencia (como el caso de los profesores de la escuela). En este caso las protestas iniciales surgen del descontento ocasionado por afectaciones que no fueron consentidas o que no surgieron de un nivel mínimo de negociación que fuera considerado justo por los pobladores.

De acuerdo a los documentos analizados, las pocas reuniones realizadas por la empresa con las poblaciones locales en lugar de centrarse en buscar niveles aceptables de negociación con los afectados en la etapa de exploración estuvieron basadas en ofrecimientos supuestas ventajas. Tratar de obtener permisos haciendo pasar las obras necesarias para el proyecto (como los accesos) como si fueran los "grandes aportes de la empresa al desarrollo local" es además de oportunista muestra del poco compromiso con los verdaderos procesos de desarrollo.

Las intervenciones públicas de los funcionarios han sido mínimas, sus declaraciones a medios de comunicación que permitan aclarar los hechos ha sido nula. La empresa no ha respondido a las denuncias contribuyendo a generar mayor desconfianza.

Los documentos presentados durante los encuentros con autoridades son incompletos, incluso evidencian mayores faltas que las que originaron el conflicto, porque no dejan claro si la empresa contaba con los certificados de viabilidad ambiental en las zonas donde habían iniciado la construcción de plataformas de perforación. Estas dudas aún no han sido aclaradas. Para muchos pobladores y autoridades locales la empresa confía solamente en su estrecha relación con autoridades nacionales. Esta percepción en un momento de dramática disminución de la aprobación al gobierno central contribuye a deteriorar aun más la imagen de la actividad minera a nivel regional.

IX - A Ofensiva da Vale no Canadá

A história da Vale no Canadá é a história da resistência dos trabalhadores ao poder do capital globalizado. Desde julho de 2009, o sindicato dos mineiros — o United Steelworkers — trava um luta implacável com a Vale-Inco, subsidiária da Vale. Ao ser escrito este relatório, 3.500 trabalhadores de 3 comunidades canadenses estão em greve há 8 meses contra a Vale-Inco.

Atualmente a Vale tem operações em quatro locais no Canadá: Sudbury, Ontario; Port Colborne, Ontario; Thompson, Manitoba; e Voisey's Bay, Newfoundland. De modo a cumprir acordos firmados com o Governo Provincial, ela também está construindo uma nova unidade de processamento de níquel em Newfoundland.

Antes da Vale Chegar no Canadá

A jazida mineral de Sudbury é uma das mais ricas do mundo. Níquel é extraído lá há mais de 100 anos. Os trabalhadores da Inco, representados pelo sindicato United Steelworkers, são conhecidos no Canadá por sua militância e lutas históricas em favor de direitos trabalhistas, saúde e segurança, melhores salários e planos de pensão de qualidade. Os acordos negociados entre o United Steelworkers e a Inco estabeleciam precedentes e frequentemente serviam de parâmetro para outros acordos coletivos negociados no Canadá. O USW fez e venceu diversas greves difíceis contra a Inco, mas ao entrar a década de 1990, o sindicato e a empresa haviam estabelecido uma relação madura e respeitosa — nem sempre concordando sobre tudo mas capazes de trabalhar

em conjunto. Os salários estipulados nos acordos do USW elevaram os mineiros e suas famílias à classe média e passaram a formar um pilar econômico chave para a comunidade de Sudbury. O plano de pensões negociado pelo USW permitiu que os trabalhadores continuassem a participar na comunidade com uma renda estável e digna durante suas aposentadorias.

Os benefícios da mineração nem sempre foram compartilhados por todos. Continuaram a haver questões relativas à mulher, aos povos indígenas, aos jovens e ao meio ambiente. Historicamente, Sudbury era conhecida por sua paisagem devastada. Esta foi recuperada após a empresa ceder a pressões por parte da comunidade, do sindicato e do mundo da política, com a instalação de equipamentos de controle de poluição, bem como com a construção da superstack, a super-chaminé. Grupos comunitários e o sindicato continuaram a exprimir suas preocupações quanto aos níveis de contaminação dos solos, e têm defendido melhorias em termos de análise, monitoramento e reabilitação.

A Vale Compra a Inco em 2006

No segundo semestre de 2006, a CVRD comprou a Inco por US$ 18,9 bilhão. O Governo do Canadá permitiu que a Vale concluísse o negócio com base num Acordo de Investimento, que estipulava que a compra deveria trazer benefícios para o país. Entretanto, este acordo permanece secreto apesar de repetidos apelos do sindicato. Nem a empresa, nem o governo liberaram consultas ao documento. Uma promessa que foi, sim, feita publicamente, foi a de que não haveria demissões por 3 anos. A Vale descumpriu essa promessa quando suspendeu as operações em 2009.

Com a compra da Inco, a Vale verdadeiramente se tornou um gigante da mineração, a segunda maior empresa do mundo neste ramo. Ela tem dado muito lucro: US$ 13,2 bilhões em 2008 e US$ 5 bilhões em 2009.

2009 – A Vale Ataca os Direitos e a Remuneração dos Trabalhadores

Com o colapso econômico global, a Vale adotou outra estratégia. Em 2009, quando a Vale começou a negociar acordos coletivos com o sindicato em Sudbury, Port Colborne e Voisey's Bay, ela usou a crise econômica como desculpa e passou a atacar os direitos e a remuneração dos trabalhadores. Esses retrocessos foram exigidos a despeito do fato da empresa tem lucrado mais de US$ 4 bilhões nas operações da Inco entre 2006 e 2008.

Talvez a direção da Vale tenha concluído que pagou um preço alto demais pela Inco (num momento em que os preços de metais estavam extraordinariamente altos). A Vale não levou em consideração o fato de que os preços poderiam cair e agora exige que os trabalhadores e comunidades canadenses paguem pelo seu erro. A Vale quer fazer com que as pessoas creiam

que o problema é o custo do trabalho, ao invés dos preços de commodities abaixo do esperado, combinados com o custo de aquisição da Inco (que ela não deveria ter pago). A Vale quer manipular uma situação econômica temporária para impor a filosofia de que as empresas têm apenas um dever limitado de compartilhar de forma expressiva seus ganhos com os trabalhadores, e de que não têm responsabilidades de longo prazo para com os trabalhadores e suas comunidades.

As exigências da Vale incluem: uma redução no abono vinculado ao preço do níquel; a eliminação do plano de pensão tradicional (com benefícios definidos) para novos funcionários; e uma redução dos direitos dos trabalhadores no local de trabalho quanto ao agendamento e a alocação de tarefas. Ao mesmo tempo, a Vale tem falado em reduzir ainda mais o número de empregos e já começou a implantar um sistema global de compras de insumos, cortanto, assim, seus laços com muitas empresas locais de serviços de mineração.

O ataque da Vale aos trabalhadores não pode ser justificado pela crise econômica. O abono do níquel foi projetado para compartilhar parte dos lucros com os trabalhadores quando os preços do metal estão fortes. Quando os preços estão em baixa, isto é, quando a empresa pode estar economicamente vulnerável, o abono fica zerado. Da mesma forma com a demanda quanto ao fundo de pensão: a mudança que a empresa quer não lhe gerará quaisquer benefícios financeiros expressivos, particularmente nos próximos anos, mas aumentará a preocupação dos trabalhadores com relação à segurança de suas aposentadorias. Mesmo se os trabalhadores dessem à Vale tudo que ela pede, e se os preços do níquel ficarem mais ou menos como estão (por volta de 9 dólares por libra) o custo de produção da empresa cairia não mais que 5 centavos por libra. Para uma direção obcecada com a maximização dos lucros, para uma empresa que tenciona espremer cada centavo de lucro para si, isto pode parecer importante, mas na realidade uma redução de custos de cinco centavos por libra afetaria apenas minimamente os lucros da multinacional. Por outro lado, o efeito das exigências da Vale, que constituem retrocessos, sobre a renda dos trabalhadores e sua segurança na aposentadoria seria dramático para as economias locais das comunidades em questão.

Durante a greve, os trabalhadores não recebem salários da empresa. O sindicato fornece uma verba semanal para os grevistas que vem do Fundo de Greve e Defesa da entidade. Mas ela equivale a menos de 20% do salário-base. Após meses fazendo piquete, os grevistas, suas famílias e comunidades estão pagando um preço muito alto por sua resistência heróica à Vale.

A Agressiva Estratégia Anti-Sindical da Vale

A estratégia de greve da Vale é agressivamente anti-sindical e provocadora. Logo após o começo da greve, a Vale trouxe para Sudbury uma empresa de 'segurança' chamada AFI, que intimidou e assediou os trabalhadores sindicalizados da seção local 6500 do USW. A Vale tentou

limitar o direito do sindicato de montar e manter piquetes. Ela está processando o sindicato e sua liderança, buscando indenizações milionárias, e lançando mão de uma tática sem precedentes: processar membros do sindicato individualmente. A Vale anunciou que operará as minas e usinas de processamento com "trabalhadores substitutos", isto é, com fura-greves! Seria a primeira vez desde a formação do sindicato em Sudbury que a direção da empresa tenta produzir durante um conflito trabalhista. A Vale inclusive já demitiu alguns grevistas e deixou bem claro que estes funcionários nunca voltarão a trabalhar lá.

No final de fevereiro de 2010, a Vale e o USW voltaram à mesa de negociação a pedido de um mediador do governo. O sindicato negociou, mas a Vale se dispôs apenas a fazer as mais mínimas mudanças à sua posição. Tanto é que quase 90% dos sócios da seção 6500 do USW votaram a favor da continuidade da greve. Num esforço para terminar a greve, o sindicato propôs que a disputa fosse submetida a um processo de arbitragem obrigatória supervisionada pelas autoridades governamentais (uma espécie de tribunal trabalhista). Mas a Vale permanece arrogante e inflexível, e rejeitou esta proposta também.

A Vale é comandada por uma direção que finge praticar a responsabilidade social empresarial, mas rejeita qualquer mecanismo que possa vir a limitar seu poder e desafiar suas definições de 'responsabilidade'. A Vale parece querer desestabilizar, enfraquecer ou destruir qualquer organização democrática que possa agir como um contra-peso a ela.

Os trabalhadores estão determinados, hoje e sempre, a manter sua solidariedade – "Um dia a mais, um dia mais fortes".

X - Enfrentando Redes de Poder Corporativas: comunidade envenenada por refinaria da Vale Inco exige justiça (Canadá)

Meu nome é Diana Wiggins e em 1991 eu comprei uma casa em Port Colborne, Ontario, Canadá. Naquela época, minha filha tinha três anos. Em 1993, eu tive outro filho. Minhas duas crianças frequentavam uma escola pequena e tranquila e brincavam nas ruas e jardins.

No final de 1999 e início de 2000, foram publicados alguns artigos no jornal local sobre o "o tema da contaminação" na nossa cidade. Houve um anúncio público que convocava a populaçao a participar de um comitê que estava sendo criado como parte de um processo conduzido pela companhia Inco, chamado de Avaliação Participativa de Risco pela Comunidade (Community Based Risk Assessment - CBRA). Esse CBRA tinha como objetivo avaliar toda a comunidade e promover pesquisas científicas para detectar os riscos à saúde humana, às plantações, ao meio-ambiente e à desvalorização das propriedades causados pela contaminação pelo níquel. Eu morava no interior, há vários quilômetros das chaminés da Inco, e imaginava como isso poderia estar afetando a minha família. Em breve eu me dei conta de como essa poluição poderia afetar seriamente a todos nós.

Em março de 2000, meu filho trouxe para casa uma publicação da escola que convocava para uma reunião sobre a contaminação do solo no terreno de propriedade da escola. Eu queria informações confiáveis sobre essa contaminação. Infelizmente, parecia que as autoridades municipais e os diretores da escola que estavam na reunião estavam deliberadamente subestimando os níveis de níquel, cobre e cobalto na água que as pessoas bebiam na escola.

Nos meses seguintes, nós da comunidade fizemos nossa própria pesquisa. Meu filho fez um exame de urina para medir a quantidade de níquel. Porém, quando eu fui buscar os resultados com o pediatra do meu filho, ele foi evasivo. O pediatra não conseguia olhar nos meus olhos, manteve-se de costas para mim e disse que ele "não teria autorização para falar sobre aquele assunto comigo."

Por várias décades, Inco vem lançando "um líquido verde" (níquel eletrolítico - electrolyte nickel) no subsolo dentro de um aquífero que passa embaixo de sua propriedade, na bairro conhecido como Rodney Street. Mas com o tempo, desenvolveu-se uma rachadura no alicerce. No ano 2000, esse "líquido verde" estava sendo lançado dentro do lençol freático e do Welland Canal, de onde a Cidade de Port Colborne retira a sua água para beber. O mesmo líquido era lançado também no Lago Erie (Lake Erie) e nas áreas ao redor. Quando nós questionamos a sobre a qualidade de nossa água potável, disseram-nos que a quantidade de níquel (substância notoriamente carcerígena) que era encontrada em nossa água nao excedia os limites impostos pelas normas da província de Ontário. Essa observaçao é tecnicamente correta, mas está equivocada. Na verdade, não há normas provinciais que tratam sobre a quantidade de níquel em água potável.

Em junho de 2000, dois moradores do bairro Rodney Street, Ellen Smith e seu marido Craig Edwards, solicitaram ao Ministério do Meio Ambiente do Canadá um exame de solo no terreno onde ficava a sua casa. Quando os resultados vieram a público – mostrando que sua propriedade continha entre 14.000 e 16.000 partes por milhão de níquel e mais de 600 ppm de chumbo- Ellen e Craig ficaram atônitos e preocupados. Rapidamente, Ellen começou a pesquisar sobre esses metais pesados, seus efeitos, e o que aquilo realmente significava para a sua família. De acordo com Ellen, "Inicialmente nós estávamos pasmos, escutando o agente de saúde que nos aconselhava a não permitir que nossas crianças brincassem no jardim por causa dos altíssimos níveis de níquel, arsênico, cobalto e chumbo que os exams do Ministério haviam revelado". Os dois meninos de Ellen, que naquela época tinham oito e três anos de idade, passavam boa parte de seus dias brincando nos jardins de sua casa e de seus vizinhos. Agora, o acesso às áreas em que as crianças brincavam teria que ser restringido. Conversando sobre os efeitos sobre a saúde de sua família, Ellen explicou que seus dois filhos "não podem ser crianças desfrutando o entorno de suas prórpias casas, seja dentro ou fora... Eu me sinto pessoalmente violada por aqueles nos quais nós confiamos a tarefa de proteger nosso meio ambiente e a nossa saúde. Como uma mãe que vê seus filhos crescendo, eu estou enojada e sem palavras para explicar o sentimento de não saber o quê o futuro reserva para meus filhos".

Em setembro do ano 2000, eu comecei a participar das reuniões da CBRA. Com o passar do tempo, foi ficando cada vez mais claro que nada seria feito para garantir a saúde das pessoas que conviviam com níveis tão altos de contaminação. Eu não confiava nesse processo que era patrocinado pela companhia. Nesse momento eu me dei conta de que havia um relatório de fitotoxidade (phitotoxicity report) produzido a pedido da escola de meu filho e resultados extensivos de exams de solo na área de Rodney Street. Nenhum deles estava disponível para o público. Um mês depois, eu descobri que funcionários do Ministério do Meio Ambiente estavam promovendo encontros de comunicação estratégicos sobre como lidar com os moradores de Port Colborne e com as nossas preocupações acerca da contaminação do meio ambiente.

Durante uma atividade pública em novembro de 2000, um cientista do Ministério do Meio Ambiente fez uma apresentação para os moradores de Port Colborne. Embora os registros oficiais não reproduzam fielmente o que foi dito por ele, um artigo de jornal que foi escrito por um repórter do Toronto Star continha o seguinte:

> *"o silêncio chocante foi quebrado por Al Kuja, um cientista do ministério do meio ambiente, que se tornou muito conhecido aqui por sua contribuição nas pesquisas com os solos de Port Colborne, para os estudos extensivos que o ministério realizou em 1998 e 1999. "Eu posso vir a ter problemas por causa disso, mas há algo grave acontecendo" disse um Kuja bastante preocupado. "Existem áreas em que cada casa tem ao menos uma pessoa doente, em cada família alguém tem alguma coisa – câncer, erupções na pele, leucemia... Eu pessoalmente acredito que há alguma coisa errada".*

Eu fui para a secretaria de saúde do município com a intenção de buscar uma cópia do relatório de fitotoxidade que havia sido produzido para a escola de meu filho. Permitiram que eu entrasse na sala do secretário de saúde. Havia outras pessoas em volta atentas a cada um de meus movimentos. Eu fiquei impressionada com a quantidade de papéis, incluindo uma estante inteira dedicada somente à Inco. Embora eu não tenha conseguido o relatório feito para a escola, eu descobri que havia um estudo na Península de Niágara que comparava um elevado número de ocorrências de câncer naquela área. Eu voltei no dia seguinte, mas os funcionários da secretaria de saúde não permitiram que eu visse o conteúdo do relatório. Desde então, a secretaria tem se negado a confirmar que tal relatório existe.

Em fevereiro de 2001, nós já tínhamos falado com advogados, ouvidores, especialistas de qualidade do ar e muitos outros tipos de técnicos e cientistas, sendo que todos eles expressaram sua preocupação com a situação. Por exemplo, quando escutou sobre a situação em Port Colborne, uma toxicologista americano da Agência de Proteção ao Meio Ambiente dos Estados Unidos respondeu que ela não se sentiria confortável em ter suas crianças brincando nesse solo. Naquele momento, exames atestavam que o solo da escola chegava a níveis de 1200 ppm de níquel. Eu falei com os representantes da escola tentando convencê-los a fazer algo para proteger as crianças. A certa altura, eu tive uma conversa com um autoridade escolar em Niágara (membro do Niagara School Board), o qual era responsável pela saúde e bem-estar das crianças. Ele disse "Se eu fosse você, eu teria simplesmente mudado meus filhos de escola."

Eu respondi, “Isso resolveria o problema do meu filho... Mas e as outras duzentas crianças que frequentam a escola?”

Uma vez que as autoridades não estão deixando ninguém ficar ciente das estatísticas a respeito da contaminação, nenhum dos outros pais poderia estar consciente sobre os riscos de saúde que seus filhos estão correndo.

Depois de receber os conselhos de muitos especialistas, eu contatei a Associação Canadense de Direito Ambiental (Canadian Environmental Law Association). Com a ajuda deles, em março de 2001 foi dado início a uma ação judicial coletiva, com pedido de 750 millhões de dólares canadenses de indenização. A açao era contra a Inco, a Sua Majestade a Rainha (Her Majesty, the Queen), a Secretaria de Saúde de Niágara (Niagara Department of Health), o conselho diretivo de educação de Niágara (Niagara Catholic

School Board), o conselho diretivo distrital de Niágara (Niagara District School Board) e a municipalidade de Port Colborne. Desde então, acordos com todos os réus do processo -exceto a Inco– têm sido assinados. Com o Comissário de Meio-Ambiente de Ontário (Environmental Commissioner of Ontario), a Associação Canadense de Direito Ambiental (Canadian Environmental Law Association) e Amigos da Terra (Friends of the Earth) intervindo a nosso favor, nós fomos capazes de levar a Inco até a Corte Suprema do Canadá. Ainda que as pessoas que dissessem que nós nunca poderíamos ganhar uma batalha jurídica contra uma corporação tão poderosa como a Inco, elas estavam equivocadas. Em novembro de 2005 nossa ação foi reconhecida pelos tribunais como uma ação coletiva legítima. Foi a primeira vez na história do Canadá que uma ação coletiva foi aceita para tratar de um assunto como este. As audiências começaram no segundo semestre de 2009.

Uma semana depois de darmos entrada na ação, o governo provincial finalmente trouxe a público seu estudo sobre os riscos à saúde humana (Human Health Risk Assessment) a respeito das comunidades de Rodney Street. O estudo concluiu que níveis de 10.000 ppm de níquel no solo eram toleráveis. Essa afirmação estava em contradição direta com os parâmetros estabelecidos na Lei de Proteção Ambiental (Environmental Protection Act), a qual atesta que uma substância cancerígena classe A tal como o óxido de níquel, tende a ser nocivo em qualquer nível. Uma vez que o governo se gabava de que esse relatório tinha sido avalizado por especialistas internacionais, nós decidimos realizar encontros individuais com tais especialistas. Um ano depois, o relatório foi reformado. Ele ainda é falho quanto ao registro de muitos problemas de saúde que membros da comunidade comumente têm apresentado, incluindo erupções na pele, asma e câncer no pulmão – todos sintomas comprovadamente causados pela exposição ao níquel. Até o presente, essas preocupações nao foram assumidas pelo CBRA.

Durante todo esse período, Ellen e eu temos tentado estar o mais informadas possível sobre os temas relativos à contaminação de níquel na nossa comunidade. Nós seguiremos nessa luta até que a justiça seja feita, e que um meio ambiente seguro circunde nossas crianças, lavouras e nosso ambiente natural. Nós continuamos participando do processo CBRA, e fazemos o que está ao nosso alcance para que nossas vozes sejam ouvidas.

A escola que meus filhos frequentavam foi demolida e a respectiva área converteu-se em um terreno desocupado. Se escutarmos mais de perto, o inquietante vazio das risadas das crianças pode ainda ser ouvido por alguns de nós. Talvez algum dia, alguém com o poder de fazer alguma coisa pelo povo de Port Colborne escutará as nossas vozes—e verá as nossas lágrimas. Esperamos ansiosamente que finalmente chegue a nossa vez no tribunal.

Epílogo

Por muitos anos, moradores de Port Colborne envolveram-se em uma rede de pessoas que tinham sido afetadas pelas operações da Inco em todo o mundo. Em 2003, todos os que estavam envolvidos nessa rede internacional decidiram organizar um “Dia de Ação Global contra a Inco (“Global Day of Action Against Inco”), em outubro.

Eventos foram realizados simultaneamente em algumas cidades do Canadá, assim como na Austrália, Guatemala, Japão, Indonésia, Nova Caledônia (Goro), Estados Unidos e Reino Unido. Membros de comunidades atingidas pela Vale Inco continuam se comunicando e organizando ações de solidariedade para apoiarem-se uns aos outros em lutas comuns contra essa mesma companhia transnacional e para exigir justiça.

A cidade de Port Colborne está localizada ao norte do Lago Erie, na região de Niágara, ao sul da província de Ontário. O canal Welland divide a cidade nas suas partes leste e oeste, e atravessa a península de Niágara da cidade de Port Colborne até o Lago Ontário. A cidade de Port Colborne tem aproximadamente 18.450 habitantes. Port Colborne não tem operações de mineração em seu território, mas é gravemente afetada pelas refinarias de níquel e de minério de ferro da Vale Inco.

A refinaria da Vale Inco está localizada na parte leste da cidade, ao norte do Lago Erie. Há comunidades residenciais nas adjacências da refinaria, enquanto que terras agrícolas estão mais ao leste e nordeste.

A refinaria da Inco está em operação desde 1918. Um período de pico na produção de níquel se deu nos anos 1940. As operações para a produçao para o comércio de níquel electrolítico foram finalizadas em 1984. Entre 1918 e 1930, emissões de pó na atmosfera superavam a marca de 1.300 toneladas por ano, o que provocou o aumento significativo da presença de metais no meio ambiente local. Calcula-se que, com o passar dos anos, mais de 20.000 toneladas de óxido de níquel foram espalhadas pela área de Port Colborne.

De acordo com as normas do Ministério de Meio Ambiente da província de Ontário para areas residenciais, a quantidade de níquel no solo não deve extrapolar o limite máximo de 200 ppm. Em Port Colborne, há algumas áreas em que comprovadamente há mais de 20.000 ppm de níquel no solo. Tem sido demonstrado também que a maioria do níquel encontrado no solo está na forma de óxido de níquel. Óxido de níquel não somente é uma substância nociva, como também reconhecida como cancerígena pelas autoridades de saúde do Canadá (Health Canada).

A Inco tem reconhecido que o problema está relacionado com as emissões resultantes de suas operações, e vem conduzindo um processo de avaliação participativa do risco com a comunidade (Community Based Risk Assessment – CBRA), para avaliar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente do depósito desses resíduos no solo, na água e no ar.

foto: Diana Wiggins.

Diana Wiggins (à esquerda) e Ellen Smith (à direita) em frente à refinaria da Vale Inco em Port Colborne.

foto: Diana Wiggins.

Um saco plástico com uma amostra do solo contaminado de Port Colborne, que pessoas da comunidade entregaram aos acionistas da Inco durante sua Assembléia anual.

foto: Diana Wiggins.

Moradores de Port Colborne organizaram manifestações para publicizar suas preocupações sobre a Inco e a inércia do governo, em frente à assembléia legislativa da província de Ontario, em Toronto.

XI - Desenvolvimento, não destruição: carta aberta aos moradores de Long Harbour, Newfoundland e Labrador (Canadá)

Prezados Moradores:

A Aliança Sandy Pond (Sandy Pond Alliance) é uma organização recentemente constituída por cidadãos de Newfoundland e Labrador, e por experts oriundos de outras partes do Canadá que estão descontentes com a destruição continuada do meio-ambiente nas áreas que circundam locais de mineração e de siderurgia em nossa província.

O projeto de processamento de níquel em Long Harbour traz esperanças para uma área que necessita muito de desenvolvimento econômico e de geração de empregos. Nós apoiamos a realização de tal projeto, com a condição de que respeite as pessoas, comunidades e o meio-ambiente. Porém, nós nos opomos ao dano desnecessário ao meio-ambiente, em particular às lagoas naturais, grandes lagos e riachos. Esses tipos de habitat natural são únicos e não podem ser substituídos ou recuperados uma vez que são destruídos. Nós queremos que esse projeto se dê de maneira apropriada, para que nossos filhos e netos não herdem uma comunidade doente com seu meio-ambiente natural contaminado por substâncias tóxicas.

O problema fundamental desse projeto tem a ver com uma falha na Lei da Pesca (Fisheries Act). De acordo com tal legislação, seria ilegal despejar substâncias nocivas dentro de águas tradicionalmente relevantes para a pesca produtiva, mas, de acordo com uma subseção pouco conhecida das normas sobre os resíduos da mineração, um lago ou lagoa podem ser classificados como áreas de depósito de rejeitos ("tailings impoundment areas").

Quando o níquel foi encontrado pela primeira vez em Labrador em meados dos anos 90,

havia um grande debate no sentido de que dessa vez o desenvolvimento deveria ser "diferente" e deveria se dar em benefício dos cidadãos de Newfoundland e Labrador. Nós defendemos que tais benefícios devem ser tanto a curto quanto a longo prazo. No contexto atual, haverá muitos benefícios para os próximos 20 anos; contudo, quando a operação siderúrgica for finalizada, nos sobrará um depósito de rejeitos com características tóxicas (Sandy Pond) e assim herdaremos a responsabilidade de cuidar disso para sempre, como poucos recursos financeiros para fazê-lo (se houver). Seria isso o que queremos deixar para as futuras gerações?

Ambos os níveis de governo (provincial e federal) aprovaram esse projeto de processamento de níquel pela Vale Inco (Vale Inco's Hydromet Nickel Processing Plan), mas ainda há tempo de protestar e buscar alternativas que sejam menos destrutivas ao meio-ambiente. Se você também está descontente, você pode telefonar ou enviar uma carta para o seu parlamentar em níveis federal (MP), provincial (MHA) ou municipal (Town Council), e também para representantes da Vale Inco. Você pode também enviar uma carta para meios de comunicação para expressar o seu descontentamento, tentando promover uma mudança no método escolhido até agora para lidar com o lixo tóxico proveniente desse projeto. Por fim, pedimos a você que se junte ao nosso grupo e apóie nossos esforços para impedir a destruição de Sandy Pond e, por extensão, a destruição de todo e qualquer lago ou lagoa no Canadá através de alterações oportunas na Lei da Pesca (Fisheries Act).

Esse é o momento para se fazer a escolha certa. Basta de traições!

Obrigado por sua atenção,

Aliança por Sandy Pond para a Proteção das Águas Canadenses

Considerações sobre a destruição de nossos lagos e lagoas

• As águas do planeta e seus ecossistemas estão cada vez mais ameaçadas pela poluição industrial e por seu uso nao-sustentável, com vários milhões de pessoas padecendo de pouco ou nenhum acesso a água potável limpa e segura, e com muitos locais de pesca desaparecendo ao longo do tempo.

• Reconhecendo a importância vital de nossas águas, o Canadá e muitos outros países tem aprovado leis para proteger lagos, rios e bacias hidrográficas da poluição.

• Desde os anos 70s, normas canadenses em consonância com a Lei da Pesca (Fisheries Act) – que haviam sido elaboradas para proteger o habitat das espécies – são interpretadas como proibitivas ao lançamento de rejeitos da mineração ou de outras atividades industriais em locais de água natural. Em resposta aos apelos e lobby das indústrias, o governo passou a permitir exceções para certas operações já em andamento. Tais casos foram decididos por ministros federais segundo uma provisão normativa conhecida por "Tabela 2" ("Schedule 2"). Estes lagos têm sido destruídos e perderam sua condição de fontes de água limpa e de bom habitat para peixes.

• Embora o objetivo da "Tabela 2" se restringia apenas a regularizar operações em andamento que já tinham ilegalmente destruído lagos, permitindo que elas continuassem operando, desde 2006 muitos projetos novos de mineração estão propondo usar lagos naturais saudáveis e reclassificá-los como lugares de depósito de rejeitos . A destruição do Lago Trout (Trout Pond), pelo projeto de mineração Duck Pond, na região central de Newfoundland, foi o primeiro. Sandy Pond está previsto para ser o seguinte.

• Em situações em que novos projetos destroem habitat naturais, o governo federal exige o pagamento de compensação pelo empreendedor. Isso é feito através da criação ou recuperação de um "habitat de peixes" ("fish habitat") em outro lugar qualquer, de tamanho equivalente ao anterior. Essa condição de compensação tem sido considerada por especialistas da pesca como uma farsa. Na verdade, não é possível reconstituir um lago natural tampouco sua cadeia complexa de vida que levou cerca de 6 mil anos para se compor naturalmente.

• O descarte de materiais tóxicos ê uma questão grave em todo empreendimento industrial. A Vale Inco tem argumentado que a maneira mais segura e efetiva de desfazer-se dos rejeitos de sua refinaria em Long Harbour é usando Sandy Pond como depósito de rejeitos. Esse argumento não condiz com a avaliação de especialistas e tampouco com o senso comum.

• A Vale Inco diz que o lago irá dar uma destinação para os rejeitos que será melhor do que a dada por qualquer alternativa – mas agora nós sabemos que o lago escoa para os lençóis subtarraneos e certamente os contaminará. A Vale Inco também tem dito que a longo prazo o lago é mais seguro que uma barragem, mas ainda assim eles irão pôr uma barragem em Sandy Pond e uma outra no lago a ser usado como compensação.

• Métodos alternativos de descarte de rejeitos estão à disposição. Estes certamente custariam mais dinheiro à Vale Inco, requeririam um design mais inovador, e demandariam mais trabalho. Porém, essas medidas não destruiriam um lago insubstituível.

• Se o governo de Newfoundland e Labrador tivesse tomado medidas para proteger nossas lagoas, seria pouco provável que o governo federal aceitasse tais propostas para destruir lagos segundo a já mencionada "Tabela 2".

• Uma vez tendo encontrado essa brecha na Lei da Pesca ("Fisheries Act") e falhando na aplicação de outras normas e políticas de conservação, nossos governos federal e provincial estão dando à Vale Inco permissão para que ela destrua desnecessariamente nosso meio-ambiente e outro lago puro. Mais minas estão planejadas na nossa província e em outros lugares do Canadá. Quando a destruição dos nossos lagos irá parar?

• Que ela pare agora! Faça com que nossos governos cumpram as leis como deveriam e ajude a reverter a decisão que permite a destruição de Sandy Pond!

XII - Waste not, Want not[44]: a luta de Newfoundlanders e Kanaks contra uma mesma companhia[*45] (Canadá – Nova Caledônia)

Fredericton, New Brunswick – a província de Newfoundland e o arquipélago da Nova Caledônia parecem guardar muito pouca coisa em comum.

Nova Caledônia, também conhecida como Kanaky depois que os indígenas Kanaks habitaram aquela área, é uma colônia francesa no sudoeste do pacífico. KanakyNova Caledônia separou-se da Austrália há 85 milhões de anos e é conhecida como o Jurassic Park da floresta pré-histórica Gondwanan, habitat de plantas e animais que não são encontrados em qualquer outro lugar do mundo. A barreira de corais da Nova Caledônia, que circunda o país, é a maior barreira de corais e o maior sistema de lagoas do mundo. O ameaçado dugong, um mamífero marinho em risco de extinção, faz de lá a sua casa, e a tartaruga do mar verde depende dos corais como berçário. O nautilus, um fóssil vivo, ainda é encontrado nessas águas. As lagoas tropicais e as

◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇

44 A expressão Waste not, Want not poderia ser traduzida para o português como "Quem guarda, encontra" no sentido que devemos utilizar hoje exatamente aquilo que necessitamos, para que não sintamos falta dessa mesma coisa no futuro. Optamos por não traduzir porque entendemos que o autor fez um trocadilho entre o ditado popular que se relaciona com o uso sustentável dos recursos e o waste que também pode significar dejetos, no sentido de que nós, as comunidades descritas no artigo, não queremos dejetos.

45 Publicado no *The Dominion – news from the grassroots* em 5 de novembro de 2008. Versão original em inglês disponível em http: http://www.dominionpaper.ca/articles/2144 em 31 de março de 2010. Autora Tracy Glynn.

barreiras de coral da Kanaky-Nova Caledônia são consideradas pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, identificando-o como um lugar de extraordinária importância natural para a herança comum da humanidade.

Do outro lado do mundo, na península Avalon em Newfoundland (Canadá), Sandy Pond fica a cerca de 100 quilômetros a oeste da cidade de de Saint John. Sandy Pond, uma nascente de lago de 38 hectares perto da comunidade de Long Harbour, está no centro de uma controvérsia que está obrigando a sua população a escolher entre empregos e o meio ambiente. A região em depressão econômica encontra-se ávida por empregos mas o legado tóxico da planta de fósforo de 40 anos naquela comunidade coloca as preocupações ambientais em primeiro plano na cabeça de seus habitantes. Sandy Pond é casa de trutas, Esperlano-Arco-Íris (rainbow smelt) e enguia americana (american eel), espécies ameaçadas de extinção.

Vale Inco (originalmente Inco e agora CVRD Inco) é uma subsidiária da companhia mineradora brasileira Vale. Sua divisão para mineração de níquel e metais está sediada em Toronto. A fusão entre CVRD e Inco em 2006 deu origem à segunda maior produtora de níquel do mundo. A origem da Inco, uma empresa canadense, remonta ao início do século XX. Um período negro da história da Inco remonta à época em que ela extraía níquel do Canadá e remetia à Alemanha de Hitler, bem como seus negócios com ditadores na Indonésia e na Guatemala. O descaso da Vale Inco quanto ao cumprimento de exigências e condicionantes referentes aos direitos humanos teve seu auge em 2006 quando ela acabou sendo retirada do índice FTSE4GOOD (índice internacional de empresas com as melhores práticas de desenvolvimento sustentável). A companhia foi muito criticada pela poluição que causava e pela forma como tratava as populações indígenas e os trabalhadores. Residentes de Port Colborne, na província de Ontário, Canadá, afetados pela refinaria de níquel da Vale Inco, estão atualmente processando a empresa na maior ação judicial coletiva por danos ambientais na história do Canadá.

Hoje, Vale Inco quer despejar cerca de 400.000 toneladas de dejetos a cada ano em Sandy Pond como parte de uma proposta para operar a produçao de niquel em Voisey's Bay, Long Harbour,Canadá. Em Kanaky-Nova Caledônia, a companhia mineradora quer construir um duto para resíduos da atividade de mineração dentro do oceano.

Uma decisão de 2002 do governo canadense estabelece que reservatórios de água naturais (por exemplo lagos) podem ser renomeados como áreas para disposição de rejeitos de mineração (tailings impoundment areas). Essa reclassificação é parte das normas de efluentes de minerais e metais sob a Lei Federal da Pesca.

Planeja-se que onze reservatórios de água naturais, alguns com potencial para pesca, sejam reclassificados como reservatórios de dejetos de atividades minerais nos próximos anos. Devido à legislação que protege lagos e outros reservatórios de água naturais, essa prática não é permitida em outras províncias canadenses como Quebec, New Brunswick e tampouco nos Estados Unidos e em muitos outros países.

O Canadá está se tornando mais atrativo para multinacionais mineradoras porque utilizar um lago natural como um reservatório de dejetos é mais barato do que construir um tanque de rejeito. Vale Inco estima que utilizar Sandy Pond pode custar $ 62 milhões de dólares enquanto construir um tanque de rejeitos custaria $ 490 milhões.

O Ministério de Meio Ambiente do Canadá (Environment Canadá) reduziu o tempo permitido para o público apresentar informações e demandas no nível federal, tornando mais difícil para os canadenses se organizarem com o objetivo de salvar seus lagos e lagoas. Chris Doiron, chefe do setor de Mineração e Minerais no Ministério do Meio Ambiente no Canadá, argumenta que o impacto ambiental de se construir um tanque ou reservatório artificial pode ser maior do que o impacto ambiental de se utilizar um lago natural. Não está contemplado nessa conta, entretanto, o prejuízo que representa destruir todo o ecossistema de um lago.

A lei requer que as companhias mineradoras que propõem depositar seus rejeitos em rios e lagos com potencial para pesca, devem elaborar planos para compensar as perdas dos habitats dos peixes. O plano da Vale Inco para compensar pela destruição de Sandy Pond é transferir os seus peixes para duas lagoas menores que ficam próximas, as quais serão unificadas e represadas para conter mais água. Preocupações surgiram sobre os impactos que serão causados nesses reservatórios d'água, incluindo a preocupação de se introduzir peixes predatórios num habitat que não é comum àquelas espécies.

Em junho deste ano, o Departamento de Meio Ambiente de Newfoundland aprovou o Relatório de Impacto Ambiental submetido pela Vale Inco para utilizar Sandy Pond para depósito de rejeitos da atividade de mineração.

O Fish, Food and Allied Workers (FAW/CAW) que representa os trabalhadores da pesca da baía de Placentia estão em oposição ao plano de despejar 1.6 bilhão de galões de rejeitos por ano na baía de Placentia. Eles estão preocupados de que a proposta venha a danificar seriamente os habitats dos peixes e impactar negativamente seus modos de vida. A planta processadora proposta irá emitir uma estimativa de 555.000 quilos de substâncias químicas, incluindo chumbo, cloreto de hidrogênio, dióxido de enxofre e ácido sulfúrico no ar a todo ano, de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental apresentado pela empresa.

Aqueles que apóiam o uso de Sandy Pond como um reservatório de rejeitos o fazem pensando nas oportunidades de emprego que podem ser geradas. Com uma população atual de 211, inferior aos 522 em 1991, Long Harbour ainda está cambaleando do colapso da pesca de bacalhau e do fechamento da planta de Fósforo. Os prefeitos de Placentia e Long Harbour-Mount Arlington Heights deram seu apoio ao projeto da Vale Inco, na esperança de que ele possa revitalizar a economia de suas comunidades.

Muitos residentes das áreas em questão cresceram com a sombra da poluição radiativa deixada pela planta de Fósforo da Erco. Pilhas de escória deixadas perto da planta continham urânio e tório, conhecidos por emitir gases carcerígenos. A pesca foi abandonada em 1969 depois que mortes de bacalhaus e arenques na baía foram reportadas. De acordo com a página na internet do Departamento de Patrimônio Histórico da província de Newfoundland e Labrador, investigações revelaram que os rejeitos não tratados causaram a morte dos peixes, e que a planta emitia fluoretos (fluoride) que danificaram a vegetação próxima. A referida página destaca: "alces e coelhos deformados foram encontrados próximos à área. Lebres (snowshoe hares) foram dissecadas e testadas, e elevados níveis de fluoretos (fluoride) foram encontrados em seus ossos".

"Canadá não deve prover às indústrias mineradoras subsídios incomensuráveis sacrificando reservatórios de água naturais para se tornarem reservatórios de rejeitos", diz Catherine Coumans, pesquisadora coordenadora do Minning Watch Canadá (Observatório da Mineração - Canadá). "Destruir Sandy Pond não é claramente praticar desenvolvimento sustentável e nem mesmo pode ser considerada uma boa prática em se tratando de reservatórios de rejeitos, uma vez que Vale Inco sabe de antemao que Sandy Pond irá dispersar rejeitos em águas subterrâneas, criando uma pluma contaminante. Além disso, a lagoa irá requerer barragens para segurar os rejeitos e essas barragens precisarão ser mantidas para sempre".

A mina de goro da Vale Inco em Nova Caledônia iniciará sua produção no final de 2008. Desde 2001, o comitê Rheedu Nuu, uma organização indígena, vem protestando contra a mina. Eles prometeram utilizar todos os meios disponíveis para barrar a construção de um duto no oceano. Rheebu Nuu já conseguiu com sucesso impedir a companhia de depositar seu duto em Kwe West, por meio do estabelecimento de uma vila de moradias tradicionais em parte do trajeto que seria utilizado pelo duto. Em abril de 2008, centenas de apoiadores dos Rheebu Nuu se uniram para instalar um totem num banco de areia na lagoa com o objetivo de demonstrar sua oposição ao duto de rejeitos e de desafiar a companhia a sentar com eles para dialogar.

As recusas passadas da Inco a dialogar com grupos indígenas Kanak como o comitê dos Rheebu Nuu foram respondidas com barricadas e num incidente, com a destruição de equipamentos que segundo alegações da empresa valeriam um total de US$10 milhões (dez milhões de dólares). Dezesseis membros do grupo Rheebu Nuu foram presos logo em seguida a esse incidente em abril de 2006. A Corte inocentou seis dos acusados e aplicou multas aos outros dez em julho de 2006. As obras no local foram então retomadas, com a presença da polícia militar francesa atuando como guardas em áreas-chave.

Os Kanaks exigiam que a Vale Inco recuperasse as áreas que ela já destruiu, promovendo a remoção de suas instalações e o reflorestamento dessas mesmas áreas. De acordo com o comitê Rheebu Nuu, críticos ao projeto foram detidos pela polícia por algumas horas e, então, liberados sem acusações. Jovens atacaram as instalações de segurança e os veículos de empregados das minas. O comitê Rheebu Nuu reportou também que policiais encapuzados estavam realizando batidas nas casas das pessoas no meio da noite e que estavam detendo pessoas de maneira arbitrária.

Grupos indígenas confrontaram guardas de segurança em águas do oceano com o objetivo de parar o duto de rejeitos que Vale Inco estava tentando assentar com pressa. As corajosas ações dos grupos indígenas e a oposição crescente também nos setores não-indígenas da população têm sido importantes para forçarem a companhia a firmar um eventual acordo com os representantes das comunidades indígenas.

Protesto num penhasco em Kanaky-Nova Caledônia, no Sul do Pacífico. Residentes de Nova Caledônia e ativistas unem-se contra as intenções da Vale Inço de construir um duto marinho de rejeitos dentro de uma lagoa.
Fonte: Mike Hosken pelo comitê de Defesa do Sul.

Jacques Boengkih, da organização indígena Agencia Kanak de Desenvolvimento Nova Caledônia (Agence Kanak de Developpement Nouvelle-Caledonie) expõe que os grupos indígenas, incluindo o comitê Rheebu Nuu e as autoridades tradicionais Kanak, assinaram um memorando de intenções com Vale Inco relacionado com o projeto de níquel de Goro. O acordo reconhece a legitimidade e os direitos dos indígenas constantes da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, e impõe normas para a inclusão de estruturas de

desenvolvimento sustentável no projeto. Os Kanaks estão agora esperando para ver como as autoridades governamentais nacionais e da província se posicionarão quanto ao acordo.

Ativistas no Canadá estão fazendo conexão entre as operações da Vale Inco em casa e no exterior. "Dutos de rejeitos não devem ser dispostos em Sandy Pond (Long Harbour) ou na lagoa em Kanaky-Nova Caledônia", diz Coumans, que trabalha com comunidades em situação de conflito com Vale Inco tanto em Kanaky-Nova Caledônia como em Newfoundland.

O destino do duto na lagoa de Kanaky-Nova Caledônia está agora esperando a decisão do governo da província no sul. Sandy Pond tem sua destruição anunciada para 2009.

XIII - Vale em Moçambique

O Projeto de Carvão Moatize tem uma área de concessão localizada a 17 Km noroeste da Cidade de Tete na República de Moçambique, ao longo do bloco esquerdo do rio Zambeze, a 180 Km sudoeste da Barragem de Cahora Bassa e a 80 Km este da fronteira com a república do Malawi.

As áreas do plano de mineração para Moatize são do céu aberto e tem um horizonte de 35 anos a uma taxa anual de 26 milhões de toneladas por ano.

Segundo os protocolos rubricados, a Vale apresenta como valores: ética e transparência, espírito de desenvolvimento, responsabilidade econômica social e ambiental, respeito a Vida, orgulho de "ser a Vale", respeito a diversidade cultural. A questão que se coloca é de quem serão estes valores implementados? Qual será a dinâmica de resposta?

A Vale de Moçambique ganhou concurso no ano de 2004. Em Junho de 2007 recebeu concessão mineira para dois tipos de carvão: carvão metalúrgico e carvão técnico. A Vale de Moçambique perspectiva empregar 4.000 trabalhadores entre nacionais e estrangeiros.

O programa de mineração vai em secções, isto é depois de extraída a primeira cratera abre-se a segunda em que a terra tirada desta vai tapar a primeira e depois é reflorestada, sendo um processo contínuo até ao fim da prospecção.

Para a implantação da fabrica, foi necessário desalojar pessoas, tendo sido previsto e em fase de reassentamento 5.104 habitantes, e a exumação de 1.315 corpos e mais de 3.000 animais.

Nesta questão colocam-se vários aspectos :

- O processo de reassentamento da população não obedeceu princípios transparentes de consulta e consequente indenizações;

- O processo de reassentamento está em curso, e das populações reassentadas na sua maioria não está satisfeita com o tipo de casas construídas por serem muito pequenas e sem conforto;

- Não foram observados vários aspectos morais e culturais das populações residentes (exumação de corpos- Campas e as machambas- roças), deixando as populações que viviam maioritariamente da agricultura sem terra para o cultivo.

A Vale de Moçambique vai empregar de 2009 a 2013, 20.000.000 USD para investir nas áreas de saúde, desporto, educação, formação.

Prevendo-se que estes sejam elementos que corporizem a chamada responsabilidade social de empresas, colocamos outras questões:

Ao investir na educação, saúde, desporto e formação estará sendo trazida de volta a ética, moral, e os valores que a população perdeu ao ser retirada da sua zona de origem sem uma consulta prévia e transparente?

Será que após o início das atividades de exploração serão respeitados os princípios relativos ao trabalho digno, observando todas as normas de higiene, saúde e segurança no local de trabalho, acima de tudo um trabalho decente e seguro?

Como se pode depreender, o projeto da Vale em Moçambique, já na sua fase inicial de implantação, observou diversos percalços de falta de transparência, superpotência e imposição.

XIV - Impactos gerados pela Vale (Moçambique)

Impactos Sociais

Cerca de 1.100 famílias serão deslocadas com a instalação do Projeto Carvão Moatize.Além de já sofrerem um alto custo social com a perda de suas terras, ainda sofrem impactos na saúde devido à poeira e ao ruído, alterações nas relações sociais, destruição das formas de sustento, mudanças radicais nas culturas tradicionais como exumação de corpos e deslocamento de atividades econômicas locais. As comunidades de Chipanga e Nhamabalualo são as mais povoadas e afetadas pelo processo de reassentamento, e durante a negociação do mesmo, a empresa falou apenas com os líderes masculinos, excluindo as proprietárias tradicionais das terras. Antes da chegada da Vale, as mulheres tinham uma destacada participação na vida pública, devido ao seu papel central na propriedade da terra e na produção de alimentos, tanto para os vivos quanto oferendas para os mortos. A partir desse processo, sua posição social, independência e função começaram a se enfraquecer. Comunidade comenta: "A Vale não respeita nada e os seus funcionários não tem como falar com as pessoas. O Distrito de Moatize já é dos brasileiros, transformou-se num pequeno Brasil onde eles fazem e desfazem. A comunidade de Chipanga está praticamente numa gaiola feita pela Vale. Há despedimentos sem justa causa, quando alguém cai doente, e falta alguns dias é motivo de despedimento mesmo que a pessoa esteja internada, como foi o caso de um residente da comunidade, Sr. Alberto Njerecela". A população se recusa a ceder os cemitérios que se encontram dentro das áreas de concessão mineira da Vale. Enquanto a Vale se desdobra no

fabrico de caixões para a exumação dos corpos, as populações entendem que é absurdo remover os corpos dos seus entes queridos, e é uma violação gravíssima a uma tradição secular.

Condições de trabalho

A Vale tem desrespeitado os direitos dos trabalhadores e não tem honrado suas promessas de mudança, faz com que não haja diferenças salariais mesmo havendo níveis de escolaridade diferentes. Obriga os trabalhadores a refeições que lhes provocam alergias e dores. Funcionários denunciam os descontos injustos que são submetidos para o pagamento das refeições. A Vale mantém com muitos dos trabalhadores um vínculo contratual precário e de curta duração, pondo-os numa situação de constante insegurança que termina com a expulsão sem justa causa e sem direito à indenização.

Isenções fiscais

A lei moçambicana prevê compensações financeiras para as comunidades afetadas, mas não há notícia sobre o cumprimento desta lei tanto para o caso da Vale como para outras empresas. A Vale beneficiou-se de isenção sobre os equipamento da classe "K" da pauta aduaneira previsto no artigo 13 da Lei N° 42009 de 12 de Janeiro. Isenções de impostos sobre rendimentos de pessoas coletivas (IRPC), de Imposto sobre transmissões onerosas de imóveis e direitos de propriedade (SISA), de imposto do selo previstos no N°1 do artigo 29 da mesma Lei. Os incentivos a que se refere o N°1 da referida lei são concedidos por um período de vigência até 10 anos a partir da data da celebração do contrato entre a empresa e o Governo moçambicano segundo o previsto no artigo 2 do N°29.

Ações de "responsabilidade social"

Em Moatize e na cidade de Tete existe um "marketing" social enganatório, pois não há participação das comunidades afetadas e da sociedade civil na definição de prioridades e áreas de aplicação. O governo e os conselhos municipais permitem que a Vale faça divisão e partilha da Terra e dos Recursos Naturais a seu bel prazer. Descobrimos que muitas ações que a Vale anuncia serem de sua iniciativa na verdade não são. É o caso do Hospital Provincial de Tete que a Vale alega financiar a sua reabilitação, quando na verdade quem está financiando é uma agência dinamarquesa de cooperação internacional (DANIDA) e a Vale apenas participou em algumas intervenções.

Campanhas publicitárias, lobby

Os meios de comunicação social tornaram-se fábricas de propaganda, especialmente em Maputo, proclamando que a Vale está trazendo "muitos benefícios" para Moatize, Tete e

Moçambique. Os patrocínios culturais funcionam como estratégia da Vale para reunir muitos populares que inocentemente participam para depois serem surpreendidos com as suas imagens. A influência política da Vale em Moçambique evidencia-se em Moatize e Tete onde ninguém pode interpelar o funcionário desta empresa porque o Governo de Moçambique recebe financiamento da Vale, incluindo a Reunião da Bacia do Rio Zambeze. Como resultado dessa situação, nota-se um total silêncio do Estado e de governos distrital e provincial em relação às práticas prejudicais da Vale. O lobby tem sido uma estratégia muito usada pela Vale e deve ter sido através dele que a empresa venceu o concurso de exploração do carvão de Moatize. E sempre que o presidente da Vale vem a Moçambique tem um tratamento de um chefe de Estado dominando a agenda do país.

Regulamentos nacionais/internacionais ignorados ou violados

Há graves violações de leis, regulamentos, documentos da ONU, tratados de direitos humanos, convenções da OIT perpetrados pela Vale dada a inoperância das autoridades governamentais moçambicanas em fiscalizar a correta aplicação da legislação e fazê-la respeitar. No que tange a contratação de mão-de-obra há reclamações das comunidades locais que denuncia a contratação de brasileiros, sul-africanos, zimbabweanos, zambianos e malawiados em prejuízo dos moçambicanos, por estes não dominarem a língua inglesa e pela falta de experiência. Várias são as denúncias feitas por trabalhadores e populares sobre a violação da lei do trabalho moçambicano e o desrespeito pelos mais elementares direitos humanos pela Vale. Há expulsões arbitrárias. Dentre documentos que são ignorados pela Vale constam: Convenção n°111 sobre a discriminação (emprego e profissão), de 1958; Convenção N°155 Segurança e Saúde Dos Trabalhadores; Convenção N° 148 sobre o meio ambiente de trabalho (contaminação do ar, ruído e vibrações), 1977; Convenção 174 da Organização Internacional do Trabalho; Convenção Sobre A Prevenção De Acidentes Industriais Maiores; Convenção 81 Sobre Fiscalização Do Trabalho.

Relação com a população

Quando em 2005 teve início o processo de participação e consulta pública referente ao projeto de exploração do carvão mineral a cargo da Vale, Moatize parecia estar a experimentar e a caminhar para a concretização de uma democracia efetiva geradora de desenvolvimento e justiça social. Esta imagem surgiu quando as comunidades afetadas pelo processo de reassentamento foram chamadas a sentar na mesma mesa com o Governo e com a Vale para a identificação das possíveis zonas de efeito. Foi solicitado às populações que apresentassem quatro áreas da sua preferência. Fato que muito rapidamente foi consumado como sinal claro de que as comunidades, embora contra a sua vontade, estavam dispostas a embarcar na arca do "desenvolvimento" da Vale. De um processo imbuído dos mais elevados valores da democracia moderna, o reassentamento transformou-se num processo de confrontação de forças e imposições de soluções com sinais de opressão.

Conclusão

A cidade de Tete, a Vila de Moatize e o complexo mineiro de Moatize estão a passar por transformações. Populações de Zimbabwe, Zâmbia e Malawi estão migrando motivadas pela expectativa de empregabilidade. Aumentaram os índices de prostituição, dos acidentes de trânsito envolvendo os trabalhadores da Vale, matando crianças e alunos. Nota-se ainda e com muita indignação popular a grande hegemonia exercida pelas duas empresas que se tornaram maioritárias e dominantes, manipulando a população e aproveitando da conivência e submissão de alguns setores do Estado em não fazer cumprir as leis para servir aos interesses de elites. Na cidade de Tete e em Moatize, a Vale e a Riversdale se converteram em proprietárias absolutas das unidades hoteleiras, dos restaurantes, das vias de acesso, do aeroporto local, enfim, do destino da província. As instituições do Governo de Tete perdem o controle. A grande questão que se levanta neste momento é saber até que ponto as autoridades governamentais de Tete e de Moatize conseguirão acompanhar os gigantescos passos das multinacionais que estão a tomar conta dos destinos não só desta região central do País mas de todo Moçambique? No caso particular de Tete, a Vale já está a financiar a elaboração do Plano Diretor que obedecerá às vontades da empresa escondidas por detrás das ações de responsabilidade social. Os principais atores de desenvolvimento em Tete e em Moatize demonstram a sua incapacidade em conduzir satisfatoriamente os interesses das comunidades mais pobres e mais afetadas, não conseguindo tirar vantagens concretas da extração do carvão mineral de Moatize.

XV - Reivindicando direitos: as lutas freqüentes da comunidade Sorowako (Indonésia)[46]

A cidade de Sorowako localiza-se na Ilha de Sulawesi, na Indonésia. Historicamente, os Sorowakanos alternavam o cultivo de várias lavouras com coletas de produtos florestais incluindo rattan, bambu e outros produtos florestais. Viviam relativamente isolados entre montanhas cercadas por rios instransponíveis, produzindo em lucrativos campos de arroz. Em 1957, a comunidade de Karonsi'e Dongi foi forçada a abandonar suas casas quando a guerra civil começou. Antes que a comunidade Karonsi'e Dongi retornasse às suas terras ancestrais, o presidente da Indonésia, o general Suharto, assinou um contrato com a companhia mineradora canadense Inco Ltd. (agora conhecida também como Vale Inco) que concedia unilateralmente à empresa o direito de extrair níquel na ilha de Sulawesi. A comunidade Karonsi'e Dongi não recebeu nenhuma indenização pelas terras e lavouras perdidas. Eles tampouco foram incluídos nas negociações que envolviam suas terras ou em qualquer outro processo de negociação que buscasse o consentimento da comunidade. Atualmente, as operações mineradoras produzem um efeito devastador. Sorowako é um local de opressão e conflitos constantes, onde casas, terras e meios de vida foram tomados. Falta de acesso à terra e a migração em busca de empregos

46 Versão original em inglês será publicada em *Women from Mining Affected Communities Speak Out: Defending Land, Life and Dignity*. Autora Tracy Glynn, JATAM.

resultaram no estabelecimento de aproximadamente 1.000 barracos na costa do lago Matano. O lago tectônico, o qual ocupa o sétimo lugar em profundidade no mundo, é hoje em dia um local de despejo de lixo e esgoto. Seu peixe nativo, o peixe Butini, que não é encontrado em nenhum outro lugar no mundo, é uma espécie que se encontra ameaçada. Seus corpos reduzidos em tamanho e as mutações em seus dentes ainda precisam ser compreendidas e explicadas. Protestos frequentes da comunidade em Sorowako procuram continuamente chamar atenção para disputas ainda não resolvidas pela propriedade de terras e para as promessas de serviços que supostamente deveriam vir junto com as operações mineradoras (educação, saúde, eletricidade e águas limpas), e que não foram cumpridas.

A área no entorno da Vale Inco – que uma vez já abrigou casas, pomares e onde ficavam enterrados os Karonsi'e Dongi - foi tomada pela empresa para a criação de um campo de golfe e área de moradia para seus funcionários. Áreas de mineração abandonadas no entorno do campo de golfe foram reivindicadas pelos seus habitantes originais. Trinta famílias, incluindo as famílias de Werima Mananta e sua irmã Naomi Mananta, instalaram cabanas e plantaram lavouras de mandioca, milho e outros vegetais e frutas nestas terras. Eles foram avisados que deveriam deixar o local para que ali fosse construído um hotel. Não obstante as incertezas, os Karonsi'e Dongi continuam a viver em cabanas no entorno do campo de golfe da Vale Inco, sob constante vigilância de seguranças armados. Eles não possuem acesso seguro à água ou eletricidade. Em junho de 2009, os Karonsi'e Dongi novamente estavam sendo forçados a deixar aquela área. Alguns membros da comunidade aceitaram compensações enquanto outros não.

Esquerda: jardins e hortas dos Karonsi'e Dongi numa tentativa de sobreviver em terras tradicionais (agora abandonas pela Vale Inco); Direita: As terras tradicionais dos Karonsi'e Dongi ainda encontram-se ocupadas pelo campo de golfe da Vale Inco.
Créditos: Jaringan Advokasi Tambang/Mining Advocacy Network (JATAM)

O seguinte depoimento de Werima Mananta foi gravado em 2006 durante as Mesas Redondas sobre a Responsabilidade Social Corporativa do Setor Extrativo Canadense em Países em Desenvolvimento, que envolveram setores do meio empresarial, do governo e da sociedade civil canadense.

"Meu nome é Werima Mananta. Sou de Sorowako, Sul de Sulawesi, Indonésia onde a empresa mineradora de níquel canadense Inco vem impactando a comunidade Karonsi'e Dongi. Terras foram tomadas de forma arbitrária pela companhia. Inco está apenas tomando os ricos recursos naturais em Sorowako, e tornando a comunidade Sorowako mais pobre. Sorowako é muito rico em recursos naturais. Suas terras são muito férteis. A vasta área de floresta é fonte de recursos como rattan, resinas, madeira, mel e outros produtos extrativos. Os lagos são muito ricos em peixes. A pesca é a fonte e o modo de vida da população local. Os lagos também são utilizados para transporte pela população local. A comunidade ganha sua vida plantando arroz, vegetais e cacau. Mulheres coletam resinas e rattan na floresta e vendem esses produtos. Essas terras férteis nos foram tiradas em 1968, sob vigência do "Regime de Nova Ordem", sem que houvesse qualquer discussão envolvendo a comunidade indígena Karonsi'e Dongi. A Inco veio e se apossou da terra e destruiu tudo o que os Karonsi'e Dongi possuíam. Nesta ocasião, nós não estávamos em nossas terras – fomos forçados a nos refugiar por causa de um conflito que estourou nos anos 1950. Nos anos 1970, quando a situação era mais segura, nós retornamos. Percebemos que nossa vila havia se transformado num campo de golfe, onde os empregados da Inco jogavam golfe. Nossos jardins e campos de arroz não estavam mais lá. Nosso cemitério ancestral havia se tornado um dormitório para os trabalhadores das minas, restando dele somente uma pequena porção do que fora antes. Essa porção de cemitério se tornou uma evidência de que nossa comunidade existiu ali. Depois que o autoritário "Regime de Nova Ordem" acabou, nós começamos a retornar para nossa terra no ano de 2000 com o objetivo de reconstruir a vila Karonsi'e Dongi. Como toda a terra foi apropriada pela Inco, nós finalmente construímos cabanas no entorno do campo de golfe em área de mineração abandonadas.

Hoje não passamos de uma audiência espectadores dos jogos de golfe dos empregados da Inco, que se dão em nossas terras. Isso nos levou à miséria. Hoje, são vintes e seis cabanas construídas em terras que reivindicamos. Essas cabanas abrigam trinta famílias. Desde que nos mudamos para lá, nós começamos a ser intimidados e aterrorizados. Nos disseram que não era permitido permanecer ali porque não seria seguro e saudável. Mas essa área é o local que a empresa pretende construir um hotel. Nossa comunidade foi quebrada ao meio. Nem todos os Karonsi'e Dongi conseguiram retornar à antiga vila porque não há terra para construir suas casas e para plantar jardins e lavouras. Nossas florestas foram destruídas. Nossos meios de vida foram tomados e nós nos tornamos pobres porque com as atividades da companhia não somos mais capazes de trabalhar. Poucos em nossa comunidade conseguem trabalhar na Inco e quando o fazem é com contratos temporários. Nossas crianças não podem ir para a escola porque suas famílias não podem arcar com as mensalidades cobradas. As mensalidades escolares são muito altas. Para alimentar nossa família, mulheres plantam vegetais e bananas ao redor das cabanas. Não podemos mais plantar arroz porque a terra foi destruída. Em 2003, a polícia e seguranças particulares da Inco ameaçaram queimar nossas cabanas porque nós estaríamos na "terra da Inco". Alguns de nós foram levados para a delegacia de polícia, interrogados e ameaçados com penas de prisão por três meses. Nos mais de trinta e sete anos que a Inco vem operando em Sorowako, ela vem extraindo nossos recursos naturais e destruindo nossos meios de vida. A companhia nunca indenizou os Karonsi'e Dongi por esses danos. Mas seus relatórios sugerem que todos os conflitos por terra em Sorowako foram resolvidos.

Pelo fato de estarmos sofrendo muito, e por estarmos sendo sempre intimidados, nós tomamos várias iniciativas para reivindicar nossos direitos. Estudantes universitários, os sindicatos dos mineradores e organizações não-governamentais apoiaram nossa comunidade quando nós ocupamos o escritório da Inco de 14 a 18 de setembro de 2005. Uma mulher Karonsi'e Dongi de setenta anos, dois estudantes universitários, um trabalhador da Inco demitido por corte de despesas e um representante da comunidade realizaram uma greve de fome de três dias. Depois que nós retornamos para Sorowako em 28 de setembro de 2005, nós fizemos mais uma manifestação lá. Nós fomos novamente intimidados e alguns de nós foram presos. A companhia sempre usa a polícia para garantir que nós seremos derrotados em nossa luta. A companhia provoca a comunidade. Essa estratégia é utilizada pela companhia para se passar a impressao de que que as discussões falham e que não há solução para esse conflito."

Epílogo

Em março de 2009, mais de dois anos depois o depoimento de Werima, o governo do Canadá finalmente publicou um relatório sobre a Responsabilidade Social Corporativa e as Indústrias Extrativas Canadenses em Países em Desenvolvimento, em resposta às recomendações apresentadas em 2007, ao final do processo de mesas redondas. Tais recomendações - que apontavam para a criação de um grupo de aconselhamento envolvendo setores do governo, da sociedade civil e do empresariado e incluíam mecanismos para o recebimento e processamento de denúncias, uma ouvidoria (ombudsman system) , um comitê de fiscalização (compliance review comitee) e o estabelecimento de normas com sanções para as companhias que romperem os parâmetros internacionais em matéria ambiental e de direitos humanos - foram rejeitadas nesse informe do governo canadense. Mesmo assim, continuam os esforços para impor às companhias mineradoras canadenses o dever de prestar contas sobre seus abusos nos campos ambiental e de direitos humanos – seja nas ruas, seja nos salões dos parlamentos e das cortes.

ANEXOS

Convocatória: I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale

Nós, organizações e movimentos sociais e sindicais do Brasil, convocamos e convidamos organizações sociais e sindicais do Canadá, Chile, Argentina, Guatemala, Peru e Moçambique para o I Encontro de Populações, Comunidades, Trabalhadores e Trabalhadoras afetados pela política agressiva e predatória da companhia Vale do Rio Doce, em abril de 2010 no Rio de Janeiro.

A Vale, dona que quase todo o minério de ferro do solo brasileiro, é hoje uma empresa transnacional, que opera nos cinco continentes, 14ª companhia do mundo em valor de mercado, explorando os bens naturais, as águas e solo, precarizando a força de trabalho dos povos em todo o mundo. Ela foi uma empresa estatal até 1997, quando foi privatizada de maneira fraudulenta pelo governo Fernando Henrique Cardoso a um valor sub-avaliado de R$ 3,4 bilhões de dólares. Desde então gerou lucro de 49 bilhões de dólares, e distribuiu a seus acionistas 13 bilhões de dólares, êxitos que obtém às custas da exploração dos bens naturais, das águas e solo e pela precarização da força de trabalho dos povos nos países que explora.

A propaganda da Vale nos lembra todos os dias que ela é brasileira e que trabalha com "paixão" para promover o "desenvolvimento sustentável" do Brasil e para garantir um futuro para nossas crianças. Utiliza em suas propagandas a imagem de brasileiros ilustres e artistas famosos. Em 2008, a Vale gastou R$ 178,8 milhões em propaganda (Ibope Monitor). As bonitas imagens omitem a face oculta da empresa, construindo no imaginário do brasileiro comum a imagem de uma Vale patriota e paternal. Não é isso, contudo, o que pensam as pessoas que vivem nos territórios explorados pela Vale, seja no Brasil ou nos outros países em que a companhia está presente. Os trabalhadores e as comunidades afetadas, no entanto, não têm o poder e o dinheiro

da Vale para ocupar a mídia brasileira e mundial com as suas opiniões e relatos sobre a influência da empresa sobre suas vidas

A exploração de minério e outras atividades da cadeia de siderurgia têm causado sérios impactos sobre o meio ambiente e a vida das pessoas. A poluição das águas com produtos químicos, a intervenção direta na destruição de aqüíferos, a produção de enormes volumes de resíduos em suas atividades de mineração (657 milhões de toneladas por ano), a emissão de dióxido de carbono na atmosfera, o desvio de rios que antes atendiam comunidades inteiras para uso da companhia, o desmatamento de florestas e matas, a destruição de monumentos naturais tombados, a mineração em áreas de mananciais de abastecimento público, o impacto sobre as populações indígenas e tradicionais, a poeira de minério levantada em suas atividades, a desapropriação forçada de comunidades, rebaixamento do lençol freático, a associação da empresa com projetos industriais e energéticos que têm interferido na destruição da Amazônia e do Cerrado brasileiros, a eliminação de trechos ferroviários seculares em Minas Gerais, os acidentes nas minas e envolvendo trens da empresa, cuja vítima ou família não tem nenhuma assistência por parte da companhia – tudo isso, ainda que não sejam mencionadas nas propagandas, são as marcas mais fortes da Vale nos territórios em que ela atua. A extração nociva de bens naturais, destruição dos patrimônios culturais, e os danos causados ao meio ambiente são, em alguns casos, irreparáveis, e produzem danos permanentes à vida.

A despeito dos visíveis danos, suas atividades continuam respaldadas com investimentos e parcerias lucrativos. No Rio de Janeiro, por exemplo, com a associação da Vale com a Thyssen Krupp, através da TKCSA, está previsto um aumento de 12 vezes na emissão do poluente CO_2 na cidade do Rio (O Globo, 5/11/09). Além disso, a Vale é uma das principais empresas consumidoras de energia, mas quase não paga por ela: a empresa paga menos de R$ 5,00 por 100kwh, enquanto a população em geral, assim como pequenos e médios comerciantes e indústrias, pagam mais de R$ 45,00kwh no Brasil.

Seus trabalhadores sofrem com demissões sem justificativa, com ausência de medidas de segurança do trabalho e com pressões de diversas naturezas que, muitas vezes, levam-nos ao suicídio. Dois em 100 trabalhadores foram afastados por acidentes em 2008, 9 morreram. A cidade de Itabira (MG), onde nasceu a Vale, tem o maior índice de suicídios do Brasil. É também muito alta a terceirização do trabalho, que desresponsabiliza a companhia e precariza as relações de emprego (146 mil empregos, 83 mil são indiretos).

A Vale tem usado a crise econômica mundial para pressionar os/as trabalhadores em todo o mundo, reduzir salários, aumentar a jornada de trabalho, demitir, e rebaixar direitos conquistados com anos de luta. A greve iniciada pelos trabalhadores e trabalhadoras canadenses desde junho de 2009 é um exemplo importante de luta e resistência contra a arrogância e a intransigência da empresa, e, ao mesmo tempo, de construção da nossa unidade internacional. A greve dos trabalhadores e trabalhadoras no Canadá conta com todo o nosso apoio e solidariedade ativa para garantir sua vitória!

A Vale usa as mesmas táticas com as populações em todo o mundo. Ela pressiona, ameaça, coopta agentes públicos e locais, chegando até a fazer uso de milícias e forças militares para garantir seus "investimentos". Em muitos lugares, a empresa financia campanhas eleitorais, zoneamentos ecológicos e planos diretores de municípios, numa completa inversão do princípio da gestão política e governamental soberana dos interesses públicos pela sociedade.

Os cidadãos e cidadãs comuns também são atingidos, uma vez os recursos públicos gerados pelos seus impostos são repassados para a Vale pelo BNDES e outras agências estatais. Enquanto os impostos são altíssimos para a população comum, e também pequenas e medias empresas, grande corporações como a Vale recebem anos de isenção fiscal. Os serviços públicos para onde deveriam ser direcionados os impostos, como hospitais e escolas, continuam em péssimas condições. Assim, sua atuação aprofunda a dívida financeira, ecológica e social com as populações afetadas. Cada centavo de dinheiro público que é destinado à Vale poderia ser investido na criação de fontes de trabalho que não prejudicassem a vida no planeta.

É com o objetivo de mudar este quadro que estamos organizando o encontro internacional dos afetados pela Vale. Nós iremos demonstrar com fatos concretos e estudos de caso o que realmente vem acontecendo à população que vive no entorno dos empreendimentos, e aos trabalhadores da Vale. Nosso objetivo é dar voz àquelas pessoas que sofrem diariamente com a atuação da mineradora, sejam comunidades próximas, desapropriadas ou áreas em que a empresa busca se instalar, sejam os trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

Além de expor o comportamento agressivo da Vale, nós também iremos trabalhar instrumentos e estratégias comuns para contestar seu poder absoluto e fortalecer os trabalhadores e comunidades atingidas. Estes instrumentos podem incluir acordos coletivos dos trabalhadores da Vale com demandas em comum, monitoramento independente do impacto ambiental, monitoramento independente dos contratos governamentais sobre impostos, royalties, entre outros.

A articulação dos povos e movimentos nos diferentes países em que há exploração da mineradora é fundamental para fortalecer nossas lutas locais, nacionais e internacionais. Precisamos nos unir para construirmos juntos nossas estratégias, e pressionarmos nossos governos para que nossos direitos de vida, trabalho, terra, moradia, saúde, e de um ambiente justo e saudável sejam garantidos. E para que a Vale cumpra mundialmente com padrões ambientais, tecnológicos e trabalhistas elevados, e que respeite e não tente retroceder as legislações vigentes. Não vamos deixar que a Vale rebaixe nossos direitos conquistados e destrua nossas vidas!

Os bens naturais e dos solos de cada país são patrimônio soberano dos povos, não dos acionistas nacionais e internacionais da Vale!

O leilão de privatização da Vale foi ilegal. Nós exigimos a anulação deste leilão, como disseram cerca de 4 milhões de brasileiros no Plebiscito Popular sobre a privatização da Vale e a

dívida pública realizado em 2007. Nós defendemos a devolução ao povo brasileiro dos "direitos minerários" não contabilizados na operação de venda, sua re-estatização e o seu controle pelos trabalhadores!

Assim, convocamos as comunidades que atualmente sofrem com os grandes empreendimentos mineradores, a sociedade civil, os trabalhadores e trabalhadoras da Vale, movimentos e organizações sociais, pastorais sociais, estudantes e professores para participar da construção desse encontro, na expectativa de uma sociedade mais justa e ambientalmente equilibrada.

Assinam:

Associação Paraense de Apóio às Comunidades Carentes
Brigadas Populares
Campanha Justiça nos Trilhos
CEPASP Marabá (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular)
Comitê Mineiro dos Atingidos pela Vale
CONLUTAS
CUT Maranhão
CUT Nacional
Forum de Mulheres da Amazônia Paraense/AMB
ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos)
Instituto Madeira Vivo
Justiça Global
Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté - MACACA
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
Movimento pelas Serras e Águas de Minas
MST
PACS
Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rede Justiça Social e Direitos Humanos
Secretaria Continental do Grito dos Excluidos/as
Sindicato Metabase Inconfidentes - Congonhas MG
Sindimina - RJ
Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos
Sociedade Paraense dos Direitos Humanos

Convocatória: Caravana Internacional dos Atingidos pela VALE em Minas Gerais

Nós, organizações e movimentos sociais, ambientais e sindicais de Minas Gerais, unidos a todas as entidades promotoras do *I Encontro Mundial dos Afetados pela VALE* (Rio de Janeiro, 12 a 15 de abril de 2010), convocamos e convidamos organizações sociais, comunidades, trabalhadores, estudantes, professores, movimentos sociais, sindicatos, organizações ambientalistas, pastorais, associações comunitárias, igrejas e todos os mineiros a participarem da Caravana Internacional dos Atingidos pela VALE em Minas Gerais.

Contexto

Assim como demonstrado na convocatória do Encontro Mundial dos Afetados, em nosso Estado sentimos particularmente o impacto da Vale e o vazio de propostas sócio-econômicas que garantam o desenvolvimento integral do povo e uma maior repartição dos lucros da companhia multinacional.

A VALE iniciou suas atividades no Brasil e hoje é a responsável por um legado de destruição social e ambiental registrado em vários municípios de Minas Gerais. Os bens naturais disponíveis no estado e a exploração da mão-de-obra são as fontes da riqueza dessa empresa que está presente nos cinco continentes do mundo. Os resultados dessa ganância são os graves impactos identificados sobre o meio ambiente e a vida das pessoas.

Progresso econômico para os municípios, geração de emprego, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável fazem parte da campanha publicitária vinculada pela empresa para

convencer comunidades e trabalhadores a aceitarem a mineração, mas o que a realidade comprova é a acentuação de conflitos sociais, econômicos e ambientais que modificam a qualidade de vida das pessoas.

As desapropriações forçadas, a terceirização com as perdas dos direitos trabalhistas, os constantes acidentes de trabalho, a contaminação e o rebaixamento do lençol freático e a perda da biodiversidade são exemplos de degradações ocasionadas pela mineração.

Apesar das demissões ocorridas entre 2008 a 2009 sob o argumento da crise econômica mundial, a empresa segue com os pedidos de licenciamento ambiental - mantendo altos investimentos - para abrir novas lavras em locais ainda preservados como é o caso da mineração pretendida na Serra da Gandarela

Desde a privatização ocorrida em 1997, trabalhadores e comunidades vêm sendo prejudicados pela ganância desta grande empresa capitalista. Os bens naturais do solo brasileiro devem ser patrimônio do povo e não dos acionistas da VALE! É preciso que o governo federal anule o leilão de privatização - que foi ilegal - e patrocine a reestatização da empresa. Alem disso, o governo deveria usar as ações preferenciais que possui na Vale (Golden Shares), para vetar empreendimentos que causem danos inaceitáveis à população e ao meio ambiente.

Frente a todas essas dificuldades, tem-se desenvolvido no mundo distintas iniciativas de resistência popular e comunitária em busca de alternativas viáveis de sobrevivência. Os grupos locais estão ansiosos para intercambiar experiências e reforçando assim suas lutas na perspectiva de alianças regionais, nacionais e internacionais.

Por que uma Caravana em Minas Gerais?

- Nos locais de exploração mineral a regra é o desmatamento, destruição e poluição de nascentes d'água, poluição e degradação do solo e poluição do ar. Em Itabira o ar tem o mesmo grau de poluição que a cidade de São Paulo;

- Em Minas Gerais o setor de mineração é o melhor retrato do quão nefasto é este modelo econômico. O estado foi e continua sendo símbolo do saque das riquezas de nosso país. O ouro extraído aqui no período colonial foi enviado para a Europa sem nenhum retorno concreto ao Brasil. Da mesma forma nossos minérios têm sido enviados hoje ao exterior deixando aqui apenas a devastação ambiental. Minas Gerais é líder do setor no Brasil, com 44% de participação. Quase 50% da produção nacional de ouro têm origem em Minas, que é responsável por aproximadamente 53% da produção brasileira de minerais metálicos e 71% de minério de ferro. A cadeia produtiva mineral representa 30% do PIB estadual. Toda essa riqueza é produzida e a maior parte exportada sob o controle de grandes empresas transacionais, cujos lucros são destinados ao exterior. Essas empresas são beneficiadas de isenções tributárias como a garantida pela lei Kandir

que determinada que as atividades primário-exportadoras sejam isentas de pagamento de ICMS (18%). Além disso, os royalties pagos pelo setor são irrisórios. Em 2007 quando as exportações do setor somaram R$ 16 bilhões foram pagos apenas R$ 153 milhões em royalties, ou seja, menos de 1%.

- A VALE tem, pela sua envergadura econômica, grande influência política. Financiou a campanha de candidatos aos diversos cargos. Cerca de 40 deputados foram financiados pela VALE e defendem seus interesses no congresso nacional. O governador do estado, Aécio Neves, teve 40% de sua campanha financiada pela empresa. A influência política da VALE garante à empresa o silêncio do Estado e de governos em relação aos crimes sociais, trabalhistas, tributários e ambientais cometidos pela empresa, garante benefícios econômicos como o empréstimo aprovado pelo BNDES à empresa de R$ 7,3 bi a pagar em 40 anos sob juros irrisórios. A VALE tem ainda a seu favor a parcialidade da justiça que de forma morosa tem arrastado os diversos processos que questionam a vergonhosa privatização da empresa;

- A VALE chega a pagar R$ 550,00 para o trabalhador em início de tempo de serviço. Calculando se a riqueza produzida pelos trabalhadores para a empresa e o que ela paga de salários, o trabalhador da VALE paga seu salário com 6 horas de trabalho mensal. É preciso denunciar às relações de trabalho precarizadas como a terceirização e quarteirização.

- Há 25 anos os moradores dos bairros São Geraldo, Caetano Furquim, Boa Vista, Casa Branca e Vila Mariano de Abreu em Belo Horizonte, lutam pelas obras de transposição da linha férrea, da FCA/VALE que passa pela região. É alto o numero de pessoas mortas ou mutiladas por acidentes na linha. Os moradores convivem com o transtorno de ter a linha interrompendo o trafego de pessoas e carros, várias vezes por dia. Várias pessoas já morreram em ambulâncias que esperavam o trem passar. As estruturas das casas próximas à linha estão comprometidas. O barulho do trem impede as aulas de escolas ao redor da linha. Várias são as táticas da empresa para desarticular a organização popular. Perseguição de lideranças, com processos na justiça, tentativa de divisão do movimento oferecendo "presentes" a moradores, oferecendo "brindes", réguas, canetas etc., às crianças de escolas da região.

- A VALE está explorando minério de ferro de alto teor na Mina Capão Xavier, em Nova Lima-MG, na região de quatro mananciais de abastecimento público – Fechos, Mutuca, Catarina e Barreiro. Estes mananciais são responsáveis pelo abastecimento de 9% da população de Belo Horizonte (cerca de 320.000 pessoas). A atividade da mineração de ferro implica no rebaixamento do lençol freático. A tendência das nascentes próximas é perderem muita água e até secarem. O problema de Capão Xavier é que a jazida acumula as águas que nascem mais adiante com os nomes de ribeirões Mutuca, Fechos, Catarina e Barreiro. Fechos e Mutuca são as principais fontes do Sistema Morro Redondo, que abastece, por gravidade, a região sul de Belo Horizonte.

- A VALE consome 5% de toda a energia produzida pelo país. Possui inúmeras hidrelétricas e algumas distribuidoras de energia. Paga R$ 3,30 por cada 100kwatt/h, cerca de 20 vezes menos do que pagamos em nossas casas em Minas Gerais.

- Os grupos e movimentos locais estão fortalecendo suas alianças e precisam *se articular cada vez mais*, através do encontro e da troca de experiências;

- O encontro com testemunhas de outros lugares do mundo vai 'abrir os olhos' de uns e dos outros a respeito das *várias formas de resistência* ao modelo de desenvolvimento proposto por Vale.

É urgente que os povos, os movimentos e as comunidades se unam e se conheçam cada vez mais, para enfrentarem juntos um modelo de desenvolvimento que até hoje está enriquecendo poucos e distribuindo para muitos seus impactos e contradições.

Assim, convocamos as comunidades que atualmente sofrem com os grandes empreendimentos mineradores, a sociedade civil, os trabalhadores e trabalhadoras da Vale, movimentos e organizações sociais, pastorais sociais, estudantes e professores para participar da construção desse encontro, na expectativa de uma sociedade mais justa e ambientalmente equilibrada.

Venha fazer parte desta luta!

Participe da Caravana dos Atingidos pela Vale em Minas Gerais!

Assinam:

Articulação Popular em defesa do São Francisco
Assembléia Popular
Brigadas Populares
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Comitê Mineiro dos Atingidos pela Vale
CONLUTAS
Diretório Acadêmico de Biologia – PUC Betim
Fórum Social Mineiro
Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento pelas Serras e Águas de Minas
Sindicato Metabase – Itabira
Sindicato Metabase Inconfidentes – Congonhas
UJC

Cronograma das atividades

O I Encontro Mundial dos Afetados pela Vale acontecerá nos dias 12, 13,14 e 15 de Abril, no Rio de Janeiro. De 5 a 11 de Abril acontecerá no Vetor Mineiro a Caravana com a seguinte programação:

Dia 5 de Abril (segunda-feira)
Recepção
Atividade de lançamento da Caravana Minas – Centro Belo Horizonte
Pernoite em Belo Horizonte

Dia 6 de Abril (terça-feira)
Painéis (manhã)
Visita a comunidade do Bairro São Geraldo (Tarde)
Pernoite no Bairro São Geraldo / BH

Dia 7 de Abril (quarta-feira)
Visita a Serra da Gandarela
(Comunidade rural André do Mato Dentro – Santo Bárbara)
Pernoite na Serra da Gandarela

Dia 8 de Abril (quinta-feira)
Visita em Conceição do Mato Dentro
Pernoite em Conceição do Mato Dentro

Dia 9 de Abril (sexta-feira)
Visita a Conceição do Mato Dentro (Manhã)
Pernoite em Itabira

Dia 10 de Abril (sábado)
Visita a Itabira e Mariana
Pernoite em Congonhas

Dia 11 de Abril (domingo)
Visita a Congonhas
Encerramento
Pernoite em Congonhas

Dia 12 de Abril (segunda-feira)
Ida para o Rio de Janeiro
OBS: Cronograma sujeito a alterações

Convocatória: Caravana Internacional no "Sistema Norte" da Vale

Nós, organizações e movimentos sociais, ambientais e sindicais de Pará e Maranhão, unidos a todas as entidades promotoras do I Encontro Mundial dos Afetados pela Vale (Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2010), convocamos e convidamos organizações sociais, sindicais, associações e movimentos de nossos estados a participarem da Caravana Internacional na região norte do País, imediatamente antecedente ao evento do Rio de Janeiro.

Contexto

Assim como demonstrado na convocatória do Encontro Mundial dos Afetados, em nossas regiões sentimos particularmente o impacto da Vale e o vazio de propostas sócio-econômicas que garantam o desenvolvimento integral do povo e uma maior repartição dos lucros da companhia multinacional.

Nas regiões das minas (Serra de Carajás) o *impacto sobre o meio ambiente* é violento e irreversível. Numerosos são os conflitos pela posse da terra, com moradores e assentados progressivamente afastados de suas propriedades em função da incessante expansão dos projetos de mineração da Vale.

Os *conflitos trabalhistas* são extremamente numerosos (mais de oito mil causas na Justiça do Trabalho); muitos trabalhadores têm denunciado a multinacional por graves conseqüências à saúde e por estarem sendo expulsados de suas moradias uma vez que não são considerados mais 'úteis' para a produção.

As cidades de Parauapebas e Marabá estão inchando sem controle, acumulando problemas de violência, desemprego, falta de saneamento básico, de segurança e de mínimas condições para uma vida digna. Os royalties e projetos de desenvolvimento oferecidos pela companhia são insuficientes, muitas vezes recolhidos com atraso e em muitos casos acabam servindo como mais um instrumento de controle pela mineradora das decisões tomadas pela administração pública local.

A cadeia industrial ligada à extração do minério de ferro e da bauxita tem gerado ao longo das décadas de desmatamento e poluição; ainda nesse ano de 2009, na cidade de Barcarena-PA, sede da empresa Alunorte (do grupo Vale), um grave vazamento de arsênico, ferro, alumínio, titânio, cromo, chumbo e mercúrio contaminou o rio Murucupi e afetou centenas de moradores da região. Acrescentam-se também os conflitos na área laboral, destacando-se os afetados por doenças de trabalho.

A longo dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás o impacto sobre a população é forte, devido aos atropelamentos (uma média de uma morte por mês, sem que haja indenização alguma por parte da companhia), ao barulho e às vibrações durante a passagem do trem de minério, que causas rachaduras nas casas e desmoronamento das paredes dos poços.

As condições de extrema pobreza de muitos povoados ao longo dos trilhos contrastam fortemente com os enormes valores transportados pelo trem (a cada dia passam pelos trilhos minérios e outras mercadorias com um valor correspondente a cerca de 50 milhões de reais!).

Todo o território do corredor de Carajás foi fortemente influenciado pelo impacto gerado pelo "Programa Grande Carajás", que inaugurou a cadeia de mineração e siderurgia, gerando as seguintes consequências: desmatamento, poluição, trabalho escravo ligado à produção de carvão, monoculturas de eucalipto para alimentar os fornos siderúrgicos, concentração de terra e expulsão dos pequenos produtores rurais para a cidade.

Frente a todas essas dificuldades, tem-se desenvolvido na região distintas iniciativas de resistência popular e comunitária em busca de alternativas viáveis de sobrevivência. Os grupos locais estão ansiosos para intercambiar experiências e reforçando assim suas lutas na perspectiva de alianças regionais, nacionais e internacionais.

Por que uma Caravana nessa região?

- em Carajás está *a maior mina de ferro de alto teor do mundo*;
- na região de Carajás a Vale tem aplicado *a maior quantidade de seus investimentos*, na perspectiva de duplicar a produção e consequentemente os impactos;
- o modelo de exploração praticado nessa região está sendo fielmente *repetido pela Vale em outros lugares do mundo*;
- os grupos e movimentos locais estão fortalecendo suas alianças e precisam *se articular* cada vez mais, através do encontro e da troca de experiências;
- o encontro com testemunhas de outros lugares do mundo vai 'abrir os olhos' de uns e dos outros a respeito das *várias formas de resistência* ao modelo de desenvolvimento proposto por Vale.

Quem participará da Caravana?

É urgente que os povos, os movimentos e as comunidades se unam e se conheçam cada vez mais, para enfrentarem juntos um modelo de desenvolvimento que até hoje está enriquecendo poucos e distribuindo para muitos seus impactos e contradições.

A caravana será composta por uma delegação com a seguinte representação (números estimados):
- *5 membros internacionais*, vindos de países como Mocambique, Canadá e outros da América Latina e da Ásia;
- *5 membros de outros estados do Brasil* (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia)
- *12 membros do Pará e do Maranhão* (as regiões de Barcarena-PA, Marabá-PA, Parauapebas-PA e Açailândia-MA)

Agenda e etapas da Caravana

O I Encontro Mundial dos Afetados pela Vale está previsto para acontecer de 13 a 15 de abril de 2010, no Rio de Janeiro.

Para os dias imediatamente precedentes está prevista a Caravana Internacional dos Afetados pela Vale.

No sistema norte, o itinerário da caravana será o seguinte:

Segunda-feira 05/04
Concentração em Belém dos membros da caravana (aeroporto internacional)
Deslocamento por terra até Barcarena-PA
Pernoite em Barcarena-PA

Terça-feira 06
Visitas a áreas de impacto, encontros e seminário em Barcarena-PA
Pernoite em Barcarena-PA

Quarta-feira 07
Viagem por terra até Marabá-PA e encontro com as delegações de Marabá, Parauapebas, Canaã, Curionópolis e Ourilândia (Estado do Pará)
Pernoite em Marabá-PA

Quinta-feira 08
Visitas a áreas de impacto, encontros e seminário em Marabá-PA
Pernoite em Marabá-PA

Sexta-feira 09
Viagem por terra a Açailândia-MA e encontro com as delegações de Bom Jesus das Selvas-MA, Buriticupu-MA e Alto Alegre do Pindaré-MA
Pernoite em Açailândia-MA

Sábado 10
Visitas a áreas de impacto, encontros e seminário em Açailândia-MA
Pernoite em Açailândia-MA

Domingo 11 (para os que participarão do Encontro Mundial de Atingidos):
Viagem por terra a Imperatriz-MA (aeroporto)
Viagem aérea ao Rio de Janeiro-RJ

Financiamento da Caravana

As despesas dos participantes da caravana estarão parcialmente cobertas pelas entidades organizadoras, graças ao apoio de SAAP/FASE e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Isso inclui:

a) os deslocamentos por terra entre Belém-PA (em 05 de abril) e todas as localidades, até o aeroporto de Imperatriz-MA (em 11 de abril);

b) alojamento solidário, em casas de família ou instituições locais;

c) alimentação.

As entidades organizadoras da caravana ainda estão buscando fundos para viabilizar as passagens aéreas daqueles que viajarão de outros países ou estados até Belém-PA (chegando em 05 de abril), bem como daqueles que posteriormente sairão de Imperatriz-MA rumo ao Rio de Janeiro-RJ (partindo em 11 de abril).

No entanto, sugere-se desde já que cada um dos participantes busque alternativas próprias nesse sentido, fazendo-se também um apelo a entidades financiadoras cujos objetivos coincidam com os dessa caravana, para que contribuam nesse sentido.

Termo de Referência para os Casos Nacionais

I - Dados gerais
Nome do empreendimento
Cidade ou município (Estado)
O que é o empreendimento?
Nome das empresas controladas pelo grupo, suas áreas de atuação e estados onde estão localizadas
Qual a quantidade de aço (a ser) produzida? Caso seja Siderurgia
Qual o principal mercado do produto (mercado brasileiro ou exportação)?

II - Situação financeira Subsídios públicos

III - Sobre a comunidade Local
Qual o total de moradores?
Que municípios estão na área de influência do projeto?
Características Socioeconômicas e culturais

IV - Processo produtivo. Se possível forneça dados quantitativos sobre os seguintes aspectos:
Qual o tipo de carvão usado (vegetal ou mineral)?
Qual a sua origem? No caso de carvão vegetal, se possível, especifique, a localidade e o tipo de madeira usada (floresta nativa ou plantada).
Consumo de energia (quais fontes)
Consumo de água

Geração, tratamento e destino de efluentes líquidos
Geração e tratamento de emissões atmosféricas

V - Sobre o licenciamento e fiscalização
Você conhece a empresa que elaborou o EIA/RIMA, qual sua avaliação sobre o estudo realizado?
Qual órgão responsável pelo licenciamento?
Qual a situação do processo de licenciamento?
No caso de projetos já licenciados, houve algum indício de possíveis irregularidades (audiências públicas não divulgadas, períodos muito curtos de tramitação etc.)?
Qual órgão tem sido responsável pela fiscalização (IBAMA. Ministério do Trabalho, Órgão Ambiental Estadual)?
No caso de empresas já instaladas, já houve alguma ação/autuação (ex. trabalho escravo, desmatamento ilegal)?
Existe algum TAC em vigor? Como ele tem sido cumprido?
Você sabe de alguma ação na justiça contra essa empresa ou contra seu grupo controlador em alguma outra localidade?

VI - Quais os principais impactos sociais e ambientais dos projetos.
Quais são os principais impactos ao meio-ambiente? Há dados quantitativos sobre contaminações, consumo de água, danos em áreas de preservação etc.?
A empresa assume (se responsabiliza por?) os danos ambientais que causa? Há compensações ou reparações? Há indicações de que a empresa procura resolver ou diminuir seus impactos ambientais?
Há danos à saúde da população? Quais e como é possível comprová-los?
Há impactos sociais na região (que atua?), como empobrecimento da população, aumento de migração, aumento de trabalhos precários, impedimento de trabalhos tradicionais? Há outros impactos sociais?
No que concerne à violação de direitos humanos, há casos de ameaças à segurança e à vida? Casos de repressão de protestos sociais ou de violência direta, como tortura ou assassinato? Há atuação de grupos paramilitares? Como é possível comprovar a conivência ou participação da empresa em casos de violência e violação de direitos humanos?
Levantar aspectos de racismo ambiental
Que instrumentos internacionais e/ou nacionais, como Declarações da ONU, OIT, Convenções, Normas, Diretrizes, Constituições Nacionais, estão sendo negligenciados ou violados?

VII - Alternativas de Desenvolvimento
Quais as alternativas de desenvolvimento para a região? Existe alguma em curso?

VIII - Ações de "Responsabilidade Social Empresarial"
Quais são as ações de "responsabilidade social" da empresa na região e a que áreas se direcionam?
Pode-se dizer que sua "responsabilidade social" serve para apagar a imagem dos impactos sociais e ambientais que causa? De que maneira?
Quais são as estratégias utilizadas pela empresa nos meios culturais e de comunicação para sua legitimação?
A empresa utiliza estratégias de legitimação social e cooptação de lideres sociais etc.?
Há suspeita ou comprovação de casos de corrupção, suborno etc.?

IX - Relação empresa x Governo/Estado
Há financiamento público (BNDES ou outros bancos)?
Isenções fiscais (municipal, estadual e federal)?
Foram dados outros benefícios para a instalação da empresa nesta região?
Como se dá a relação da empresa com o governo estadual e/ou federal? Há relações pessoais e lobby? Há casos de corrupção?
Como se dá a relação com o governo local?
Como o governo se comporta nos casos de conflito entre a comunidade, os trabalhadores e a empresa?

X - Sobre os conflitos
Quais movimentos sociais locais que se opõem ao projeto?
Qual o grau de conhecimento/envolvimento/aceitação da comunidade em relação ao projeto/empresa?
Há quanto tempo existem esses conflitos?
Quais os principais argumentos dos movimentos locais?
Quais estratégias têm sido usadas para fazer oposição ao empreendimento?
Existem processos de formação e conscientização junto às comunidades locais e pessoas afetadas?
Há discussão sobre o modelo de desenvolvimento baseado na extração de recursos naturais e exportação e sobre alternativas à atividade mineira?
Há discussão sobre a diversificação da economia local?
Há articulação com outros movimentos? Há articulações internacionais?
Foram iniciadas campanhas e pressão em relação à opinião pública nacional?
Há estratégias de mídia? O caso foi levado a instâncias internacionais de opinião pública?
Foram utilizadas estratégias jurídicas formais? Quais foram os resultados?
Que tipo de pressão até agora foi mais eficaz para impedir as violações e abusos da empresa?
Alguma instância internacional, como a ONU, OEA, OIT ou OCDE, foi acionada?
Qual a resposta da empresa aos protestos?
Quais foram as conquistas até agora?

XI - Demandas e Reivindicações
Demandas dos grupos, organizações e movimentos que são diretamente impactados pela empresa e que estão conduzindo o processo de luta e enfrentamento. Quais as demandas frente a:
Empresa
Governo e agentes públicos brasileiros

XII - Articulação com outras Organizações
De que maneira as organizações e movimentos sociais brasileiros e/ou internacionais poderiam apoiar sua luta?
De que maneira seu caso poderia apoiar a luta no Brasil contra as violações e abusos causados pela empresa, como também a luta pela re-estatização e controle público-popular?

XIII - Complementos e Anexos
Anexar ao Termo Testemunhos, vídeos, fotos, artigos de jornal, documentos oficiais, diferentes tipos de materiais que possam comprovar o que foi relatado no estudo do caso.

Entidades Participantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale

AAPP - Guaratiba
Agence Kanak de Developpement (Nova Caledônia)
Agrupación de Defensa del Medio Ambiente Valle Chalinga (Chile)
Aliança por Sandy Pond para a Proteção das Águas Canadenses (Canadá)
Apescari
Asamblea Popular por el Agua de Mendoza (Argentina)
Assembléia Popular
Asociación Amigos del Lago Izabal (Guatemala)
Associação Comunitária de Apoio e Assistência Jurídica (Tete, Moçambique)
Associação Paraense de Apóio às Comunidades Carentes
Brigadas Populares
Centro Nuovo Modello di Sviluppo (Itália)
Centro para a Integridade Política - CIP (Maputo, Moçambique)
CEPASP Marabá (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular)
Coalizão Rio Vivos - Mato Grosso do Sul
Comité de Defensa Valle Chuchiñi (Chile)
Comitê a Baia de Sepetiba Pede Socorro
Comitê Mineiro dos Atingidos pela Vale
Comitê Popular de Mulheres – Zona Oeste do RJ
Comunidad Campesina San Martin de Sechura (Piura, Peru)
CONLUTAS
CONSILMO (Moçambique)
CUT Maranhão
CUT Nacional
ENSP - Fiocruz
Fé e Política – Sepetiba
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense/AMB
Fundação Rosa Luxemburgo - FRL
Grupo de Formación e Intervención para el Desarrollo Sostenible – GRUFIDES (Cajamarca, Peru)
IBASE - Área Desenvolvimento e Direitos
Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP – Zona Oeste)
Instituto Latino-Americano de Estudos Socio-Econômicos (ILAESE/MG)
Instituto Madeira Vivo
International Women and Mining Network
IPPUR - UFRJ
Jarigan Advokasi Tambang / Mining Advocacy Network -JATAM (Indonesia)
Jubileu Sul Américas
Jubileu Sul Brasil
Justiça Ambiental (Moçambique)
Justiça Global (Brasil)
Justiça nos Trilhos
Liga de Justiça Ambiental (Moçambique)
Mining Watch (Canadá)
Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté - MACACA
Movimento Capão Xavier Vivo
Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD
Movimento pela Serras e Águas de Minas
Movimento Sem Terra - MST
Núcleo TRAMAS - Universidade Federal do Ceará (UFC)
Núcleo Socialista de Campo Grande
Observatorio de Conflictos – Grufides (Peru)
Observatorio de Conflictos Mineros en America Latina (OCMAL)
Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales - OLCA (Chile)
Organización Ambiental de Salamanca - OCAS (Choapa, Chile)
OTM-CS (Moçambique)
PACS
Port Colborne Residents (Ontario, Canadá)
Red de Organizaciones Sociales de la Provincia del Choapa (Chile)
Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA
Rede Justiça Social e Direitos Humanos
Sandy Pond Alliance (Newfoundland, Canadá)
Secretaria Continental do Grito dos Excluídos/as
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins (STEFEM)
Sindicato Metabase (Itabira/MG)
Sindicato Metabase Inconfidentes (Congonhas/MG)
Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil, Madeiras e Minas - SINTICIM (Moçambique)
Sindimina - RJ
Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos
Sociedade Paraense dos Direitos Humanos
United Steelworkers – USW (Canadá)
Via Campesina

I Encontro Internacional
dos Atingidos pela Vale

I International Meeting of those Affected by Vale
I Encuentro Internacional de los Afectados por Vale

RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 2010

(Entidades Participantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale)